

Organizadoras:

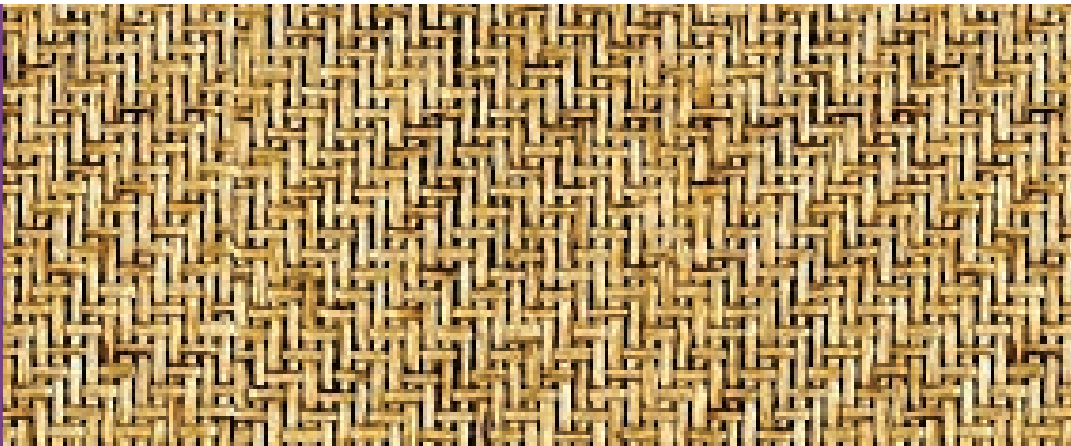
Andrea Butto

Isolda Dantas

Karla Hora

As Mulheres nas estatísticas agropecuárias:

Experiências em países do Sul



As mulheres nas estatísticas agropecuárias

Experiências em países do Sul

DILMA ROUSSEFF

Presidenta da República

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS (Pepe Vargas)

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

LAUDEMIR ANDRÉ MULLER

Secretário Executivo do Ministério do

Desenvolvimento Agrário

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária

VALTER BIANCHINI

Secretário de Agricultura Familiar

ANDREA BUTTO ZARZAR

Secretária de Desenvolvimento Territorial

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA

Secretário de Reordenamento Agrário

SÉRGIO ROBERTO LOPES

Secretário de Regularização Fundiária na Amazônia

Legal

KARLA EMMANUELA RIBEIRO HORA

Diretora de Políticas para Mulheres Rurais e

Quilombolas

JOAQUIM CALHEIROS SORIANO

Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e

Desenvolvimento Rural

JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO

Coordenador executivo do Núcleo de Estudos

Agrários e Desenvolvimento Rural

Copyright 2012 MDA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

(MDA)

www.mda.gov.br

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Gráfica e Editora Ideal

REVISÃO E PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

Cecília Fujita (português) e Ordanka Furquim

(espanhol)

Projeto de Cooperação Técnica Internacional

“Consolidação de uma Agenda de

Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário” –

PCT IICA/NEAD

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul /
Andrea Butto, Isolda Dantas, Karla Hora [organizadoras]. – 1. ed. – Brasília : Ministério do
Desenvolvimento Agrário, 2012. 220p.

Nota: Abena Oduro, Caren Grown, Carmen Diana Deere, Cheryl Doss, Hema
Swaminathan, Jackeline Contreras, Jennifer Twyman, L. Boakye-Yiadom, Marya Hillesland,
Mina Namdar-Irani, Miriam Nobre, Rahul Lahoti, Suchitra J. Y., W. Baah-Boateng,
Zachary Catanzarite.

ISBN 978-85-60548-94-1

1. Agropecuária – Estatística – Brasil. 2. Mulher. Agropecuária – Estatística –
Brasil. 3. Agropecuária – Estatística. I. Butto, Andrea, ed. II. Dantas, Isolda, ed. III. Hora,
Karla, ed. IV. Título. V. Título: Experiências em países do Sul.

CDU 630*26:311-055.2(81)

CDU 311-055.2:630*26(81)

Organizadoras:

Andrea Butto

Isolda Dantas

Karla Hora

As mulheres nas estatísticas agropecuárias

Experiências em países do Sul

Autoras e autores

Abena Oduro • Caren Grown • Carmen Diana Deere
Cheryl Doss • Hema Swaminathan • Jackeline Contreras
Jennifer Twyman • L. Boakye-Yiadom • Marya Hillesland
Mina Namdar-Irani • Miriam Nobre • Rahul Lahoti
Suchitra J. Y. • W. Baah-Boateng • Zachary Catanzarite

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Brasília, 2012

Apresentação

Nos últimos anos, observou-se o avanço em pesquisas e levantamentos de campo que buscaram adotar um recorte de gênero e construir indicadores adequados para mensuração do trabalho realizado pelas mulheres rurais. Os estudos que ora se divulgam, nesta publicação, dialoga com esta nova perspectiva.

As orientações gestadas tanto nas Conferências Internacionais de Mulheres, quanto na Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) do Mercosul, bem como nas iniciativas de organismos internacionais multilaterais, recentemente, visam dimensionar as distinções de gênero no meio rural. Revelar e mensurar a presença delas no meio rural a partir de dados estatísticos oficiais de âmbito nacional é de fundamental importância, uma vez que permitem qualificar a promoção de ações em prol da equidade de gênero pelos Estados Nacionais.

Demonstrar e mensurar o número de mulheres proprietárias; caracterizar a unidade de produção e o acesso a políticas públicas das unidades de produção sob gestão feminina; analisar o acesso e a posse de bens e riquezas; identificar e caracterizar a força de trabalho, entre outros, são elementos que se destacam nos estudos apresentados. Trata-se de três investigações nas quais são apresentados dados sobre as estatísticas rurais de Brasil, Chile, Equador, Gana e Karnataka (Índia).

Os dados do Brasil e Chile originam-se da análise dos Censos Agropecuários realizados nos países nos anos de 2006, no caso brasileiro, e 2007, no caso chileno. As informações reveladas sobre Equador, Gana e Karnataka (Índia) são frutos de projeto de pesquisa.

Na pesquisa *Las brechas de género en los activos y en la riqueza: evidencia de Ecuador, Ghana y Karnataka, India*, de Cheryl Doss, Carmen Diana Deere et al., as informações revelam os padrões de desigualdades que se manifestam no quantitativo de propriedades e riquezas, cujos donos são homens ou mulheres. Ressalvadas as distinções entre os países, verificam-se que as mulheres encontram-se em desigualdade na posse dos ativos e riquezas e que tal processo encontra amparo nos costumes locais e nas amarras normativas que incidem sobre o matrimônio e a forma de repartição da herança na família.

Na análise de Miriam Nobre sobre o *Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero*, destaca-se o perfil da propriedade, cuja gestão e posse está sob responsabilidade da mulher. A autora,

ao apresentar os dados do Censo Agropecuário, dialoga com outros importantes estudos, visando estabelecer um marco de referência para as informações que se revelam. O emprego da força de trabalho, a característica do estabelecimento, o acesso a financiamentos, o tipo de tecnologia empregada e os produtos disponibilizados ao mercado são analisados segundo possibilidades de cruzamentos das variáveis estatísticas com a categoria sexo no Censo.

O estudo de Mina Namdar-Irani sobre *Mujeres y agricultura en Chile: una mirada de género al censo agropecuario 2007* caracteriza a situação e participação das mulheres no setor agropecuário do Chile, além de apresentar as políticas públicas em curso no país que possuem uma componente de gênero. A análise estabelece um diálogo com os dados do Censo de 1997 para os casos possíveis, visando traçar um cenário das mudanças de perfil da participação das mulheres na década em questão.

As investigações apresentadas ratificam importantes análises efetuadas sobre as mulheres, apontando as diferenciações e as condições de acesso e permanência delas no rural. Dada a abrangência das pesquisas, tornam-se reveladoras as condições de existência e produção dessas mulheres. Ademais, tais resultados se consubstanciam nas investigações a partir do incremento da variável “sexo” nas coletas de dados, permitindo qualificar a presença delas no meio rural, como demonstram Nobre e Namdar-Irani.

Ainda que não permitam uma comparação metodológica entre as variáveis abordadas, os estudos demonstram que poucas são as mulheres proprietárias e, quando se fazem proprietárias, suas terras e riquezas encontram-se em desvantagem em comparação com as dos homens proprietários, quer por terem menor dimensão em termos de área, quer por se localizarem em regiões, cuja terra tem menor qualidade, quer por serem proprietárias de terras e/ou riquezas com menor valor agregado.

Para além do exposto, os estudos denotam a necessidade de aperfeiçoar tanto os instrumentos de coleta, quanto incorporar questões que respondam às perguntas estruturantes sobre a manifestação do trabalho produtivo e reprodutivo entre homens e mulheres.

Por fim, as três investigações aguçam as demandas sobre as informações estatísticas que se dedicam a revelar as mulheres rurais, indicando que são possíveis a construção e revisão de metodologias

de levantamento de campo cuja escala de pesquisa abranja o território nacional. Apesar das distinções metodológicas, todos apontam para a necessidade de construção de parâmetros e referências para comparação, o que seria extremamente oportuno para consolidação de políticas comuns de igualdade entre homens e mulheres no meio rural entre os países.

Assim, esperamos que este livro contribua com as reflexões em curso nos países para construção de instrumentos que revelem a presença das mulheres no rural e permitam a qualificação das ações dos Estados no enfrentamento da desigualdade de gênero e na promoção da equidade no acesso à riqueza.

Pepe Vargas

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Sumário

Las brechas de género en los activos y en la riqueza: evidencia de Ecuador, Ghana y Karnataka, India

13

*Cheryl Doss, Carmen Diana Deere, Abena Oduro,
Hema Swaminathan, Suchitra J. Y., Rahul Lahoti,
W. Baah-Boateng, L. Boakye-Yiadom, Jackeline Contreras,
Jennifer Twyman, Zachary Catanzarite, Caren Grown y
Marya Hillesland*

Calculando las brechas de género en los activos y en la
riqueza, 16

Propiedad conjunta versus propiedad individual, 18

La brecha de género en los activos, 24

La brecha de género en la riqueza, 31

Implicaciones, 36

Censo Agropecuario 2006 – Brasil: uma análise de gênero

41

Miriam Nobre

Apresentação, 43

Contextualizando a análise, 44

Censo Agropecuario 2006: análise do conjunto dos
estabelecimentos agropecuarios, 55

A agricultura familiar no Censo Agropecuario 2006, 79

Estabelecimentos classificados pelo sexo da força de
trabalho, 93

Principais questões e como seguir adiante, 104

Referências, 111

Mina Namdar-Irani

Presentación, 121

SECCIÓN 1: LAS MUJERES EN LA AGRICULTURA, 122

1. Un tercio de las explotaciones están a cargo de mujeres, 123
2. Mujer, mano de obra predial indispensable, 158
3. Mujer, asalariada agrícola, 177

SECCIÓN 2: LA POLÍTICA E INSTRUMENTOS DE FOMENTO: UN AVANCE SIGNIFICATIVO DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO, 182

1. Significativo avance en el acceso equitativo a los instrumentos de fomento, 182
2. INDAP: Apoyo a la Agricultura Familiar Campesin, 190
3. CNR y la Ley de Riego: hereda la brecha de inequidad económica, total igualdad de éxito, 197
4. CONAF: Ley forestal, equidad social y de género, 198
5. Equidad de género e Instrumentos: Síntesis, 200

SECCIÓN 3: PRINCIPALES CONCLUSIONES Y DESAFIOS EN MATERIA DE EQUIDAD DE GÉNERO, 202

1. Principales tendencias y conclusiones acerca de la mujer agrícola en Chile, 202
2. Principales interrogantes y desafíos en materia de equidad de género, 209

Bibliografía consultada, 213

Las brechas de género en los activos y en la riqueza: evidencia de Ecuador, Ghana y Karnataka, India*

Cheryl Doss, Carmen Diana Deere, Abena Oduro, Hema Swaminathan, Suchitra J. Y., Rahul Lahoti, W. Baah-Boateng, L. Boakye-Yiadom, Jackeline Contreras, Jennifer Twyman, Zachary Catanzarite, Caren Grown y Marya Hillesland

* Traducción de: Doss et al., *The Gender Asset and Wealth Gaps: Evidence from Ecuador, Ghana, and Karnataka, India*. Bangalore: Indian Institute of Management Bangalore, 2011. Este proyecto fue financiado por el Fondo MDG3 del Ministerio de Relaciones Exteriores de Los Países Bajos.

La propiedad, el acceso y el control de los activos productivos es importante para el bienestar de los individuos y los hogares. Los activos pueden generar ingresos y facilitar el acceso al crédito; fortalecen la habilidad de los hogares para sobrellevar y responder a las crisis, al aumentar su habilidad para diversificar los ingresos y reducir las restricciones de liquidez; y también son una forma de almacenar la riqueza. Adicionalmente, hay que señalar que la acumulación de activos productivos es particularmente importante como un medio para que los hogares pobres superen la pobreza.

En general, los activos son propiedades de personas. Comúnmente, sin embargo, la recolección de datos se ha hecho a nivel del hogar y sin tomar en cuenta quiénes son los dueños de estos activos, ello ha impedido el análisis de la propiedad a nivel individual. De hecho, hasta ahora no había datos disponibles a nivel nacional para demostrar los patrones de comportamiento de la propiedad de activos entre mujeres y hombres. Este aspecto no es menor, pues las investigaciones de la última década han establecido concluyentemente que el bienestar individual y el bienestar familiar no necesariamente van de la mano, siendo el género uno de los factores diferenciadores más importantes¹.

El proyecto “Brechas de género en los activos” recolectó datos de Ecuador, Ghana y Karnataka, India, sobre la propiedad de los activos a nivel individual. Por primera vez, datos representativos a nivel nacional en Ecuador y en Ghana, y representativos para el estado de Karnataka, India² están disponibles para estimar la propiedad de activos tanto a nivel individual como para los hogares. Utilizamos estos datos a nivel individual para demostrar los patrones y las tendencias de la propiedad individual y conjunta

¹ Alderman, Harold, Pierre-Andre Chiappori, Lawrence Haddad, John Hoddinott y Ravi Kanbur. 1995. “Unitary versus Collective Models of the Household: Is It Time to Shift the Burden of Proof?” *World Bank Research Observer* 10(1):1-19.

² El tamaño de la muestra para Karnataka, India, fue de 4110 hogares. Los datos reportados aquí excluyen a la capital, Bangalore, y se basan en un tamaño de muestra de 3736. Para Ecuador, el tamaño de la muestra fue de 2892 hogares y para Ghana, 2170 hogares. Para obtener los resultados detallados incluyendo a los de Bangalore ver Swaminathan, Hema, Suchitra J. Y., y Rahul Lahoti. 2011. *The Karnataka Household Asset Survey: Measuring the Gender Asset Gap*. Bangalore: Indian Institute of Management. Para Ecuador: Deere, Carmen Diana y Jackeline Contreras. 2011. *Acumulación de Activos: Una apuesta por la equidad*. Quito: FLACSO-Ecuador. Para Ghana: Oduro, Abena D., W. Baah-Boateng, L. Boakye-Yiadom. 2011. *Measuring the Gender Asset Gap in Ghana*. Legon: University of Ghana. Todos están disponibles en <http://genderassetgap.iimb.ernet.in/>.

de los activos; y para calcular las brechas de género en los activos y en la riqueza para estos tres países. Nuestra investigación indica que estos datos pueden ser recolectados y utilizados para comparar patrones en la propiedad de activos entre países.

Una razón importante para concentrarse en las brechas de género en los activos y en la riqueza es la equidad. Los hombres y las mujeres deberían tener igual acceso a la propiedad y al control de los activos. La promoción de la igualdad de género, por tanto, necesariamente debe incluir una discusión de la igualdad en la propiedad de los activos.

Adicionalmente, la evidencia sugiere que activos en manos de mujeres generan empoderamiento para ellas; mejoran el bienestar individual, familiar y comunitario; aumentan significativamente las capacidades de las mujeres en la toma de decisiones³; y tienen un gran impacto en la salud y bienestar de los hijos. Algunos estudios también proponen que esto puede reducir la violencia doméstica⁴. En estas circunstancias, mejorar los derechos de la mujer a la propiedad de activos es una política importante para evitar su marginalización. A pesar de que existe acuerdo en que los derechos de propiedad de las mujeres y las niñas son importantes, los datos presentados aquí son los primeros que posibilitan entender la dimensión de la brecha de género en los activos y en la riqueza, y como ésta varía entre diferentes regiones del mundo.

Calculando las brechas de género en los activos y en la riqueza

Para calcular la brecha de género en los activos se compara la incidencia de propiedad de un activo por hombres

³ Agarwal, Bina. 1997. "‘Bargaining’ and Gender Relations: Within and Beyond the Household". *Feminist Economics* 3(1): 1-51.

⁴ ICRW. 2005. "Property Ownership for Women Enriches, Empowers and Protects." Policy Brief. (http://www.icrw.org/docs/2005_brief_mdg-property.pdf); Panda, Pradeep y Bina Agarwal. 2005. "Marital Violence, Human Development, and Women’s Property Status in India". *World Development* 33(5): 823-50; Bhattacharyya, M., A. S. Bedi and A. Chhachhi. 2011. "Marital Violence and Women’s Employment and Property Status: Evidence from North Indian Villages". *World Development* 39(9): 1676-1689.

y por mujeres. Esto responde a la pregunta “¿qué proporción de mujeres y hombres son dueños de un activo?”. Para cada tipo de activo, calculamos el número de mujeres (de 18 años o mayores)⁵ que son propietarias de un tipo de activo específico y lo dividimos por el número total de mujeres adultas; seguimos con el mismo procedimiento para los hombres⁶.

Para la comparación entre países, este indicador da cuenta no sólo de las diferencias en la incidencia de la propiedad entre hombres y mujeres, sino que también muestra qué tan común es la propiedad de ese activo. Por tanto, veremos, por ejemplo, que la brecha de género en la propiedad de la tierra en Ecuador es menor, en una situación donde a nivel nacional relativamente pocas personas son propietarias de tierra agrícola, ya que es un país altamente urbanizado y tiene un alto grado de concentración de la tierra.

La brecha de género en la riqueza es calculada como la parte de la riqueza que pertenece a las mujeres. Calculamos esta porción en relación al total del valor bruto de los activos físicos y para los ahorros. El valor bruto total de los activos físicos incluye todos los bienes físicos que son propiedad de cualquier miembro del hogar. El valor de los ahorros toma en cuenta solamente las respuestas de las dos personas entrevistadas en cada hogar, usualmente la pareja principal. Para valorar los activos físicos se pidió a los entrevistados que contestaran a la pregunta “¿en cuanto podría vender su activo hoy día?”. La respuesta correspondería a la cantidad que recibirían si vendieran el activo en el estado en que estaba en el día de la entrevista. La brecha de género en la riqueza puede ser calculada por cada tipo de activo, o para todos los activos en general.

Para la residencia principal y para los terrenos agrícolas se utilizaron dos diferentes maneras de medir la propiedad. Primero, se le pidió al entrevistado o a la pareja principal de cada hogar

⁵ En este reporte, utilizamos los términos masculino y femenino cuando incluimos tanto adultos como niños. Nos referimos a hombres y mujeres cuando solo consideramos adultos (mayores de 18 años).

⁶ Los indicadores de incidencia de la brecha de género en los activos (Gráficos N.º 5-12) son calculados incluyendo solo aquellos de 18 años de edad o mayores:

Hombres propietarios; Mujeres propietarias
 Todos los hombres Todas las mujeres

que realizara el inventario de bienes del hogar, listando todos los activos que tenía cualquier miembro de este; y que identificara al propietario o propietarios de cada activo. Consecuentemente, lo que se está evidenciando aquí es su criterio respecto de quién es el propietario. Luego, se les preguntó si había algún documento que diera fe de la propiedad de ese activo, donde constara el nombre del propietario. Estos documentos podrían incluir títulos de propiedad, facturas o recibos, testamentos u otros documentos que localmente sean considerados de relevancia. Así, una segunda manera de medir la brecha de género en la propiedad de los terrenos agrícolas y de la residencia principal fue definir a los dueños como las personas a cuyos nombres están los documentos de propiedad.

Se presenta primero la distribución de los activos según el tipo de propiedad, es decir, si se trata de propiedad individual o conjunta, dado que el tipo de propiedad tiene una gran influencia sobre las brechas de género. Como se podrá observar, los patrones en el tipo de propiedad varían considerablemente entre diferentes categorías de activos y entre países.

Propiedad conjunta versus propiedad individual

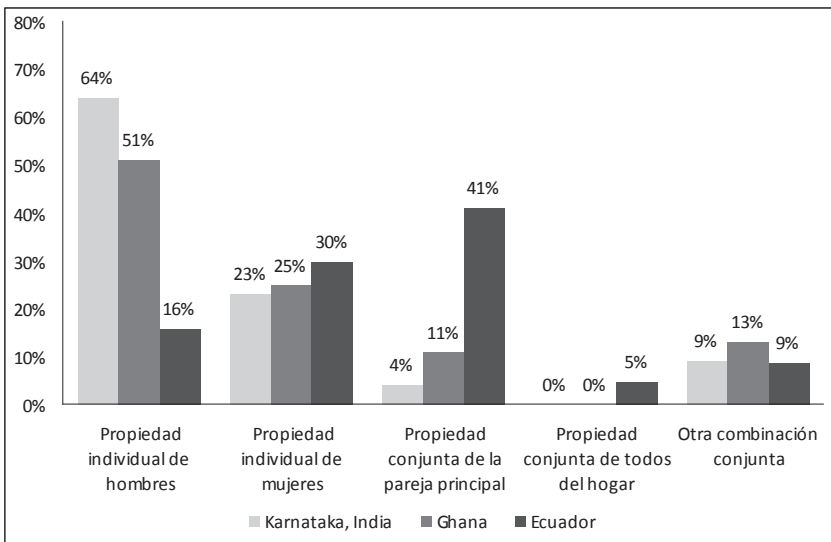
Los beneficios que implica la propiedad de activos pueden variar, dependiendo de si el activo es propiedad de un individuo o conjunta de la pareja. La propiedad individual puede conferir más derechos sobre el activo; por ejemplo, si una casa es propiedad de una mujer únicamente, ella podría venderla o rentarla sin necesidad de solicitar permiso a nadie. En cambio, la propiedad conjunta podría significar que uno de los propietarios no puede tomar estas decisiones por sí solo. De todas maneras, la propiedad conjunta confiere ciertamente más derechos que no ser propietario del activo; y la propiedad de múltiples activos de forma conjunta puede proveer más protección frente a la vulnerabilidad que el ser propietario de un solo activo de forma individual.

Entre los factores que pueden dar lugar a diferentes patrones de propiedad están los regímenes matrimoniales, los cuales definen las reglas sobre la propiedad dentro de los matrimonios. Estas leyes difieren de país a país. Ecuador tiene el régimen

matrimonial de la comunidad parcial de bienes (conocida como la sociedad conyugal): toda la propiedad adquirida con el ingreso de cualquiera de los cónyuges durante el matrimonio pertenece a los dos de forma conjunta; la propiedad adquirida antes del matrimonio y las herencias permanecen como propiedad individual. Tanto en Ghana como en India existe el régimen matrimonial de separación de bienes. En este caso, el matrimonio no confiere ningún derecho legal sobre la propiedad adquirida por un cónyuge. Los activos llevados al matrimonio o adquiridos durante el matrimonio permanecen como propiedad individual. Pese a que las parejas pueden optar ser propietarias de los activos conjuntamente y pueden abrir cuentas bancarias de ahorro conjuntas o poner ambos nombres en un título de propiedad, no es en sí un requerimiento legal.

En esta sección la unidad de análisis es el activo. Solamente se incluye en el análisis los activos que son propiedad de alguien dentro del hogar.

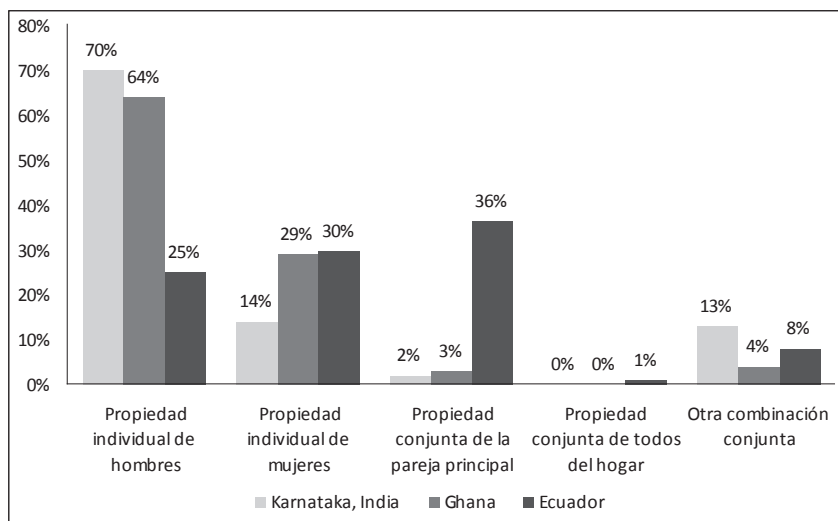
Gráfico 1. Distribución según el tipo de propiedad: Residencia Principal



El Gráfico N.º 1 muestra la distribución por el tipo de propiedad de la residencia principal del hogar, y también ilustra

cómo los patrones son diferentes en los tres países. Según este, en Ecuador lo más común es la propiedad conjunta por parte de la pareja principal; mientras que en Karnataka, India, únicamente el 4% de las residencias son propiedades de la pareja principal, y en Ghana solo el 11%. Más bien, en India y en Ghana, la forma más frecuente es la propiedad individual por parte del hombre. La proporción de residencias que son propiedades individuales de mujeres varía desde un 23%, en India, a un 30%, en Ecuador. En este último país, el 25% de los hogares están encabezados por mujeres, esto explica en parte la relativamente alta proporción de viviendas que son propiedades de mujeres en forma individual.

Gráfico 2. Distribución según el tipo de propiedad: Terrenos Agrícolas

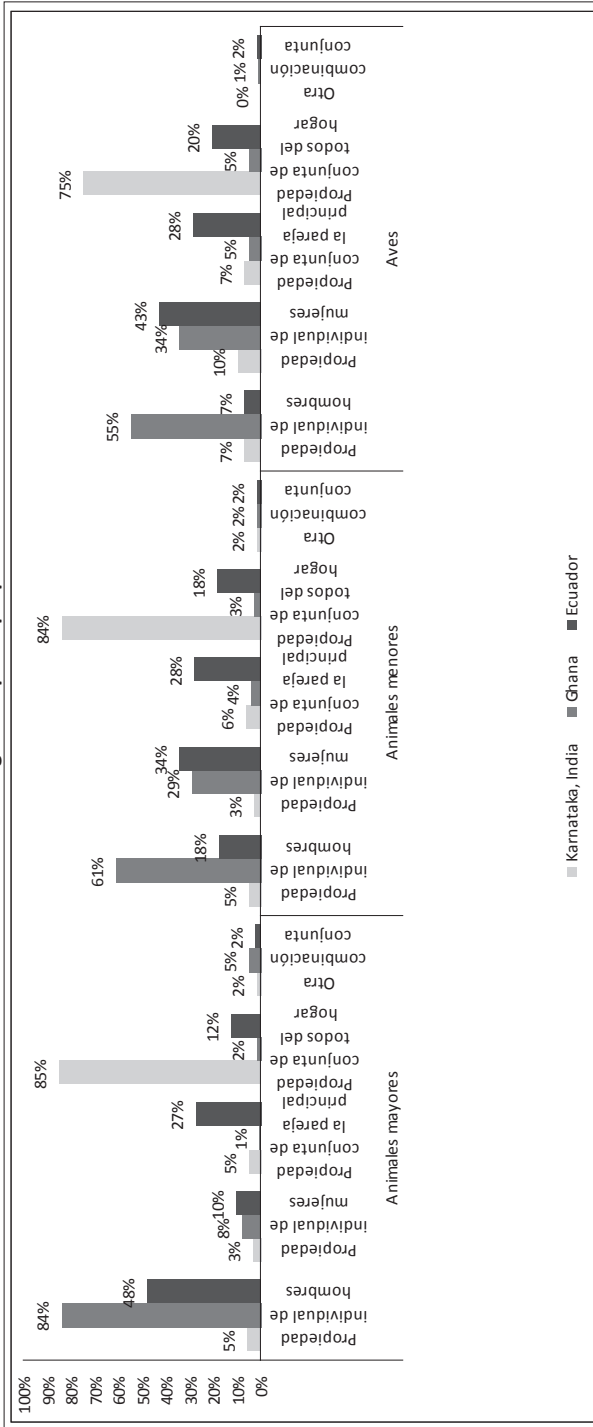


El patrón de la distribución de la propiedad de los terrenos agrícolas es aún más llamativo (ver Gráfico N.º 2). Aquí la unidad de análisis es la parcela; si un hogar tiene múltiples parcelas, cada una es contada de forma separada. Nuevamente en Ecuador el tipo de propiedad más común es la conjunta por parte de la pareja principal. En contraste, solo el 2% de las parcelas en Karnataka y el 3% en Ghana fueron reportadas como propiedades conjuntas

de la pareja principal⁷. En Karnataka, el 13% de las parcelas fueron reportadas como propiedades conjuntas de gente diferente a la pareja principal. A menudo, estas parcelas son propiedades de un padre y un hijo adulto; esta categoría también incluye propiedad conjunta con un miembro que no reside en el hogar. En Ecuador, más terrenos agrícolas son propiedades individuales de mujeres que de hombres. Esto contrasta completamente con Karnataka y con Ghana, donde el 70% y el 64%, respectivamente, de las parcelas son propiedades individuales de hombres.

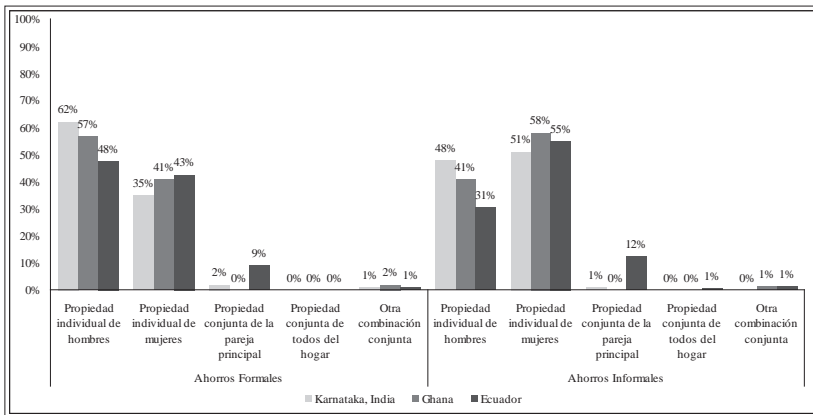
⁷ Los datos sobre la propiedad de la tierra en Ghana de este documento no incluye la tierra que es considerada como “tierra familiar”. Esta tierra es propiedad del grupo familiar extendido; los individuos dentro de los hogares pueden tener el derecho de cultivar la tierra, pero generalmente no pueden venderla. Cerca de un 30% de las parcelas que son reportadas como propiedad o cultivadas en la muestra de Ghana son tierras familiares y han sido excluidas del análisis.

Gráfico 3. Distribución según el tipo de propiedad: Animales



Los patrones de propiedad de los animales son también bastante diferentes y varían para animales mayores (ganado vacuno, bueyes, caballos, mulas, búfalos), animales menores (chanchos, ovejas, cabras, llamas) y las aves de corral (pollos, patos, pavos). En Karnataka, los entrevistados reportaron de forma abrumadora que los animales son propiedad de todos los miembros del hogar. En Ghana, la mayoría de los animales es propiedad de los hombres de forma individual. Sin embargo, las mujeres poseen el 29% de los animales menores y el 34% de las aves de corral. En Ecuador, más de una cuarta parte de cada categoría de animal se considera como propiedad de la pareja principal. En cuanto a los que son de propiedad individual, predomina la propiedad masculina de los animales mayores; mientras que la mayoría de los animales menores, así como las aves de corral, es propiedad de mujeres.

Gráfico 4. Distribución según el tipo de propiedad: Ahorros



Finalmente, consideramos la distribución de la propiedad de los ahorros⁸. En los tres países, la mayoría de los ahorros es considerada como propiedad individual. Incluso en Ecuador,

⁸ Los datos sobre activos financieros como los ahorros fueron recolectados solamente de las dos personas entrevistadas de cada hogar con respecto a lo que ellos mismos poseen. En la mayoría de casos, estos dos encuestados eran la pareja principal de la casa. Este procedimiento fue seguido para garantizar la privacidad de los encuestados y para maximizar la posibilidad de completa discreción. Adicionalmente, se pensó que era improbable que los encuestados tengan conocimiento sobre los activos financieros que eran propiedad de otros miembros del hogar.

donde la norma es la propiedad conjunta de los activos mayores, la mayoría de las cuentas de ahorros es manejada individualmente. Entre los hombres, es más frecuente que tengan cuentas de ahorro formales, mientras que las mujeres más a menudo tienen ahorros informales. No obstante, estas diferencias no son mayores en ninguno de los tres países.

En Ecuador, el régimen matrimonial de la comunidad parcial de bienes (la sociedad conyugal) y la igualdad de derechos de propiedad que tienen las uniones de hecho se refleja en la relativamente alta proporción de activos que son reportados como propiedad conjunta de la pareja principal. Mientras que en Ghana y en India, donde la separación de bienes es el régimen matrimonial, la mayoría de los activos son de propiedad individual de hombres, aunque hay algunas variaciones por tipo de activo.

La brecha de género en los activos

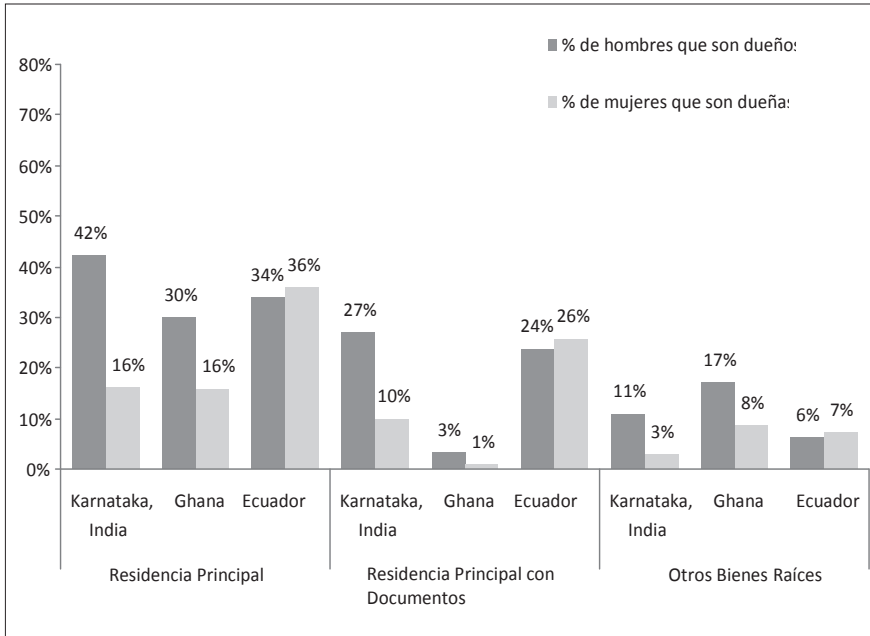
La medida de la brecha de género en los activos utiliza a los individuos como unidad de análisis, y es definida al comparar la incidencia de propietarios entre los hombres y entre las mujeres. La incidencia es la proporción de mujeres u hombres adultos que son propietarios de un tipo particular de activo, sin considerar el tipo de propiedad –individual o conjunta–.

Uno de los activos más importantes es la residencia principal. La propiedad de una casa proporciona una sensación de seguridad y estabilidad. También puede proveer una base para actividades generadoras de ingreso, como la producción y venta de comida o manualidades. Además, representa una parte significativa de la riqueza física bruta en los tres países.

La incidencia de la propiedad de la residencia principal, es similar para hombres y mujeres únicamente en Ecuador (ver Gráfico N.º 5). Tanto en India como en Ghana, es mucho más probable que un hombre –antes que una mujer– sea propietario de la residencia principal. Obviamente, muchos adultos habitan viviendas que no son sus propiedades. Estas pueden ser arrendadas o pertenecer a miembros de la familia que no residen en ese hogar. Nuestro indicador evidencia cómo puede que individuos que viven en lo

que típicamente se considera como un hogar con casa propia no tengan la propiedad sobre ella, ya que la vivienda pertenece a otro miembro del hogar.

Gráfico 5. Incidencia de la propiedad de bienes raíces, por sexo

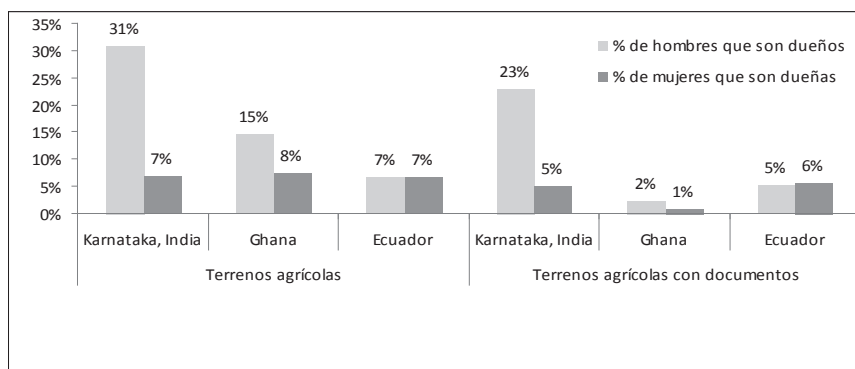


Muchos de los propietarios reportados en los tres países no tienen ningún documento de propiedad sobre su vivienda. Tanto en India como en Ghana, la brecha de género de propietarios con documentos de la residencia principal es similar: una porción más grande de hombres que mujeres tienen sus nombres en los documentos. En contraste, en Ecuador las mujeres tienen una probabilidad un poco más alta de tener esta documentación formal.

Otros bienes raíces incluyen las viviendas diferentes a la residencia principal, lotes urbanos, edificios y locales comerciales. Aunque relativamente pocas personas son propietarias de otros bienes raíces en los tres países, la brecha de género en activos está presente tanto en India como en Ghana.

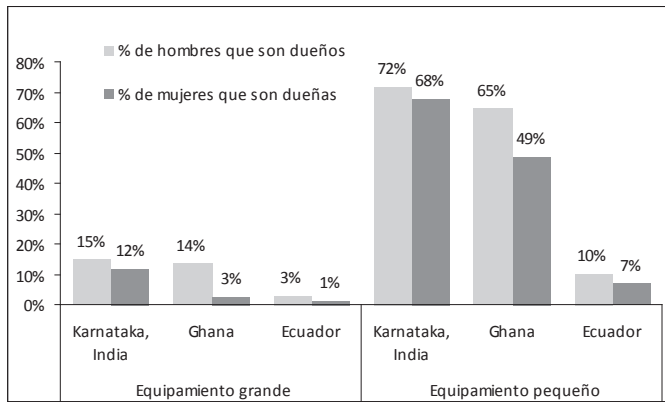
Por su parte, los terrenos agrícolas muestran patrones similares. Tanto en Karnataka como en Ghana, los hombres tienen más probabilidad que las mujeres de ser dueños de terrenos (ver Gráfico N.º 6). En Ecuador, hombres y mujeres tienen igual posibilidad de ser dueños de terrenos agrícolas, pero solo el 7% de los adultos tienen propiedades agrícolas. Esto refleja el grado de urbanización de Ecuador (más de dos tercios son residentes urbanos), la creciente importancia de otros activos diferentes a la tierra y la alta concentración de la tierra agrícola en pocas manos.

Gráfico 6. Incidencia de la propiedad de terrenos agrícolas, por sexo



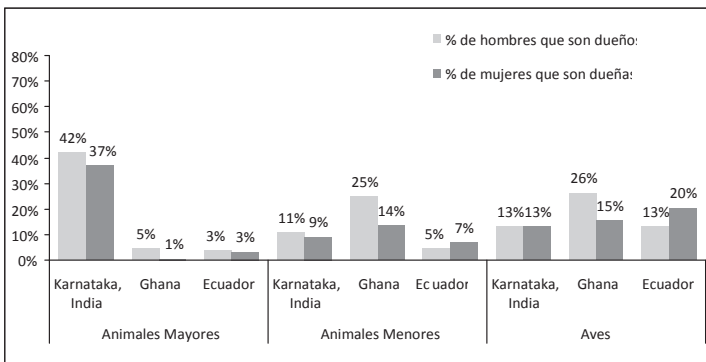
Especialmente en India y en Ghana, la incidencia de aquellos que tienen documentos de propiedad es mucho menor que de aquellos que se reportan como dueños de sus parcelas. En Ghana, es poco frecuente que la tierra sea titulada y muy pocos propietarios tienen documentos de propiedad. En India, los documentos pueden estar a nombre de un ancestro fallecido, en vez de que conste un miembro del hogar como propietario. Por tanto, puede existir un documento con alguna validez legal, pero no está a nombre de uno de los actuales propietarios de la parcela. En Ecuador, en cambio, la mayoría de los terrenos agrícolas tienen un documento, y hombres y mujeres tienen casi igual probabilidad de tener un terreno con documento a sus nombres.

Gráfico 7. Incidencia de la propiedad de equipamiento agropecuario de los adultos



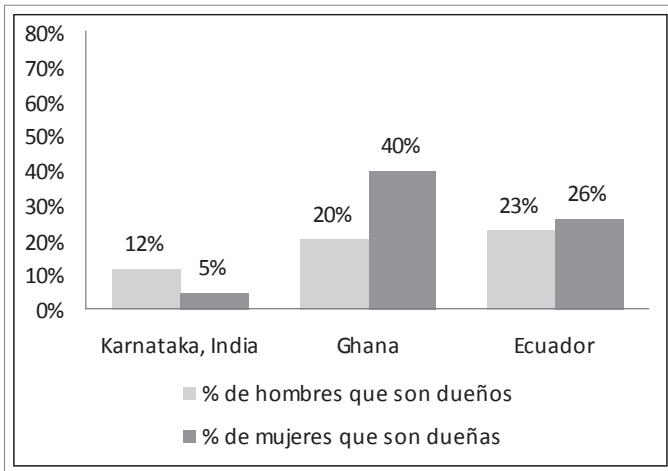
A pesar que hay una gran brecha de género en la propiedad de terrenos agrícolas en India y en Ghana, la brecha es mucho más pequeña en la incidencia de la propiedad de equipamiento agropecuario. Pocos hogares son propietarios de equipos grandes (como tractores, tanques de agua, equipos de aspersion e irrigación, etc.). La mayoría de hogares campesinos es propietaria de su propio equipamiento pequeño (herramientas, machetes, hachas, etc.). La baja incidencia de propietarios en Ecuador refleja la relativamente baja proporción de hogares dedicados a la agricultura. En los tres países, hay una brecha de género a favor de los hombres, tanto para equipos agropecuarios pequeños como para los grandes; no obstante, las brechas son mayores en Ghana.

Gráfico 8. Incidencia de la propiedad de animales, por sexo



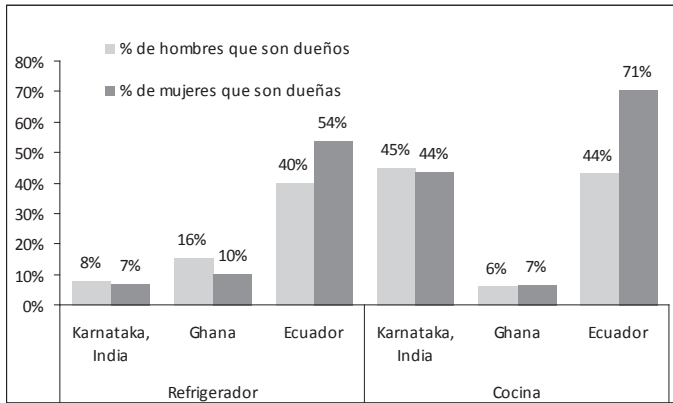
Dado que la mayoría del ganado en Karnataka es propiedad de todos los miembros del hogar, se aprecia una brecha de género relativamente pequeña en la propiedad de los animales, independientemente del tipo de animal. Ghana, en contraste, tiene una brecha de género significativa para todos los tipos de animal. En Ecuador, dado que es un país altamente urbanizado, relativamente pocas personas son propietarias de animales (grandes o pequeños); sin embargo, hay una brecha de género en la crianza de aves, la cual favorece a las mujeres.

Gráfico 9. Incidencia de la propiedad de negocios, por sexo



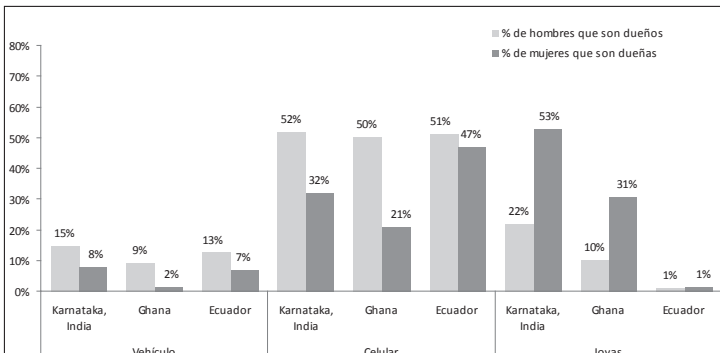
La propiedad de los negocios cuenta una historia un poco diferente. Tanto en Ghana como en Ecuador las mujeres tienen mayor probabilidad que los hombres de ser propietarias de un negocio. En India, de forma opuesta, la incidencia de ser propietario de un negocio en general es menor, y las mujeres tienen menos posibilidad de ser propietarias que los hombres. Además, muchos de los negocios de las mujeres son pequeños y tienen relativamente pocos activos.

Gráfico 10. Incidencia de la propiedad de algunos bienes durables, por sexo



En términos de los bienes durables, las cocinas y refrigeradoras son activos que principalmente benefician a las mujeres, dados los roles de género. Las cocinas a gas, GLP o eléctricas, eliminan la necesidad de recolectar leña y generalmente reducen los tiempos de cocción. Las refrigeradoras permiten el almacenamiento de comida y, por tanto, pueden simplificar algunas de las tareas de preparación de comida. Ambos bienes, pueden ser considerados también activos productivos, ya que pueden ser utilizadas para preparar comida y para refrigerar bebidas para la venta. En Ecuador, la incidencia de propiedad de estos electrodomésticos claramente favorece a la mujer, siguiendo los roles de género. En contraste, en India y en Ghana los hombres tienen la misma o mayor probabilidad de ser propietarios de cocinas y refrigeradoras.

Gráfico 11. Incidencia de la propiedad de algunos bienes selectos, por sexo



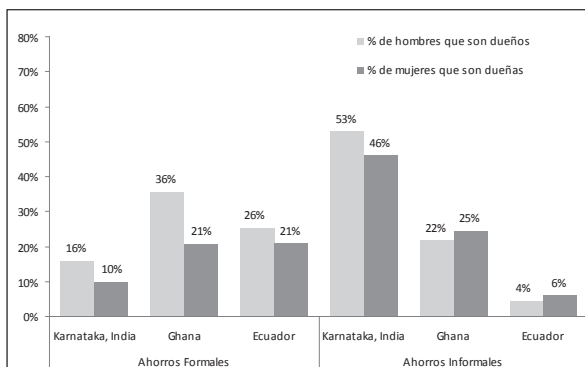
El Gráfico N.º 11 provee información sobre vehículos, celulares y joyería de oro. En ninguno de los tres países es común ser dueño de un vehículo, ya sea automóvil, camión, camioneta, motocicleta o *scooters*. En todos, no obstante, es mucho más probable que estos pertenezcan a los hombres que a las mujeres, generando una brecha de género importante.

Los teléfonos celulares proveen acceso a la información y contacto con gente fuera de la comunidad local, por lo que para muchos son herramientas importantes para actividades de auto-empleo. Los teléfonos celulares son activos de relativo bajo costo; sin embargo, la propiedad de estos puede estar vinculada estrechamente con el empoderamiento. En los tres países, la incidencia de propiedad de teléfonos celulares para los hombres es mayor que para las mujeres, con una brecha más sustancial en Ghana.

En el Gráfico N.º 11 se muestra la posesión de joyería de oro y plata como un activo para el cual existe una brecha importante a favor de la mujer en India y en Ghana. La joyería no es un activo productivo, pero es una forma de almacenamiento de riqueza que puede ser transportada fácilmente y ser vendida o empeñada. Adicionalmente, es un indicador importante del estatus social. En Ecuador, la joyería de oro y plata no fue reportada de forma frecuente como propiedad en los hogares.

Finalmente, el Gráfico N.º 12 muestra la incidencia de propiedad de cuentas de ahorros formales o informales.

Gráfico 12. Incidencia de la propiedad de ahorros, por sexo



La brecha de género para cuentas de ahorro formales favorece a los hombres en los tres países. En India, los ahorros informales son más comunes que las cuentas de ahorro formales⁹; lo opuesto caracteriza a los otros dos países. En Ghana y en Ecuador las mujeres tienen una probabilidad un poco más alta de tener cuentas de ahorro informales que los hombres, lo que no pasa en Karnataka.

En términos generales, en India y en Ghana se observan fuertes brechas de género en la propiedad de los activos. Para los activos más valiosos, tales como terrenos agrícolas y viviendas, las brechas favorecen abrumadoramente a los hombres. India no presenta una brecha relevante en la propiedad de animales, ya que la mayoría de los hogares reporta que el ganado es propiedad de todos los miembros del hogar. El único activo en India y en Ghana con una brecha de género significativa a favor de las mujeres es la propiedad de joyería. La brecha de género en los activos en Ecuador es generalmente más pequeña y a menudo favorece a las mujeres, lo cual se explica por el régimen matrimonial.

En los tres países, uno encuentra tanto mujeres como hombres que son propietarios de todas las categorías de activos. Incluso para activos donde existe una gran brecha de género a favor de los hombres, algunas mujeres sí son propietarias. Por tanto, incluso donde las normas sociales definen que algunos activos son de los hombres y que otros son de las mujeres, es importante recolectar los datos para conocer los patrones de propiedad precisamente.

La brecha de género en la riqueza

La distribución de los activos por tipo de propiedad nos informa sobre la proporción de activos que pertenecen a hombres o a mujeres de forma individual o conjunta; empero, no nos dice nada sobre el número total de propietarios ni cuantos dueños

⁹ Los datos sobre ahorros informales para los tres países no son estrictamente comparables. Los datos de Karnataka incluyen el dinero en efectivo que tiene la persona; para Ghana y Ecuador, en contraste, solamente incluye el dinero guardado en la casa que se considera un ahorro, por ejemplo, para una emergencia.

son hombres o mujeres. Por tanto, podría ser que muchos de estos activos sean propiedad de pocos individuos o que estén ampliamente distribuidos. Las brechas de incidencia indican la proporción de hombres y mujeres que son dueños de un tipo de activo en particular, pero no dan cuenta de si la cantidad y la calidad de lo que poseen varían entre los propietarios. Consecuentemente, incluso si muchas mujeres son propietarias de una pequeña parcela agrícola y varios hombres son propietarios de varios terrenos grandes, el indicador de incidencia mostrará que no hay una brecha de género en el activo.

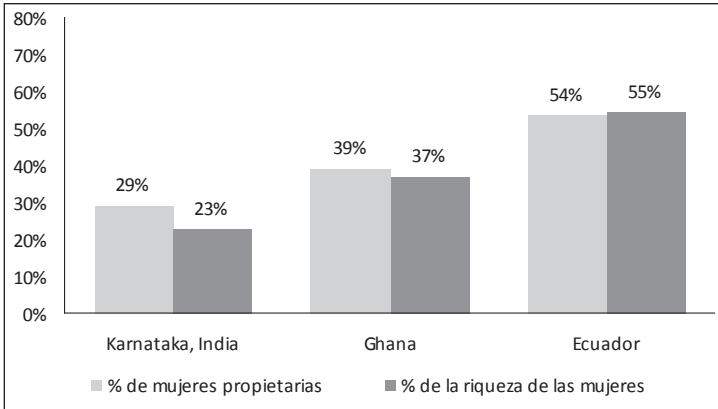
Para capturar las dimensiones de calidad y cantidad calculamos la brecha de género en el valor o en la riqueza, que toma en cuenta los valores de los activos que poseen los hombres y las mujeres. Los valores fueron obtenidos preguntando a los entrevistados sobre el valor de mercado de cada activo. Los valores reportados son valores brutos, ya que la información sobre deudas que se utiliza para calcular los valores netos aún no ha sido procesada. Cuando se reporta que la propiedad es conjunta, el valor del activo es dividido de forma equitativa para los diferentes propietarios. Por tanto, para una casa de \$20.000 que es propiedad conjunta del esposo y esposa, \$10.000 son atribuidos al hombre y \$10.000 a la mujer.

Podemos considerar la brecha de género en la riqueza tanto para un tipo de activo específico como para el total de la riqueza que representan los activos¹⁰. El Gráfico N.º 13 muestra la brecha de género en cuanto el valor de las residencias principales. En Ecuador, el 55% de la riqueza en viviendas corresponde a las mujeres. Esto contrasta con el 23% en Karnataka, y el 37% en Ghana.

¹⁰ Los indicadores de las brechas de género en la riqueza (Gráficos N.º 13-15) establecen la participación en la riqueza de hombres y mujeres, y todos los propietarios, sin importar la edad están incluidos. Son calculados de la siguiente manera:

$$\frac{\text{Valor de los activos de las mujeres dueñas}}{\text{Valor total de los activos}} ; \frac{\text{Valor de los activos de los hombres dueños}}{\text{Valor total de los activos}}$$

Gráfico 13. Participación femenina en la propiedad de las viviendas y en la riqueza que representan

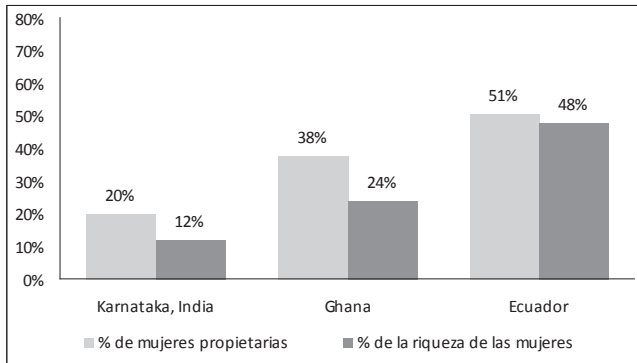


El Gráfico N.º 13 también compara la participación femenina como propietaria de vivienda con la participación femenina considerando el valor de las viviendas, es decir en la riqueza¹¹. Si, en promedio, el valor del activo es similar para hombres y mujeres, entonces las dos proporciones serían las mismas. Este es el caso en Ecuador, donde el 55% de la riqueza en viviendas corresponde a mujeres propietarias y el 54% de los propietarios son mujeres. Tanto en India como en Ghana, la proporción de propietarias mujeres es mayor que su participación en la riqueza representada por las viviendas. Esto sugiere que el valor de las residencias de las mujeres es menor que el valor de las residencias de los hombres.

¹¹ La medida de la participación de las mujeres como propietarias (Gráficos N.º 13-15) es calculada de la siguiente manera:

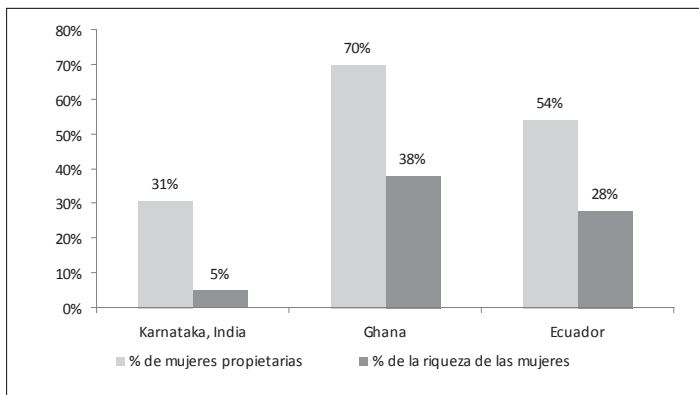
$$\frac{\text{Mujeres propietarias}}{\text{Total de propietarios}}$$

Gráfico 14. Participación femenina en la propiedad de los terrenos agrícolas y en la riqueza que representan



Para los terrenos agrícolas, los patrones son similares que para la vivienda. Sin embargo, para India y para Ghana, las diferencias en la participación de las mujeres en la riqueza que significan los terrenos y la proporción de propietarios que son mujeres son incluso más pronunciadas. En Karnataka, aunque las mujeres representan el 20% de los propietarios de terrenos agrícolas, solo poseen el 12% del valor de los terrenos. En Ghana, las mujeres son el 38% de los propietarios, pero sólo poseen el 24% del valor de los terrenos agrícolas. En Ecuador, la participación de la mujer en la riqueza que significa los terrenos agrícolas es ligeramente menor que su representación como propietarias de tierras.

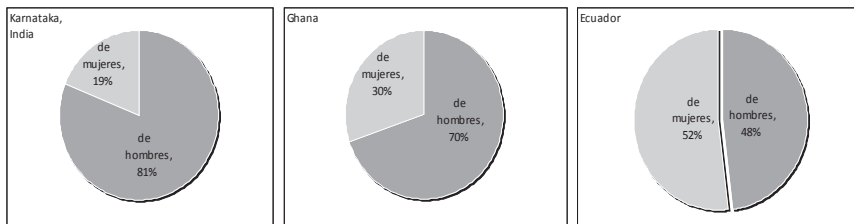
Gráfico 15. Participación femenina en la propiedad de los negocios y en la riqueza que representan



Los hallazgos son aun más sorprendentes en cuanto a los negocios. En los tres países, la participación de las mujeres como propietarias de negocios es mucho mayor que su participación en el valor total de los negocios. Esto sugiere que mientras muchas mujeres están involucradas en negocios, sus negocios son mucho más pequeños que los negocios de los hombres. En Ecuador, donde en general vemos una brecha de género menor, existen 26 puntos porcentuales de diferencia entre la proporción de propietarios que son mujeres y la proporción del valor de los negocios que son de mujeres, una diferencia que es muy similar en la India. Mientras que en Ghana la diferencia porcentual es incluso mayor: 32 puntos.

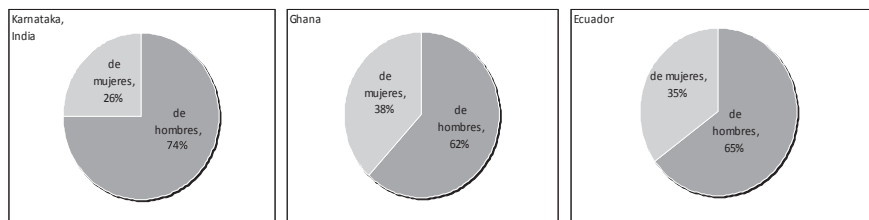
En general, tanto en India como en Ghana, la brecha de género en la riqueza para cada uno de los principales tipos de activos indica que las brechas de género son más severas que lo que sugerían solamente los indicadores de incidencia por sí solos. Esto no sólo es porque resulta menos probable que las mujeres sean propietarias de muchos de los activos, sino que es más probable que sean propietarias de aquellos que tengan menor valor.

Gráfico 16. Distribución de la riqueza bruta física, por sexo



Sumando el valor total de todos los activos, en Ecuador hay igualdad de género en la propiedad de la riqueza bruta física de los hogares; correspondiendo a las mujeres el 52,5% de la riqueza total en activos, lo cual es equivalente a su representación dentro de la población. En Ghana, las mujeres poseen el 30,2% del total de la riqueza física de los hogares, y en India apenas el 19%. Esto sugiere que los regímenes matrimoniales y de herencia, junto con otros factores, inciden de forma importante en el logro de la equidad de género. Más aun, el caso de Ecuador sugiere que si es posible lograr la igualdad de género.

Gráfico 17. Distribución del valor de los ahorros, por sexo



La participación de las mujeres en el valor total de los ahorros es más alta en Ghana en comparación con los otros países. Ellas poseen el 37% de la riqueza en ahorros informales y el 38% de los ahorros formales. En Ecuador, solo el 5% de la riqueza total en ahorros es de tipo informal, lo que implica que la abrumadora mayoría de los ahorros se encuentra en cuentas formales. La brecha de género en el valor de los ahorros informales es pequeña, pero mucho más grande en general; las mujeres solo poseen el 35% del total de la riqueza en ahorros. En India, las mujeres poseen la proporción más pequeña del valor total de los ahorros. Los hombres tienen la mayoría de la riqueza de ahorros en cuentas formales. Solo el 16% del valor total de ahorros es mantenido en cuentas informales en India, pero una proporción relativamente alta del valor de estos ahorros informales, el 52%, es mantenido por las mujeres.

Implicaciones

Los patrones de las brechas de género en los activos y en la riqueza difieren ampliamente según la categoría de activo y entre países. La variación entre categorías sugiere que en las encuestas es importante recolectar datos sobre diferentes tipos de activos. La recolección de datos solamente sobre la propiedad de terrenos agrícolas de las mujeres o solo sobre su propiedad de negocios generaría una imagen engañosa de la realidad.

En Ghana, predomina la propiedad individual de activos: hasta el 75% de los activos son propiedad de individuos. La mayoría de los activos, con la excepción de los negocios y la joyería, pertenecen a hombres en forma individual. La propiedad de los activos por parte de la pareja principal es la excepción más

que la norma. La cantidad de mujeres que son propietarias es más alta que la proporción de riqueza en activos en manos de mujeres, lo que sugiere que los activos que son propiedad de mujeres son de menor valor que aquellos propiedad de los varones.

En Karnataka, India, para los activos de alto valor, incluyendo todas las categorías de bienes raíces, predomina la propiedad individual; y la mayoría de esta propiedad individual es de los hombres. La propiedad por parte de la pareja principal no es común para los activos de alto valor. Donde domina la propiedad individual, la brecha de género en los activos es grande. Donde se reporta que todos en el hogar son propietarios del activo, la brecha de género es estrecha. Se requiere investigar más para explicar lo que significa que algunos activos, como los animales y el equipamiento agrícola, sean propiedad de todos en el hogar. En general, la brecha de género en la riqueza es bastante amplia.

Ecuador contrasta con los otros dos países. Para todos los bienes raíces predomina la propiedad conjunta. El régimen matrimonial de la sociedad conyugal da como resultado que la mayoría de los activos de gran valor sea reportada como propiedad conjunta de la pareja principal. Sin embargo, muchos de los activos de menor valor son considerados como propiedad individual. Donde predomina la propiedad individual, como son los negocios y los ahorros, la brecha de género en la riqueza favorece a los hombres.

Los regímenes matrimoniales claramente tienen un gran impacto en las brechas de género en los activos y en la riqueza. Cuando las mujeres son copropietarias de todos los activos adquiridos dentro del matrimonio, las brechas de género en los activos y en la riqueza son mucho más pequeñas.

Los patrones de herencia en Ecuador también juegan un rol en la explicación de las diferencias en las brechas de género en los activos y en la riqueza entre los tres países. Legalmente en este país los hijos y las hijas heredan de forma igual si no hay testamento, y los datos de la encuesta confirman que esto es la norma en la práctica. En India, aunque la Ley de Sucesión Hindú de 1994 establece la igualdad legal para hijos e hijas en la sucesión sin testamento, en Karnataka, en la práctica, se privilegia

a los hijos sobre las hijas en la herencia de todas las categorías de propiedad. De todas maneras, los gastos incurridos para la boda de la hija, incluyendo los regalos de oro y electrodomésticos, son considerados como “lo que le toca” de herencia. En Ghana, la Ley de Sucesión no contempla ninguna norma sobre la distribución de la propiedad entre hijos e hijas.

Los hallazgos principales de este estudio de tres países incluyen:

- Es posible recolectar datos sobre la propiedad individual en encuestas de gran escala para realizar el análisis por género.
- Los patrones de propiedad individual y conjunta difieren ampliamente por categoría y tipo de activo y por país.
- Las brechas de género en los activos en Ghana y en India son grandes; las mujeres tienen desventaja en la propiedad de la mayoría de activos.
- Los patrones de incidencia subestiman las brechas reales en la propiedad, las que son reveladas cuando se comparan los valores de los activos de mujeres y de hombres.
- Los regímenes matrimoniales son críticos en cuanto su impacto sobre las brechas de género en los activos y en la riqueza, al esbozar las normas de la propiedad adquirida dentro del matrimonio.

La falta de datos a nivel nacional sobre la brecha de género en los activos ha obstaculizado los esfuerzos de los gobiernos por reducir la pobreza y las vulnerabilidades vividas por los individuos, los hogares y las comunidades pobres. Esta es una limitación seria para las políticas relacionadas con el logro de la igualdad de género. Adicionalmente, la carencia de datos a nivel nacional sobre activos desagregados por sexo hace difícil monitorear el progreso de las iniciativas MDG3, incluyendo el progreso con respecto al fortalecimiento de los derechos de propiedad y herencia de las mujeres. Los resultados de la investigación presentada aquí demuestran que es factible recolectar datos a nivel individual sobre la propiedad de activos, además de la importancia de analizar las brechas de género en los activos y en la riqueza.

El análisis de los datos cuantitativos recogidos en las tres encuestas continuará más allá del cálculo de las medidas sobre las brechas de género en los activos y en la riqueza presentados en este informe. Los patrones de la propiedad de activos de mujeres y hombres tienen que ser considerados dentro de un marco amplio que incluye el análisis de posición social y estatus económico, las normas sociales, los marcos legales y la cultura, entre otros factores. Investigaciones futuras, por ejemplo, se enfocarán en cómo la propiedad de activos de hombres o mujeres influye en resultados diferentes, ya sea en las decisiones intrafamiliares o en la pobreza al nivel del hogar.

El proyecto ha demostrado la posibilidad e importancia de recoger datos a nivel individual sobre la propiedad de los activos. Esperamos que este sea el primer paso hacia la recolección de este tipo de información en forma regular por los gobiernos y sus agencias estadísticas. Obviamente es necesario tener este tipo de información para más países para poder concluir que el régimen matrimonial de comunidad parcial de bienes es más favorable para las mujeres que el régimen de separación de bienes. Además de datos cuantitativos, será importante complementar este esfuerzo con más estudios cualitativos, y estudios tipo panel de nuestras mismas encuestas.

Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero¹²

Miriam Nobre¹³

¹² Este artigo tem como base o relatório de consultoria do projeto FAO/UTF/BRA “Nova organização produtiva e social da agricultura familiar brasileira – uma necessidade”, coordenado por DPMR nos marcos do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e NEAD/MDA.

¹³ Agrônoma, mestre pelo Programa de Estudos em Integração da América Latina da USP, técnica da Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e atualmente coordenadora do Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

Apresentação

A intensa e diversa organização das mulheres no campo brasileiro, inúmeros trabalhos de pesquisadoras relacionadas a universidades, ONGs e centros de pesquisa sobre as relações de gênero no meio rural, e a existência de instituições públicas federais, em especial a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criam uma dinâmica favorável à busca de uma melhor compreensão da contribuição econômica das trabalhadoras rurais e do alcance das políticas públicas para favorecer sua participação. O Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006 é uma fonte inestimável de informações nesse sentido, ainda mais por ter, pela primeira vez, incluído a variável sexo na caracterização dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos. Isso permitiu visibilizar que os homens eram responsáveis por 4.519.261 estabelecimentos (87,32% do total), enquanto as mulheres eram responsáveis por 656.228 (12,68% do total) (IBGE, 2009b, Tabela 1.1.2).

O *Censo Agropecuário 2006* adotou o conceito de “agricultura familiar”, conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O estabelecimento foi considerado de agricultura familiar quando simultaneamente respeitava o limite de área de quatro módulos fiscais (fração no caso de produtores comunitários), a direção era realizada pela família, a força de trabalho familiar era superior à contratada e a renda provinha principalmente das atividades do estabelecimento. Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar. Pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos por mulheres, enquanto na agricultura não familiar essa participação não chegava a 7% (IBGE, 2009a, p. 21).

Este artigo se propõe a realizar uma análise de gênero das informações disponibilizadas pelo IBGE relacionando-as a outras fontes de informações e estudos empíricos. A fim de contextualizá-la se inicia com uma revisão dos textos analíticos publicados logo após a divulgação do Censo, em 2009, elaborados por órgãos de governo, analistas relacionados a organizações da agricultura

familiar e a da agricultura patronal, evidenciando que em apenas um deles uma informação desagregada por sexo – a informação de pessoal ocupado – é citada. Em seguida, comenta como as informações estatísticas vêm sendo aprimoradas para serem indicadores da dinâmica das relações de gênero e das desigualdades ainda existentes e seus limites, pela dificuldade em mensurar as atividades e o tempo que recobrem a reprodução social. Um exemplo desse aprimoramento é comentado, em continuação, nas recomendações do Censo Agropecuário Mundial (CAM) 2010. O CAM 2010 é uma referência para o *Censo Agropecuário 2006*, mas nem todas as propostas feitas para melhor captar a participação das mulheres nas atividades agropecuárias foram adotadas.

A análise das informações desagregadas por sexo do *Censo Agropecuário 2006* está organizada em três partes. Na primeira parte são analisadas as informações disponíveis para o conjunto dos estabelecimentos agropecuários. Na segunda parte, aquelas disponíveis para os estabelecimentos da agricultura familiar, complementadas por tabulações especiais formuladas pelo IBGE por solicitação da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/MDA). Na terceira parte é analisada a variável derivada do conjunto dos estabelecimentos agropecuários relacionados ao sexo da mão de obra, dividindo-os em majoritariamente femininos, sem diferenciação significativa, aqui denominados mistos, e majoritariamente masculinos.

Ao final, a título de conclusão, algumas das evidências e hipóteses apresentadas ao longo do texto são retomadas e relacionadas a possíveis continuidades no aprimoramento da coleta de informações e na utilização daquelas disponíveis sobre a participação das mulheres nas atividades agropecuárias.

Contextualizando a análise

As primeiras análises sobre o Censo 2006

No *Censo Agropecuário* de 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela primeira vez, incluiu a variável sexo na caracterização dos produtores responsáveis pelos

estabelecimentos, assim como adotou o conceito de “agricultura familiar”.

As informações do *Censo Agropecuário 2006* foram divulgadas pelo IBGE em setembro de 2009 e começaram a ser analisadas por pesquisadores, gestores públicos e organizações da sociedade civil. Uma das primeiras análises foi realizada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), enfocando as informações sobre a agricultura familiar, pela primeira vez publicadas como parte integrante do Censo (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009). Os autores consideram as transformações ocorridas no campo brasileiro nos dez anos entre a realização do último Censo Agropecuário, em 1995-1996, e em 2006. Destacam os deslocamentos territoriais, por exemplo, com a expansão da cultura da soja, da cana e de usinas de açúcar e álcool para novas regiões; a maior internacionalização da agricultura, com a presença de transnacionais na produção de celulose ou de *tradings* na intermediação de exportações; e a estruturação de um conjunto de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e de distribuição de renda com impacto nas áreas rurais.

Procuram perceber como essas transformações se deram na agricultura familiar, a partir da comparação com análise feita pelo projeto Incra/FAO com base nas estatísticas do Censo 1995-1996. Os autores reconhecem que estrito senso não é possível uma comparação entre as duas bases de dados. O Censo Agropecuário 1995-1996 tem como período de coleta de dados o ano agrícola, enquanto o Censo 2006 volta a ter como período de referência o ano civil. A mudança no período da coleta de dados tem implicações nas informações sobre a área plantada, sobretudo de lavouras temporárias, e a mão de obra nela ocupada. Além do mais, o Censo 2006 delimita a variável derivada agricultura familiar, conforme a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), com um caráter mais restritivo em termos de área do que a variável utilizada pelo projeto Incra/FAO. Ambos partiam de uma mesma referência no cálculo da relação entre força de trabalho familiar e contratada, mas o projeto Incra/FAO não dispunha das mesmas informações sobre mão de obra temporária contratada a partir dos dados do Censo. Os autores concluem que a variável agricultura familiar do

Censo 2006 e o projeto Incra/FAO têm um núcleo comum, mas os critérios do estudo Incra/FAO são mais abrangentes e ampliam o universo da agricultura familiar.

Ainda que não sejam possíveis comparações estritas, os autores identificam tendências. A estrutura agrária do país segue concentrada. Há um pequeno aumento na participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos, na área e no valor bruto da produção. A maioria dos agricultores familiares acessa a terra na condição de proprietários. Na agricultura como um todo há uma tendência de queda do pessoal ocupado. No entanto, a queda nos postos de trabalho na agricultura familiar foi proporcionalmente menor que a observada em termos nacionais. O estudo Incra/FAO mostrou que a agricultura familiar era a principal geradora de postos de trabalho no setor (76,9% do total) e assim permanece em 2006 (78,8% do total). O valor bruto da produção da agricultura familiar cresceu 61% em termos reais (descontada a inflação), bastante superior a agricultura patronal.

Os autores analisam algumas informações somente a partir do Censo 2006, por não ter base de comparação com o projeto Incra/FAO. Citam o Caderno da Agricultura Familiar, que destaca a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produzia 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão (sendo 77% do feijão-preto, 84% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54% do feijão de cor) e 46% do milho.

A única referência às mulheres dá-se na análise do pessoal ocupado.

Entre as pessoas da agricultura familiar, a maioria eram homens (2/3), mas o número de mulheres ocupadas também era expressivo: 4,1 milhões de mulheres (1/3 dos ocupados). Em média um estabelecimento familiar possuía 1,75 homens e 0,86 mulheres ocupados com 14 anos ou mais de idade.

Há um aspecto importante sobre os ocupados nos estabelecimentos: 909 mil ocupados da agricultura familiar possuíam menos de 14 anos de idade, sendo 507 mil homens e 402 mil mulheres (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009, p. 31).

Nesse artigo não analisam as informações desagregadas por sexo do responsável do estabelecimento. No entanto, a visibilidade das mulheres no pessoal ocupado em um primeiro olhar sobre o Censo já é um passo importante. O Censo 1995-1996 traz informações desagregadas por sexo para o pessoal ocupado, mas o tratamento dado a essas informações a partir da variável agricultura familiar proposta pelo estudo Incra/FAO considera pessoal ocupado sem diferenciação por sexo (GUANZIROLI; CARDIM, 2000, p. 25). O objetivo deste trabalho foi delimitar o universo da agricultura familiar ante a agricultura patronal, de modo a captar informações que permitam melhor conhecer sua dinâmica e a necessidade de políticas públicas. Quando delimita a agricultura familiar considera a família como uma unidade indissociável e invisibiliza a contribuição de esposas, filhas e filhos como tais. Este estudo foi a referência inicial para o debate subsequente até a definição de agricultura familiar, como proposta na lei, e os resultados na qualificação do tratamento dos dados, pelo IBGE, do Censo 2006.

O estudo parte de um reconhecimento da complexidade do campo brasileiro, em função da diversidade agrária e da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes (ibidem, 2000, p. 10). Também propõe uma diferenciação socioeconômica entre os produtores familiares, caracterizando-os em agricultores capitalizados, em processo de capitalização, em descapitalização e descapitalizados.

Ainda em 2009 Gerson Teixeira divulga sua análise do Censo 2006 com repercussão em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que a publica em sua página *web*. O autor destaca que a concentração de terra permaneceu inalterada nos últimos vinte anos e questiona a informação de que 93% da área total dos estabelecimentos estejam na condição de áreas próprias. Observa que 86% do valor das dívidas dos estabelecimentos decorriam de operações com bancos ou agentes financeiros e que, considerando o valor das dívidas em relação aos bens dos estabelecimentos em termos médios, havia um grau confortável de solvência na agricultura brasileira. O êxodo rural

manteve-se pelo abandono da atividade agrícola e pela redução do contingente ocupado na atividade agrícola. O autor menciona o pessoal ocupado na agricultura em 2006 desagregado por sexo (TEIXEIRA, 2009).

Estudo encomendado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) utiliza os critérios de classificação do Pronaf para caracterização de dois tipos de agricultores: os “enquadráveis” e os “não enquadráveis” nas normas do Pronaf. Os primeiros respondem por 64,4% dos estabelecimentos, mas por 22,9% do valor bruto da produção (VBP). Os segundos são 30,7% dos estabelecimentos e 76,3% do VBP. A partir dessa informação concluem que os agricultores que se enquadram nas normas do Pronaf “produzem praticamente para o autoconsumo e não geram receita nos estabelecimentos” (FGV, IBRE, 2010, p. III).

As análises não consideram a concentração de terra, mas os dados apresentados revelam que os estabelecimentos enquadráveis no Pronaf têm área mediana de 7 ha e os não enquadráveis, 20 ha. Os estabelecimentos não enquadráveis no Pronaf são subdivididos em sete subcategorias, conforme o tamanho do estabelecimento medido em módulos fiscais. Os estabelecimentos com mais de 60 módulos têm área mediana de 3.872 ha. A mediana do VBP é de R\$ 2.185,00 para os enquadráveis e R\$ 3.050,00 para os não enquadráveis, o que não é uma grande diferença, considerando o desigual acesso à terra, condições de produção e poder político de cada grupo. O estabelecimento médio (entre 4 e 15 módulos fiscais) contribui com 15,7% do VBP total e tem um valor mediano de R\$ 16.903,00. O estabelecimento de mais de 60 módulos contribui com 18,6% da VBP total e tem um valor mediano de R\$ 47.070,00, o que indica a desigualdade interna ao setor “não enquadráveis”.

Por fim, analisando o valor da produção de lavouras selecionadas, o estudo identifica as maiores contribuições dos grandes estabelecimentos em algodão, cana-de-açúcar e silvicultura. No caso da mandioca, o VBP de ambos é bastante semelhante, valor total em mil reais de 1.793.832 dos “enquadráveis” e 1.834.493 dos “não enquadráveis”. Não é possível perceber a contribuição de ambos na produção de feijões. As informações

estão disponibilizadas para a produção de grãos, que soma arroz, feijão, milho, soja, sorgo e trigo.

Esse estudo não faz nenhuma menção às mulheres agricultoras nem considera a força de trabalho familiar ou contratada como objeto de análise.

A partir de então o Censo começa a ser utilizado para análises setoriais, como a utilização de agrotóxicos, e com delimitações territoriais por estado. Lauro Mattei utiliza as informações do Censo para analisar a agricultura familiar em Santa Catarina. É um dos poucos a propor uma análise de gênero, mas ainda centra-se na informação sobre pessoal ocupado no setor agropecuário catarinense.

Um olhar sobre a temática do gênero revela a preponderância do trabalho dos homens no meio rural, uma vez que os mesmos respondiam por 62% do total de ocupados, ou seja, por mais de 351 mil pessoas. Quando se consideram os distintos tipos de agricultura praticados, nota-se que no caso da agricultura familiar os homens respondiam por 59% da mão de obra deste setor, o que revela a maior importância da mulher neste setor de atividade.

Já no caso da agricultura não familiar os homens respondiam por 71% do total dos ocupados, revelando dois aspectos cruciais desta forma de produção: além de ocupar bem menos pessoas comparativamente à agricultura familiar, há menos espaço de trabalho para as mulheres trabalhadoras rurais (MATTEI, [2009?], p. 9).

Revelando as desigualdades de gênero

Os desafios iniciais quanto às informações que se produzem sobre a atividade agropecuária são visibilizar o trabalho realizado pelas mulheres no setor e revelar as desigualdades de gênero ainda presentes no acesso aos meios de produção. Desde os anos 1980 vem se ampliando e qualificando a coleta de informações e cada vez mais se incluindo a variável sexo na caracterização das pessoas ocupadas na agricultura e responsáveis por estabelecimentos. Também se ampliam as análises dessas informações, inclusive com comparações regionais, como os trabalhos de Carmen Diana

Deere e Magdalena León sobre posse da terra (DEERE; LEÓN, 2001) e análises no âmbito dos países do Mercosul pela Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) (MDA; NEAD, 2006).

Segue necessário avançar em análises que tenham como ponto de partida o entendimento de como funciona a produção da agricultura familiar, camponesa, indígena. Ainda é comum que a forte presença das mulheres no trabalho para o autoconsumo e não remunerado seja avaliado como um indicador negativo a ser superado, desde um pressuposto, explícito ou não, de que a agricultura familiar é atrasada e será superada pela expansão do capitalismo no campo com relações de trabalho assalariadas.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) são um exemplo. Um dos indicadores para se atender ao Objetivo nº 3 – “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres” – refere-se à proporção de trabalhadoras assalariadas no setor não agrícola como medida de magnitude inversa do trabalho feminino não remunerado. A falta de remuneração própria também é indicador de autonomia econômica do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, coordenado pela Cepal¹⁴.

O Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs de março de 2010 descreve que “em 2008 somente 3% das mulheres ocupadas no setor não agrícola não tinham rendimento, [...] em contraposição no setor agrícola 28,5% das mulheres ocupadas com 15 anos ou mais não tinham rendimento no ano de 2008. [...] A situação é mais comum na agricultura familiar”. As ações de enfrentamento descritas no Relatório referem-se ao fortalecimento das mulheres como agricultoras.

Diferenciadas políticas buscam enfrentar essa questão, como linhas de crédito para agricultura familiar voltadas especificamente para mulheres, capacitação de agricultoras, apoio ao comércio, apoio a projetos de extensão rural voltados para mulheres, entre outras. Importantes, também, são as ações que trabalham com a dimensão cultural, buscando visibilizar e valorizar os trabalhos tradicionalmente desenvolvidos pelas mulheres (IPEA, 2010a, p. 59).

¹⁴ Disponível em: <<http://www.eclac.org/oig/aeconomica/>>. Acesso em: 20 maio 2011.

No entanto, seguindo estritamente os indicadores propostos, um país onde camponesas desalojadas de suas terras em razão de um conflito armado trabalham em *maquillas*, em condições de superexploração, estaria mais perto de promover a autonomia econômica das mulheres que aqueles onde elas seguem produzindo em suas terras.

Há ainda o debate em torno à distribuição dos rendimentos no interior da família e se estes deveriam ter a forma de assalariamento. Beatriz Heredia e Rosângela Cintrão analisam que “o fato do trabalho ser sem remuneração reflete as características do trabalho familiar [...] e não necessariamente corresponde a condições precárias de trabalho, embora certamente tenha consequências sobre as vidas das mulheres (e também dos filhos e das filhas)” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 5).

Para além da renda, a economia feminista ressalta a contribuição econômica do trabalho que não produz mercadoria, como o trabalho doméstico e de cuidados. Nalu Faria descreve a avaliação positiva que uma agricultora faz dos resultados de seu trabalho pela melhoria na qualidade da alimentação de sua família (FARIA, 2009, p. 23). Partindo da experiência de indígenas andinas, Magdalena León propõe avançar em visões integrais da economia que recuperem o conjunto das relações e dos recursos que são mobilizados nos ciclos de produção, reprodução e criação de riqueza que não estão circunscritos ao mercado ou ao que se troca por dinheiro (LEÓN, 2010, p. 24)

Ao mesmo tempo, em uma sociedade hegemônica pelas relações de mercado, o acesso a renda monetária permite o acesso a uma série de produtos e serviços, inclusive alguns básicos, ainda não providos pelo Estado ou pela vida comunitária, como são os exemplos de eletrodomésticos que diminuem o trabalho doméstico ou que permitem a comunicação. Cheryl Doss, Carmen Grown e Carmen Diana Deere relacionam a propriedade pelas mulheres a fatores de produção, como terra, animais, equipamentos agrícolas, a um maior empoderamento pessoal e até mesmo a menor vulnerabilidade à violência doméstica. Por essa razão propõem indicadores ao monitoramento do Objetivo nº 3 dos ODMs relacionados à posse de ativos (DOSS;

GROWN; DEERE, 2011, p. 3-4). Elas atentam-se aos bens e à sua movimentação de compra e venda para observar o bem-estar de mulheres e homens em diferentes fases da vida e sua segurança ante situações como doenças, divórcios ou perdas de safras para seguir como produtoras e produtores.

As referências de bem-estar e autonomia, sobretudo para as organizações de agricultoras, tendem a combinar produção para autoconsumo e mercado, bem como uma visão integrada de território sob manejo e controle das populações que aí convivem. Concebem mercado a partir de relações de proximidade e ciclos curtos que têm consideravelmente menos impactos ecológicos e sobre o tecido social (FRIENDS OF THE EARTH, 2007, p. 85-94), com consequências positivas para a segurança alimentar e a qualidade vida de toda a comunidade local. Desse modo, como fortalecer a participação das mulheres no manejo e gestão das terras familiares e nos territórios de suas comunidades? A individualização da propriedade e da remuneração são possibilidades, mas não exclusivas. Por exemplo, a participação das mulheres na produção associativa de grupos de mulheres em geral lhes dá mais possibilidades de decisão sobre o manejo e controle sobre os resultados de seu trabalho.

Antes de seguir é preciso considerar um elemento presente nas análises de gênero de dados do campo brasileiro: a crescente masculinização e envelhecimento da população rural com consequências na vida das comunidades rurais e nos modelos de produção (BRUMER, [2009?], p. 1). Compreender as motivações da migração rural-urbana feminina é muito importante. Tanto quanto é compreender as motivações, opções e possibilidades das mulheres que permanecem não só no campo, mas realizando atividades agropecuárias.

Ampliar o debate sobre os dados do *Censo Agropecuário 2006* pode contribuir para coletivamente identificar que informações permitem monitorar a maior autonomia econômica das mulheres rurais em uma perspectiva que combina o fortalecimento da produção para o autoconsumo e para o mercado, bem como das mulheres como ativas produtoras agropecuárias com capacidade crescente de decisão.

Recomendações do Censo Agropecuário Mundial 2010 e a coleta de informações desagregada por sexo pelo Censo Agropecuário 2006

O *Censo Agropecuário 2006* procurou responder às recomendações internacionais do Programa do Censo Agropecuário Mundial 2010 (CAM 2010). O Caderno de apresentação do Programa dedica uma seção ao papel da mulher na agricultura (FAO, 2007, p. 13). Segundo ele, a contribuição das mulheres na produção agropecuária não é considerada por falta de dados e por problemas de cálculos precisos. É possível estruturar a coleta de informações para captar o trabalho das mulheres, inclusive o doméstico, e as inter-relações entre os diferentes membros da família na gestão e operação dos estabelecimentos. A base é a identificação dos produtores, o que permite a comparação das explorações dirigidas por homens e mulheres. Relacionada às informações sobre áreas, cultivos, práticas agrícolas, permite identificar os problemas enfrentados pelas agricultoras. O CAM 2010 propõe o conceito de produtor agrícola como grupos de pessoas, que pode ser formado por marido e mulher, e assim aproxima-se da noção de cochefia familiar. Aponta desafios na coleta de informações sobre emprego das mulheres e divisão do trabalho nos domicílios. Sua grande inovação é a proposta de recolher informações considerando subexplorações e subprodutores, o que permite melhor captar a divisão de responsabilidades na gestão familiar e o papel das mulheres no processo de tomada de decisões.

Uma subexploração é uma atividade agrícola individual ou de grupo, administrada por uma pessoa particular ou grupo de pessoas no estabelecimento, que pode compreender parcelas de área ou mesmo a criação de animais sem área.

Um subprodutor é a pessoa responsável pela administração de uma subexploração.

Uma situação característica é aquela onde o produtor designado é o homem e tem a responsabilidade principal, como subprodutor do plantio de cultivos primários. A esposa do produtor pode ser a segunda subprodutora, com responsabilidades específicas de gestão, por exemplo, da horta doméstica. Outros membros da família podem

ser também subprodutores com responsabilidades específicas, por exemplo, na criação de gado. [...]

O uso dos conceitos de subexploração/subprodutor ajuda a identificar melhor os produtores agrícolas. Ao invés de identificá-los diretamente, se identifica primeiro cada subprodutor e se usa esta informação para determinar o principal encarregado na tomada de decisões (FAO, 2007, p. 24).

No entanto, a coleta de informações em separado tende a acontecer nos casos em que a família tem uma decisão consciente sobre a responsabilidade de um de seus membros por uma atividade – uma parte da área do roçado ou o quintal. Algumas agricultoras relatam experiências em que, quando jovens, puderam ter o seu próprio roçado para gastos pessoais, além de trabalhar no roçado da família. O risco, então, é de permanecer na invisibilidade o trabalho realizado pelas mulheres na subexploração de responsabilidade do pai ou marido. Outro limite é a fragmentação da unidade produtiva ocultando as inter-relações entre as atividades fundamentais, em especial nas práticas agroecológicas.

O CAM 2010 também propõe a coleta de dados em âmbito comunitário e sua relação com outros levantamentos, como aqueles de uso do tempo, que fornecem informações úteis à compreensão da realidade das mulheres no campo.

O *Censo Agropecuário de 2006*, em conformidade com o Programa do Censo Agropecuário Mundial de 2010, identifica o sexo do responsável pelo estabelecimento. A condição legal do produtor contempla a categoria “condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas”, que pode ser marido e mulher, mas também grupos de amigos ou parentes. Contudo, quando se define quem dirige o estabelecimento, considera-se apenas um dos produtores. Na resposta a quem dirige o estabelecimento o Manual do Recenseador instrui assinalar “Produtor titular diretamente ou sócio – quando a direção dos trabalhos estiver sob a responsabilidade do produtor, ou de um sócio, no caso de sociedade de pessoas: marido e mulher, parentes e amigos; ou de um dos condôminos, no caso de condomínio” (IBGE, 2007,

p. 37). No caso de explorações comunitárias há orientação clara para que se registre a quantidade de produtores separados por sexo. Os conceitos de subexploração e subprodutor não foram utilizados no Censo 2006.

O Censo também desagrega por sexo as informações sobre pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor: cônjuge, filho(a), pai, mãe, sogro(a), avô(ó), genro, nora, companheiro(a), menor sob guarda ou tutela, irmão(ã), neto(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a), cunhado(a), enteado(a) do produtor.

Censo Agropecuário 2006: análise do conjunto dos estabelecimentos agropecuários

Nesta parte do texto serão comentadas as informações relativas a condição do produtor em relação às terras, condição legal do produtor, forma de obtenção da terra, educação, orientação técnica e local do estabelecimento, e atividade do produtor fora do estabelecimento, informações estas que são desagregadas por sexo do responsável pelo estabelecimento na publicação do *Censo Agropecuário 2006* (IBGE, 2009b). Em continuação são analisadas as informações relativas a formalização dos estabelecimentos pelo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), filiação a associações de classe e financiamento a partir de tabulações especiais realizadas pelo IBGE a pedido da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA.

Estabelecimentos agropecuários em que as responsáveis são mulheres

A participação de mulheres responsáveis pelos estabelecimentos (12,68%) é ainda inferior à taxa de mulheres chefes de família no meio rural brasileiro, de 14,6% segundo a PNAD de 2006 (SPM/IPEA/UNIFEM, 2008, p. 3). Embora a participação das mulheres chefes de família no meio rural tenha se elevado de 11,4%, em 1993, para 14,6%, em 2006, ainda está distante da realidade no mundo urbano, onde a chefia feminina aumentou em 9,6 pontos percentuais no mesmo período. Em 2006 as mulheres se declararam como responsáveis por quase 29% dos

domicílios brasileiros. Hildete Melo e Alberto Di Sabbato analisam que a “posição de chefe de família ainda é tradicionalmente um lugar masculino, mas tudo indica que o campo não está imune às transformações em curso na sociedade” (DI SABBATO; MELO, 2009, p. 98). No entanto, pode se verificar maior resistência na atuação das mulheres como responsáveis por atividades agropecuárias. Esses mesmos autores descrevem que, em 2006, 24,5% das mulheres chefes realizavam atividades de serviços ou não especificadas (ibidem, Tabela 19b, p. 100).

Considerando a idade, 60% dos homens que dirigiam os estabelecimentos tinham mais de 45 anos, enquanto 68% das mulheres estavam nessa faixa etária, o que evidencia tanto o envelhecimento como uma tendência à masculinização nas novas gerações. Ao mesmo tempo indica a experiência e a permanência no campo.

Segundo dados compilados pela FAO para alguns países da América do Sul, os domicílios rurais chefiados por mulheres eram 17,1% dos domicílios rurais na Bolívia, 21,7% na Colômbia, 13,4% no Paraguai e 16,3% no Peru (FAO, 2011, p. 122). Na África Subsaariana chegavam a 25,5% (ibidem, p. 118).

As mulheres eram responsáveis por 15% dos estabelecimentos agropecuários na África Subsaariana, com grande variação intrarregional; eram menos de 5% no Mali e mais de 30% em Botsuana, Cabo Verde e Malawi. A América Latina é a região considerada em desenvolvimento com mais alta participação de mulheres responsáveis por estabelecimentos, pouco menos de 20% do total, excedendo a 25% no Chile, Equador e Panamá (ibidem, p. 23 e 24).

Condição do produtor em relação às terras

As mulheres enfrentam uma profunda desigualdade no acesso à terra. Na primeira tabela apresentamos a distribuição dos estabelecimentos por sexo do responsável e por sua condição em relação à posse da terra: proprietários, assentados sem titulação definitiva, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área. Como se verá abaixo, a proporção de estabelecimentos em que as responsáveis são mulheres na condição de proprietárias é ligeiramente inferior à dos homens e praticamente igual no

caso de assentados sem titulação definitiva. No entanto, as mulheres são as mais precárias entre os precários. A proporção de estabelecimentos em que as responsáveis são mulheres é quase a metade da dos homens na condição de arrendatários e quase o dobro na condição de produtores sem área.

No Censo 2006, diferentemente do anterior, quando identificada a existência de atividade de criação ou produção agropecuária de pessoal empregado, e informado que esta atividade não estava sob responsabilidade do produtor, um novo questionário era aberto com as informações do empregado, o qual se considerou como produtor sem área. Esse procedimento aumentou o número de produtores sem área, mas possivelmente com maior impacto sobre os homens, já que eles são a maioria dos empregados.

Tabela 1 – Condição do produtor em relação às terras, por sexo do responsável pelo estabelecimento

Condição do produtor	Mulher %	Homem %
Proprietário	75,9	76,3
Assentado sem titulação definitiva	3,6	3,7
Arrendatário	2,4	4,7
Parceiro	1,7	2,9
Ocupante	8,3	7,9
Produtor sem área	8,1	4,5
Total	100	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

O acesso desigual das mulheres à terra é ainda mais evidente quando observamos a área média por condição do produtor. Os estabelecimentos em que as mulheres são as responsáveis têm áreas médias inferiores à metade da área média dos estabelecimentos em que os homens são responsáveis nas condições de proprietários e arrendatários, e próximas à metade nos casos em que eles são parceiros e ocupantes. Na condição de assentados a diferença é menor; a área média dos estabelecimentos

em que a mulher é responsável equivale a 78% da área média dos administrados porhomens. Ainda assim é uma diferença significativa, considerando as diferentes iniciativas levadas a cabo nos últimos anos para eliminar as barreiras ao acesso das mulheres à terra nos processos de seleção de beneficiários e nas políticas de apoio aos assentamentos de Reforma Agrária (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 195 e 196; BUTTO; HORA, 2008, p. 27-33).

Há que se considerar que o número de estabelecimentos em que a mulher é responsável na condição de assentado sem titulação definitiva (23.660 estabelecimentos) equivale a 12,5% do total de estabelecimentos nessa condição (189.191). Esta proporção é muito próxima aos 12,6% de participação das mulheres como beneficiárias diretas no I Censo Nacional de Reforma Agrária realizado em 1996 (DEERE, 2002, p. 112). No entanto, segundo dados do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) para 2006 disponibilizados pela DPMR por consulta realizada em 17 de junho de 2011, 26.056 mulheres chefes de família eram beneficiárias dos programas de Reforma Agrária, o que representava 14,87% do total. O Sipra contabilizava 55.466 mulheres em situação de casamento, ou seja, beneficiárias por titulação conjunta. Somadas as duas situações, as mulheres representavam, em 2006, 46,53% dos beneficiários dos Programas de Reforma Agrária. Os dados do Sipra são atualizados de forma permanente, enquanto as informações do Censo são um retrato do momento da coleta de dados. Além do mais o Sipra inclui os beneficiários com titulação definitiva, enquanto a categoria contabilizada pelo Censo é de terras concedidas por órgão fundiário ainda sem título definitivo.

Tabela 2 – Área média dos estabelecimentos segundo a condição do produtor e o sexo do responsável pelo estabelecimento

Condição do produtor	Mulher (ha)	Homem (ha)
Proprietário	33,17	84,19
Assentado sem titulação definitiva	24,33	31,26
Arrendatário	13,89	41,03
Parceiro	8,02	14,43
Ocupante	7,98	16,53

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

A Tabela acima revela uma das formas de desigualdade no acesso à terra pelas mulheres, que é o fato de serem responsáveis por unidades menores. A área média das proprietárias representava menos de 40% dos proprietários, e a área média das arrendatárias representava 34% dos arrendatários. Somam-se a isto as evidências de estudos empíricos que indicam estarem as mulheres em áreas com menores condições de produção e acesso à comercialização (CARNEIRO, 2001, p. 49; DOSS; GROWN; DEERE, 2011, p. 6). Considerando dados representativos e comparáveis de 20 países na Base de Dados RIGA (Rural Income Generating Activities) da FAO, em todos eles a área média dos estabelecimentos chefiados pelos homens era superior àquela dos chefiados por mulheres. A desigualdade era mais acentuada em Bangladesh, Paquistão e Equador, onde a área média sob responsabilidade dos homens era mais do que o dobro daquela sob responsabilidade das mulheres (FAO, 2011, p. 23).

No caso das assentadas sem titulação definitiva, há que se perguntar o que explica a área média das assentadas ser equivalente a 78% dos assentados, já que os lotes nos projetos de assentamentos são divididos em áreas iguais. Uma hipótese é a diferença na distribuição regional. Considerando o tamanho dos módulos diferenciado por região, a área média dos estabelecimentos dos assentados sem titulação definitiva é 57,68 ha na Região Norte; 20,08 ha no Nordeste; 21,63 ha no Sudeste; 22,08 no Sul; 44,45 ha no Centro-Oeste. Carmen Diana Deere, analisando os dados do Censo da Reforma Agrária de 1996, aponta para uma grande variação regional, e mesmo dentro de cada região, na participação das mulheres chefes de família nos projetos de Reforma Agrária. O índice das beneficiárias era maior no Nordeste (13,4%) e Sudeste (13,8%) do que no Sul (7,9%) e no Centro-Oeste (11,5%). Em 1996 as mulheres chefes de família eram 12,7% dos beneficiários na Região Norte, o que é muito próximo da participação nacional de 12,6%, e os beneficiários estimados da Região Norte representavam 41% do total e 33% do Nordeste (DEERE, 2002, p. 145, e Incra/CRUB/UnB, 1997, p. 9). Em 2006, segundo o *Censo Agropecuário*, a distribuição dos estabelecimentos de assentados sem titulação definitiva era de 14% na Região Norte; 46% no Nordeste; 9% no Sudeste; 12% no Sul e 19% no Centro-Oeste (IBGE, 2009b, p. 523).

Carmen Deere se pergunta se as variações regionais são menos relacionadas a causas estruturais, como o preço da terra, e mais à expressão de um modo particular pelo qual os movimentos sociais têm-se desenvolvido e definido suas prioridades (DEERE, 2002, p. 112). Os dez anos que separam o Censo da Reforma Agrária do Censo Agropecuário foram de expansão e fortalecimento das mulheres nos movimentos sociais rurais; mereceria, portanto, uma análise dos impactos regionais de sua presença no acesso à terra. No entanto, ao se manter a maior participação de mulheres chefes de família na Região Nordeste, somado à indicação de um aumento na participação de assentamentos nessa região, tem-se uma explicação possível para a variação na área média dos estabelecimentos de assentados sem titulação definitiva segundo o sexo do responsável.

Condição legal do produtor

A quase totalidade dos estabelecimentos tem a condição legal de produtor individual, quase 96% dos estabelecimentos em que os homens são responsáveis e pouco mais de 96% dos estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis.

A condição legal “condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas” foi utilizada nos casos em que o responsável fosse, em realidade, mais de uma pessoa, como marido e mulher, pais e filhos, amigos ou outros. No entanto esta condição representou 2% dos estabelecimentos para ambos os sexos dos responsáveis. Portanto, esta ainda não é uma condição que permite retratar a contribuição das esposas como corresponsáveis na produção do estabelecimento agropecuário. A participação dos estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis na condição legal cooperativa é bastante semelhante à dos homens, mas é inferior no caso de sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada.

Forma de obtenção da terra

A tabela abaixo considerou o total de estabelecimentos para as formas de obtenção de terra conforme dados da Tabela 1.1.7 – Forma da obtenção das terras do produtor proprietário, segundo as variáveis selecionadas – Brasil – 2006, do *Censo Agropecuário 2006*, ou seja, um total de 3.977.555 estabelecimentos em que os homens são responsáveis e um total de 552.205 estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis.

Tabela 3 – Forma de obtenção da terra por sexo do responsável pelo estabelecimento

Forma de obtenção	Mulher %	Homem %
Compra de particular	42,2	54,9
Compra via crédito fundiário (Cédula da terra, Banco da terra, etc.)	0,8	1
Titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação	6,7	6,4
Herança	44	32,2
Doação particular	3,5	2,6
Usucapião	1	1
Outra forma	1,3	1,2
Não sabe	0,5	0,5
Total	100	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

É possível verificar que a herança permanece como forma principal de acesso à terra para as mulheres, como identificado por Carmen Diana Deere e Magdalena León, em cinco países da América Latina (DEERE; LEÓN, 2003, p. 110), e por Cheryl Doss, Caren Grown e Carmen Diana Deere na Ásia do Sul (DOSS; GROWN; DEERE, 2011, p. 13).

Carmen Diana Deere e Magdalena León (ibidem) utilizaram dados do Censo Comunitário Rural 2000 para o Brasil e identificaram que 54% das mulheres tiveram acesso à terra por herança, 0,6% pelo Estado, 37,4% pelo mercado e 7,8% de outras formas, o que inclui doações particulares. No caso dos homens,

22% por herança, 1% pelo Estado, 73,1% pelo mercado e 3,9% por outras formas. Comparado ao *Censo Agropecuário 2006*, chama a atenção o aumento da forma de obtenção de terra por mecanismos de Estado, como os processos de reforma agrária e regularização fundiária. Esta forma tem participação similar para estabelecimentos com mulheres e homens responsáveis.

O Estado não chega a reproduzir os mecanismos de desigualdade de gênero do mercado, mas tampouco consegue desenvolver ações afirmativas capazes de neutralizar os seus impactos. Quando se consideram os estabelecimentos em que a terra foi obtida por Reforma Agrária, 87% tinham um homem como responsável e 13% uma mulher. No caso do crédito fundiário esta diferenciação é ainda maior – em 91% deles um homem era responsável e apenas 9% tinham uma mulher como responsável.

Marcelo Miná Dias analisa a participação de mulheres e homens como beneficiários diretos (o titular da assinatura do contrato) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Considerando as entradas até março de 2010 no Sistema de Análise e Contratação do PNCF, o autor identifica a participação por acesso direto de 81,8% de beneficiários e 18,1% de beneficiárias nas várias modalidades do programa. Esta participação é similar à proporção de domicílios chefiados por mulheres no meio rural brasileiro, que era de 18% em 2009 (DIEESE, 2011, p. 32). Ainda assim, o autor questiona a prevalência masculina no programa – o que “implica uma série de dificuldades para que as mulheres rompam com relações de dominação que são cotidianamente atualizadas em concepções e práticas” –, ressalta o fato de que a maioria das beneficiárias é solteira e constata a necessidade de novas ações afirmativas que potencializem o acesso das mulheres à terra por meio do PNCF (DIAS, 2010, p. 49 e 50).

Andrea Butto e Karla Hora traçam um breve histórico das políticas governamentais de acesso à terra no Brasil e demarcam 2003 como o início da mudança na concepção que orienta as políticas no meio rural e a proposição de ações afirmativas que se efetivaram na revisão de marcos legais e na execução de vários programas. Este marco se expressa no II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) e no I PNPM

(Plano Nacional de Políticas para as Mulheres), ambos de 2004 (BUTTO; HORA, 2008, p. 28). O pouco tempo que separa essas iniciativas do *Censo Agropecuário 2006* dificulta que seu impacto já possa ser percebido. As informações coletadas neste Censo e diferenciadas por sexo são um ponto inicial na observação das mudanças que estão a ocorrer ao longo do período até a realização do próximo Censo. Sabe-se de antemão que políticas governamentais para fazer frente às desigualdades históricas no acesso das mulheres à terra, bem como aquelas que são criadas pelo modelo de agricultura industrial, só terão impactos ao se combinarem as ações massivas de redistribuição de terras por meio de assentamentos e regularização fundiária com políticas de ação afirmativa dirigidas às mulheres como beneficiárias em acesso conjunto ou direto à terra.

Educação

Na população rural verifica-se um aumento da escolaridade feminina.

Assim, se, em 1993, 16,8% dos homens urbanos e apenas 2,8% dos rurais tinham estudado por nove anos, no mínimo, em 2006, as porcentagens foram de 35,5% e 12,1%. No caso das mulheres urbanas, 17,9% tinham aquele nível de escolaridade em 1993, e apenas 3,5% das rurais. Em 2006, 38,4% e 15,2% das residentes, respectivamente, nas cidades e na zona rural tinham estudado, no mínimo, nove anos (LOMBARDI, 2009, p. 130).

A maioria dos países com informações na Base de Dados RIGA atingiram a paridade de gênero na educação primária. Na América Latina um dos maiores avanços para as mulheres tem sido na educação primária e secundária, no entanto, ainda persistem desigualdades entre populações indígenas de muitos países (FAO, 2011, p. 29)

No *Censo Agropecuário 2006* a distribuição do nível de instrução por sexo dos produtores revela que as mulheres responsáveis por estabelecimentos apresentam escolaridade mais baixa do que os produtores. Dentre os homens responsáveis pelo estabelecimento, 23,6% não sabe ler e escrever, enquanto 31% das

mulheres estão nessa categoria. Agregando as categorias “não sabe ler e escrever” e “sabe ler e escrever (sem nenhuma instrução e alfabetização de adultos)”, obtém-se 45,7% do total de informantes do sexo feminino e 38,1% do sexo masculino (IBGE, 2009b, p. 121).

Nos extratos de menor escolaridade há maior disparidade entre mulheres e homens na condição “não saber ler e escrever”. Esta é uma condição de maior incidência nas faixas etárias de 55 anos ou mais. Na faixa etária de menor de 25 anos, as mulheres na condição “não sabe ler e escrever” e “nenhuma instrução” são menos de 1% do total de todas as mulheres, enquanto os homens se referem a 1,55% do total de homens. Isto mostra que o problema de acesso à educação para as mulheres na zona rural se concentra nas mulheres idosas, que trazem a marca do preconceito e da exclusão de anos anteriores. A proximidade na participação na alfabetização de adultos, com uma ligeiramente maior participação para as mulheres (5,29 e 5,54), revela que, para enfrentar o problema, mais do que manter a igualdade são necessárias ações de reparação dirigidas às mulheres idosas.

O Programa Mulheres Mil é uma iniciativa do Governo Federal nesse sentido e integra as ações do Brasil Sem Miséria. Em março de 2012 mais de 10 mil mulheres participavam de atividades de formação em gênero, profissionalização e elevação da escolaridade, implementadas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets) e coordenadas pelo Ministério de Educação em parceria com a Agência de Cooperação Canadense¹⁵. Entre as atividades de profissionalização a demanda inicial das mulheres reproduz atividades consideradas femininas, como corte e costura e artesanato, mas os cursos ministrados vão além e muitos tratam do processamento de alimentos.

A FAO descreve uma participação crescente de mulheres na educação superior em todas as regiões consideradas em desenvolvimento. Apesar de não haver dados desagregados por sexo, esta parece ser a tendência também nas ciências da agricultura. A participação das mulheres na pesquisa e na educação superior nessa área é particularmente alta na África do Sul (41%), Moçambique (35%) e Botsuana (32%) (FAO, 2011, p. 30).

¹⁵ Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

Nos extratos de maior escolaridade há uma aproximação entre homens e mulheres: 7,38% dos produtores e 7,01% das produtoras tinham Ensino Médio; 2,81% dos produtores e 2,9% das produtoras, Ensino Superior. Chama a atenção, no entanto, a menor incidência de produtoras com formação técnica nas áreas relativas à produção agrícola (Agronomia, Veterinária, Zootecnia e Engenharia Florestal). No caso das agrônomas, a faixa etária de maior participação é de 35 a menos de 45 anos, enquanto os agrônomos de 45 a menos de 55 anos. Não há diferença significativa na posição (proprietários, administradores, etc.) entre homens e mulheres com Ensino Superior na área. Esta informação indica duas hipóteses que podem se somar. As mulheres, sobretudo das zonas rurais, que ascendem ao Ensino Superior não o fazem em profissões técnicas na área (porque pode haver menor disponibilidade de cursos comparada a outras áreas, os cursos podem ter período de aula integral dificultando compatibilizar com atividade que garanta remuneração, repetição do padrão geral em que as moças são impelidas aos cursos que associam a tarefas de cuidado consideradas femininas, etc.). Considerando que há um aumento crescente da participação de mulheres nessas profissões, outra hipótese seria que para elas talvez seja mais difícil aceder à terra e atuar como produtoras do que para os homens. Dos produtores com graduação em agronomia 97,5% são homens e 2,5% são mulheres. Por não dispor de dados nacionais, a título de exemplo, comparamos dados de profissionais em agronomia registrados no CREA-RJ em 2010: 12% eram mulheres e 88% homens¹⁶, enquanto no *Censo Agropecuário* os produtores agrônomos no Rio de Janeiro eram 97% do total de produtores com esta formação.

¹⁶ Pesquisa no CREA-RJ mostra crescimento da participação da mulher. Disponível em: <<http://www.confearg.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8885&pai=8&sid=10&tpl=printerview>>. Acesso em: 14 maio 2010.

Tabela 4 – Pessoa que dirige o estabelecimento por sexo e nível de instrução

Escolaridade	Mulheres	Homens %
Não sabe ler nem escrever	30,96	23,56
Nenhuma instrução, mas sabe ler e escrever	9,20	9,25
Alfabetização de adultos	5,54	5,29
Ensino fundamental incompleto	37,38	43,08
Ensino fundamental completo	7,03	8,64
Ensino médio técnico agrícola	0,91	1,41
Ensino médio outro	6,10	5,97
Ensino superior profissões da área	0,12	0,50
Ensino superior outros	2,78	2,31
Total	100	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

Orientação técnica

“No País, a orientação técnica continua muito limitada, sendo praticada em 22,0% dos estabelecimentos, os quais, entretanto, ocupam 46,0% das terras. A área média do grupo assistido é de 228 ha; enquanto a dos não assistidos é de 42 ha. É nítida a segmentação da assistência técnica em função de sua origem e do tamanho dos estabelecimentos atendidos” (IBGE, 2009b, p. 117). “O sexo do produtor, para qualquer nível de instrução, também foi determinante: os estabelecimentos dirigidos por mulheres receberam menos orientação técnica. Do total de produtores homens, 76,5% não receberam orientação; para as mulheres, o contingente é de 87,3%” (IBGE, 2009b, p. 121).

A realidade brasileira insere-se no contexto mundial, em que nos demais países considerados em desenvolvimento produtoras e produtores têm pouco acesso aos serviços de extensão, mas as mulheres estão ainda em pior situação. Segundo pesquisa realizada pela FAO em 1988-1987 em 97 países, somente 5% de todos os recursos dos serviços de extensão eram dirigidos às mulheres, e somente 15% dos extensionistas eram mulheres. Estudos empíricos demonstraram que além do menor acesso, os resultados do trabalho de extensão eram mais evidentes nas áreas de responsabilidade dos homens que naquelas das mulheres (FAO, 2011, p. 32).

Tabela 5 – Orientação técnica por sexo da pessoa que dirige o estabelecimento

Sexo	Não recebeu %	Ocasionalmente %	Regularmente %
Mulheres	87,33	7,95	4,72
Homens	76,50	13,50	10

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

Tabela 6 – Origem da orientação técnica por sexo

Sexo	Governo%	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas	ONGs	Outras
Mulher	48,97	20,43	13,27	8,31	5,68	0,82	2,50
Homem	38,81	20,10	18,50	12,68	6,94	0,53	2,44

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

A tabela acima revela a importância da orientação técnica governamental para as mulheres. É possível que esta maior presença se relacione com uma possível concentração da orientação técnica governamental nos estabelecimentos menores, onde as mulheres estão proporcionalmente mais representadas. Porém, considerando a área média da agricultura familiar de 18,4 ha, utilizamos como indicação o número de estabelecimentos com menos de 20 ha que receberam orientação técnica governamental. Esta é uma referência indicativa, pois o módulo varia por região, e a área média da agricultura familiar na Região Norte é de 40,3 ha. No entanto, os estabelecimentos da agricultura familiar na Região Norte representam apenas 9,5% dos estabelecimentos. Dentre os estabelecimentos com menos de 20 ha que receberam orientação técnica, mais de 55% teve origem em ações dos governos federal, estadual ou municipal. Portanto, o tamanho do estabelecimento parece não ser a única resposta à maior importância da orientação técnica governamental para as mulheres.

No caso das ONGs, embora sua participação seja pequena em comparação às demais, elas têm maior importância para as mulheres e são responsáveis pela orientação técnica a 719 estabelecimentos dirigidos por elas, dentre as quais 597 com

escolaridade até o ensino fundamental completo. Considerando os estabelecimentos com menos de 20 ha, estes foram 58% dos que receberam orientação técnica de ONGs.

Dentre os produtores agropecuários com instrução até o ensino fundamental completo 11,45% receberam orientação técnica regular. Entre aqueles com ensino médio e superior este índice chegava a 23%, o que indica uma relação positiva entre o nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento e o acesso a orientação técnica.

No caso das produtoras agropecuárias, 17% tinham o ensino fundamental completo ou mais de instrução. Considerando as que receberam orientação técnica regular, 38% tinham esse nível de escolaridade. No caso dos produtores, esse percentual era de 37%. A manutenção, no caso das produtoras, de uma correlação positiva entre escolaridade e orientação técnica em grau semelhante aos produtores é intrigante, pois, supostamente, a maior presença da orientação técnica governamental e de ONGs entre as mulheres poderia corrigir essa tendência de concentração do acesso à orientação técnica para produtores mais escolarizados. A resposta também parece não estar na condição do produtor. Por exemplo, poderíamos supor que há uma maior presença governamental junto às assentadas sem titulação definitiva. No entanto a escolaridade entre as assentadas repete o mesmo padrão geral: 17% delas tinham o ensino fundamental completo ou mais de instrução.

Local de residência

Embora não exista uma diferença significativa, as produtoras viviam mais no estabelecimento, na zona rural e nas proximidades.

Neste sentido se coloca para elas a necessidade de infraestrutura e do resgate de uma dívida histórica com o campo brasileiro. Ao analisar os dados da PNAD 2008, o IPEA, em seu comunicado, descreve que

a população rural ainda carece de serviços básicos de saneamento. Um terço dos domicílios rurais não possui água encanada, ao passo que, nas cidades, não atinge 3%. Com relação à existência de banheiros, a situação melhora um pouco no campo: 80% dos domicílios possuem ao menos um banheiro ou sanitário, porém, se comparado com a zona urbana, há uma discrepância relevante, uma vez que nesta área quase cem por cento dos domicílios possuem banheiro. Diferença mais acentuada é notada ao se analisar a forma de escoadouro do banheiro ou sanitário. Na zona rural, quase 60% dos domicílios utilizam fossa rudimentar. Já nas áreas urbanas, a forma de escoadouro predominante é a rede coletora de esgoto ou pluvial, que representa mais de 60% do total. [...] Os dados sobre forma de iluminação do domicílio trazem um aspecto interessante a respeito do fornecimento de energia elétrica aos domicílios rurais. Em 2004, 81% dos domicílios rurais eram atendidos por energia elétrica. Essa proporção, em 2008, foi para 91%, um crescimento de 12% em quatro anos. [...] Trata-se de um ganho significativo e que pode ser atribuído, em boa medida, ao programa de eletrificação rural implantado pelo Governo Federal a partir de 2004 (IPEA, 2010b, p. 6 e 7).

A ampliação da rede de energia elétrica tem um forte impacto no cotidiano das mulheres, com a diminuição de seu trabalho, como, por exemplo, com a utilização de bombeamento de água por motor, ou no aumento de horas de trabalho, quando as mulheres passam a realizar tarefas como lavar roupa à noite. Infelizmente o Censo computa apenas eletrodomésticos relacionados à comunicação, como televisão com antena comum e parabólica, videocassete, DVD, rádio, computador e acesso a internet. Não há informações sobre geladeira ou máquina de lavar roupa, equipamentos que têm um grande impacto na redução da jornada de trabalho das mulheres e conseqüentemente de seu tempo dedicado a trabalhos que produzem renda monetária (LAVINAS, 2007, p. 1473).

Tabela 7 – Local de residência por sexo

Sexo	No estabelecimento %	No município na zona urbana	No município na zona rural	Em outro município na zona urbana	Em outro município na zona rural
Mulher	79,13	9	9,18	2,26	0,43
Homem	76,59	10,80	8,98	2,95	0,69

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

Pessoas ocupadas por sexo

Segundo o *Censo Agropecuário 2006*, as mulheres representavam 30,5% do pessoal ocupado em atividades agropecuárias, e os homens, 69,5%. Segundo dados da FAO, as mulheres representavam 42,7% do pessoal ocupado na agricultura em âmbito mundial, indo de 48,5% na África a 20,9% na América Latina e Caribe (FAO, 2011, p. 111 e 115).

O *Censo Agropecuário de 2006*, em conformidade com o Programa do Censo Agropecuário Mundial de 2010 elaborado pela FAO, pela primeira vez desagrega as informações sobre pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor: cônjuge, filho(a), pai, mãe, sogro(a), avô(ó), genro, nora, companheiro(a), menor sob guarda ou tutela, irmão(ã), neto(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a), cunhado(a), enteado(a) do produtor. Esta é uma primeira aproximação a visibilizar o trabalho realizado pelas mulheres na agricultura familiar que merece uma leitura bastante atenta. Entre o pessoal ocupado com laços de parentesco, 64,77% são homens e 35,23% mulheres, o que nos faz supor uma subdeclaração pelas mulheres das atividades que realizam. Na publicação do *Censo Agropecuário* a desagregação por sexo é feita apenas para grupos e classes de atividades econômicas, analisada abaixo. O pessoal ocupado sem laços de parentesco envolve empregados permanentes, temporários, parceiros e outros que realizaram atividades de apoio à agropecuária, como motoristas e cozinheiras.

Tabela 8 – Pessoas ocupadas com laço de parentesco com quem dirige o estabelecimento, por grupos de atividade econômica

GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA	MULHERES %	HOMENS %
Lavouras temporárias	39,11	38,71
Cultivo de cereais	11,51	12,10
Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras de lavoura temporária	0,15	0,16
Cultivo de cana-de-açúcar	1,03	1,53
Cultivo de fumo	3,72	2,61
Cultivo de soja	2,01	2,6
Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	0,33	0,33
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	20,37	19,31
Horticultura e floricultura	3,94	3,64
Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	3,84	3,52
Cultivo de flores, folhagens e outras plantas ornamentais	0,10	0,12
Produção de lavouras permanentes	9,8	11,25
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	0,04	0,05
Pecuária e criação de outros animais	42,32	42,04
Criação de bovinos	26,68	28,93
Criação de outros animais de grande porte	0,23	0,31
Criação de ovinos e caprinos	1,72	1,73
Criação de suínos	2,92	2,51
Criação de aves	10,32	8,11
Criação de outros animais	0,44	0,47
Produção florestal – florestas plantadas	1,21	1,32
Produção florestal – florestas nativas	3,00	2,48
Pesca	0,40	0,33
Aquicultura	0,18	0,23
Total	100	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

Apesar de pequena diferença, identifica-se que as mulheres ocupadas se dedicam, relativamente, um pouco mais que os homens à cultura do fumo e à criação de aves. Nesse sentido é importante considerar a participação das mulheres no desenvolvimento de ações para a diversificação em áreas cultivadas com tabaco (GREGOLIN; PERACI, 2007, p. 3).

A pecuária e as lavouras temporárias concentram a maioria do pessoal ocupado com laços de parentesco (em torno de

42% e 39% no caso de mulheres e homens). Os dados do Censo Agropecuário para o conjunto dos ocupados demonstram uma participação ligeiramente inferior na pecuária (40,65% para as mulheres e 39,65% para os homens); similar nas lavouras temporárias (38,3% para as mulheres e 38,68% para os homens) e na horticultura (4,1% das mulheres e 3,51% dos homens); e ligeiramente superior nas lavouras permanentes (12,35% das mulheres e 13,93% dos homens) (IBGE, 2009b, p. 249).

Os dados da PNAD 2006 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) para o conjunto do pessoal ocupado em atividades agrícolas são próximos ao pessoal ocupado com laços de parentesco computados pelo Censo Agropecuário nas lavouras temporárias e criação de aves, inferior na pecuária e superior na horticultura e floricultura (DIEESE; NEAD/MDA, 2008, p. 105). A maioria das mulheres ocupadas tinha a posição de cônjuges na família (66,4%) e estas eram 65,9% das mulheres ocupadas na pecuária e 60,8% nas lavouras temporárias (ibidem, p. 107). Do conjunto das mulheres ocupadas, 80,7% não receberam remuneração por seu trabalho, enquanto 27% dos homens se encontravam nessa situação (ibidem, p. 130).

O Dieese analisou os dados da PNAD 2009 relativos à renda mensal do pessoal ocupado na agropecuária por atividade segundo o sexo (DIEESE; MDA/NEAD, 2011, p. 131). A renda média dos homens na pecuária e na silvicultura/exploração florestal é o maior montante: R\$ 725,00 em setembro de 2009. As mulheres ocupadas na pecuária receberam R\$ 223,00, ou seja, o equivalente a 31% do rendimento dos homens. Nas lavouras temporárias o rendimento das mulheres era de R\$ 86,00, o equivalente a 24% do rendimento dos homens. A renda média das mulheres na apicultura/sericicultura é zero, o que indica um possível erro de amostragem. Em seguida, a maior diferença de rendimentos está na criação de aves. O rendimento médio obtido pelas mulheres, de R\$ 25,00, equivale a 6% do rendimento obtido pelos homens. Justamente esta é a atividade onde o Censo Agropecuário demonstra uma presença ligeiramente maior de mulheres ocupadas, sendo necessárias pesquisas empíricas para explicar tão grande diferenciação no rendimento. Pode ser que esta grande diferenciação se dê na remuneração de pessoal ocupado

sem laços de parentesco, estando as mulheres concentradas em determinadas etapas do trabalho em áreas de produção bastante tecnificadas. A segregação contribui para que o cuidado e a destreza manual construída pela socialização de gênero feminino sejam utilizados no processo produtivo, e ao mesmo tempo em que se justifica uma menor remuneração pelo tipo de atividade considerada mais simples, justamente por serem mulheres que a realizam (HIRATA; ROGERAT, 1988, p. 189; PAULILO, 1987).

A distribuição de mulheres e homens ocupados em atividades agropecuárias com laços de parentesco permite poucas inferências sobre uma divisão sexual do trabalho no campo. Os homens têm maior participação nas atividades relacionadas a lavouras permanentes e as mulheres na pecuária (por causa de sua participação na criação de aves) e nas lavouras temporárias (por causa de sua participação no cultivo de fumo e outros produtos). Mas as variações são pequenas. Elas não explicam totalmente as enormes diferenciações em termos de rendimentos médios por atividade entre mulheres e homens, verificada a partir dos dados da PNAD. Estas podem também ser explicadas por formas de discriminação indireta, como o número de horas trabalhadas. Segundo o Dieese, 34,4% das ocupadas trabalharam, em 2009, até 14 horas por semana, enquanto 6,7% dos homens tinham a mesma jornada (DIEESE; MDA/NEAD, 2011, p. 109). Esta é uma forma de discriminação indireta, porque em geral as mulheres “optam” por jornadas menores para conciliar com o trabalho doméstico ou só encontram trabalho remunerado nessas condições. A isso também se soma a discriminação direta, com baixas ou nenhuma remuneração monetária ao trabalho das mulheres, mesmo no caso de pessoal ocupado sem laços de parentesco. A diferença de remuneração também não se explica por uma menor organização das mulheres. As mulheres ocupadas agrícolas são mais sindicalizadas do que os homens. Em 2009, daquelas que viviam em áreas urbanas, 22,2% eram associadas a sindicato, frente a 19,8% dos homens, e entre aquelas que viviam na área rural, 32,9% eram associadas, frente a 24% dos homens (DIEESE; MDA/NEAD, 2011, p. 149).

Atividade fora do abastecimento

Num total de 1.479.362 estabelecimentos o produtor declarou ter atividades fora do estabelecimento, o que representa quase 29% dos estabelecimentos totais. Dentre os produtores que declararam atividades fora, 46% realizavam atividades agropecuárias, 51% não agropecuárias e 3% agropecuárias e não agropecuárias.

No caso dos estabelecimentos em que o homem é responsável, pouco mais de 29% declararam ter atividade fora dele. Destes, quase 48% em atividades agropecuárias, pouco mais de 49% em atividades não agropecuárias e 3% em agropecuárias e não agropecuárias.

Nos estabelecimentos em que a mulher é responsável, 21% das produtoras declararam ter atividade fora dele. Destas, pouco mais de 36% exercem atividades agropecuárias, 61% não agropecuárias e 2,5% agropecuárias e não agropecuárias. Considerando apenas a responsável pelo estabelecimento, não é possível verificar a hipótese de Carolina Castilho e Silva e Sergio Schneider de que a participação das mulheres em atividades não agrícolas favorece sua permanência no campo (CASTILHO E SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 187). No entanto é comum que as mulheres encontrem possibilidades de rendimento em atividades não agropecuárias, como professoras ou agentes de saúde, quando mais escolarizadas, e empregadas domésticas. Maria Rosa Lombardi resgata estudo realizado pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), que identificou grande participação dos serviços domésticos nas atividades não agrícolas da população economicamente ativa não agrícola residente nas áreas rurais (LOMBARDI, 2009, p. 136). Nelly Figueiredo e Camila Sakamoto confirmam a significativa presença dos serviços domésticos como ocupação não agrícola importante para residentes rurais, e ainda descrevem sua baixa formalidade e rendimentos (FIGUEIREDO; SAKAMOTO, 2010, p. 5). Carlos Alves do Nascimento relaciona a renda dos serviços domésticos como um fator determinante na permanência na terra e na realização de atividades agrícolas em determinados tipos de famílias extensas rurais (NASCIMENTO, 2004, p. 361).

Características do estabelecimento

A partir de solicitação da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA, o IBGE disponibilizou informações quanto à associação a cooperativa ou entidade de classe para os estabelecimentos em que a mulher é responsável. Destes, 39% são associadas a entidade de classe e/ou cooperativa, enquanto 61% não são associadas. Considerando o conjunto dos estabelecimentos, 41% dos produtores são associados e 59% não o são, o que não implica uma diferença significativa.

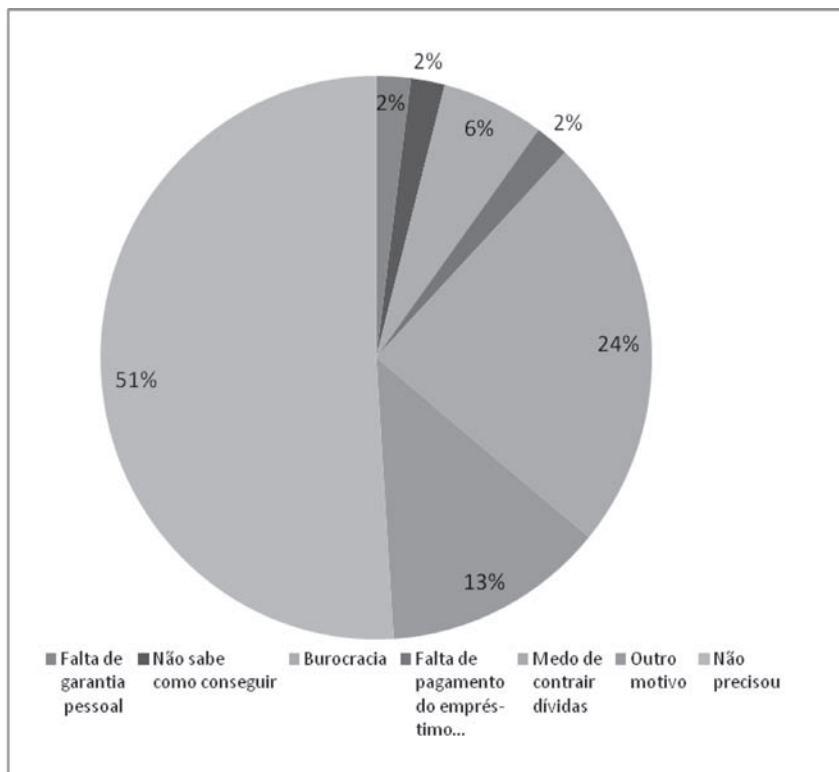
Dentre as produtoras que são associadas, 8% o são em cooperativa, 88% em entidade de classe e 4% em cooperativa e entidade de classe. No conjunto dos estabelecimentos, 16% dos produtores são associados a cooperativa, 74% a entidade de classe e 10% a cooperativa e entidade de classe. Essa distribuição revela que as cooperativas tendem a ser mais refratárias às mulheres, o que já foi verificado na origem da assistência técnica e será descrito na origem do financiamento, mais à frente. Cecília Bernardi, ao analisar 11 cooperativas que se organizam na Unicooper, central de cooperativas nas regiões Fronteira Noroeste e Missões, do Rio Grande do Sul, conclui que elas se assentam em uma rígida divisão sexual do trabalho, que invisibiliza o trabalho das mulheres e nega sua condição de agricultoras. O mecanismo de um voto por família, a naturalização da não participação das mulheres, sua dependência do marido e baixa mobilidade estão entre os fatores que explicam uma participação média de 18% de mulheres, sendo que em duas das cooperativas não há nenhuma mulher associada. A autora aponta os processos de transformação já em curso, como as ações de educação popular realizadas pelas ONGs locais (Arede e ASTRF), a demanda de alimentos produzidos pelas agricultoras pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a participação no movimento feminista (BERNARDI, 2011, p. 114 e 130).

Quanto à existência de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), apenas 0,7% dos estabelecimentos em que a mulher é responsável são inscritos. A proporção de total de estabelecimentos inscritos no CNPJ também é baixíssima, pouco acima de 1%. Isso não é um impedimento ao acesso de políticas públicas quando as produtoras podem acessá-las por meio de suas associações inscritas no CNPJ. No entanto, é reconhecido que as associações e grupos produtivos, em especial os formados por mulheres, têm alto grau de informalidade (FARIA, 2011, p. 46).

Financiamento

Considerando os 656.255 estabelecimentos em que a responsável é mulher, quase 88% não obtiveram financiamento. Considerando o conjunto dos estabelecimentos, 82% não obtiveram financiamento no ano-base. O principal motivo declarado foi a “falta de necessidade” (51,9%), seguido pelo “medo de contrair dívidas” (20,7%) e o empecilho da “burocracia” (8,4%) (IBGE, 2009b, p. 162). Como se observa no gráfico abaixo, as produtoras também apontam a falta de necessidade em 51% dos casos, mas é maior a proporção daquelas que acusam o medo de contrair dívidas (24%) e menor as que identificam a burocracia (6%).

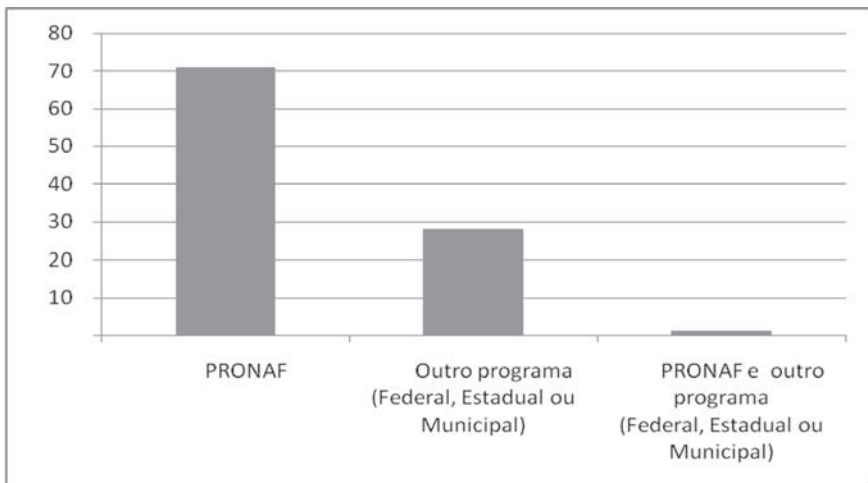
Gráfico 1 – Estabelecimentos com mulheres responsáveis que não obtiveram financiamento, pelo motivo da não obtenção – Brasil, 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Entre os 80.652 (12%) estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis que obtiveram financiamento, 76% (61.208 estabelecimentos) o foram de recursos provenientes de programas governamentais de crédito. A maioria dos estabelecimentos acessou recursos do Pronaf (43.654 estabelecimentos), o que representa 54% dos que obtiveram financiamento.

Gráfico 2 – Percentual dos estabelecimentos com mulheres responsáveis que receberam recursos de financiamento de programas governamentais – Brasil 2006



Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006*.

Quanto à finalidade, cerca de metade dos estabelecimentos que obtiveram financiamento (492.628 estabelecimentos, ou 50,02%) declararam ter como finalidade o custeio. A segunda finalidade mais declarada foi o investimento, com 40,15% (395.425 estabelecimentos).

A manutenção com o estabelecimento foi declarada por 8,75% dos que obtiveram financiamento (86.218 estabelecimentos) e 1,07% (10.554 estabelecimentos) declararam gastos com comercialização como finalidade (IBGE, 2009b, p. 165).

Segundo dados da tabulação especial feita pelo IBGE, dos estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis 41.115 obtiveram crédito para investimento, 29.234 para custeio,

1.233 para comercialização e 12.748 para manutenção do estabelecimento. Ou seja, no caso das produtoras, a finalidade mais presente é investimento, seguida de custeio, manutenção do estabelecimento e comercialização. Uma hipótese é que as mulheres buscam o financiamento quando querem iniciar uma atividade nova no estabelecimento, seja para aumentar as possibilidades de comercialização e remuneração, seja para integrar filhos e filhas na unidade produtiva.

As produtoras responsáveis por 74.893 estabelecimentos obtiveram financiamentos de bancos, e 3.554 de cooperativas de crédito, o que representa, respectivamente, 91,6% e 4,3% do total dos estabelecimentos administrados por mulheres, com relação ao agente financeiro responsável pelo financiamento. No conjunto dos estabelecimentos, a proporção é de 91% e 7% respectivamente. Isso demonstra que os bancos são a mais importante fonte de financiamento para produtoras e produtores indistintamente. O baixo acesso das mulheres às cooperativas de crédito indica que nessas cooperativas a participação das mulheres é pequena, como anteriormente relatado para as cooperativas de produção. A tabela abaixo demonstra o menor acesso das mulheres às fontes de financiamento privadas. As empresas integradoras, que são a terceira fonte de financiamento para os estabelecimentos, aparecem na quarta posição para as produtoras, e as ONGs são mais relevantes para as produtoras que os comerciantes de matérias-primas.

Tabela 9 – Estabelecimentos total e com mulheres responsáveis, por agente financeiro responsável pelo financiamento

Agente financeiro	Total	Mulheres
Bancos	837.058	74.893
Cooperativas de crédito	64.174	3.554
Comerciantes de matéria-prima	1.749	102
Fornecedores (insumos e/ou equipamentos)	10.874	407
Empresa integradora	18.624	710
Outras instituições financeiras (exceto bancos e cooperativas)	7.187	951
Organização Não Governamental (ONG)	870	107
Parentes ou amigos	5.986	501
Outro agente	5.352	579

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

As informações do Censo confirmam a análise apresentada pela FAO, a partir de estudos empíricos em vários países, de que os sistemas de crédito não são neutros quanto a gênero. A discriminação é institucionalizada nas operadoras de crédito, tanto públicas quanto privadas, que excluem as mulheres do sistema e emprestam valores menores para elas em relação aos homens realizando as mesmas atividades. Dentre 9 países considerados em desenvolvimento com informações disponíveis na Base de Dados RIGA, apenas em Gana e Panamá não havia diferença aparente entre o uso do crédito em domicílios chefiados por mulheres ou homens na área rural (FAO, 2011, p. 33).

A agricultura familiar no Censo Agropecuário 2006

O *Censo Agropecuário 2006* adotou o conceito de “agricultura familiar”, conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O estabelecimento foi considerado de agricultura familiar quando simultaneamente respeitava o limite de área de quatro módulos fiscais (fração no caso de produtores comunitários), a direção era realizada pela família e a força de trabalho familiar era superior à contratada e a renda provinha principalmente das atividades do estabelecimento.

Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, que ocupavam 24,3% da área, empregando 74,4% do pessoal ocupado e produzindo boa parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, como 87% da mandioca e 70% do feijão. Segundo a Tabela 1.4 da publicação *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar*, os homens eram responsáveis por 3.767.340 estabelecimentos e as mulheres por 600.562, ou seja, quase 16% dos estabelecimentos da agricultura familiar.

Os estabelecimentos da agricultura familiar chefiados por mulheres representavam quase 92% do total de estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis. Por essa razão, não se espera encontrar diferenciações significativas em comparações entre

estabelecimentos administrados por mulheres na agricultura familiar e não familiar. As comparações entre estabelecimentos da agricultura familiar em que um homem é responsável e em que uma mulher é responsável, assim como em relação ao conjunto dos estabelecimentos da agricultura familiar, podem melhor informar a existência de desigualdades de gênero e contribuir para qualificar ações e políticas voltadas a fortalecer esse setor.

Este capítulo se inicia com a análise de informações disponíveis na publicação do *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar* e em seguida analisa a apresentação realizada por Vicente Marques sobre dados das mulheres ocupadas na agricultura familiar com laços de parentesco, por grupo de atividade econômica (MARQUES, 2010). Em continuação, analisam-se informações desagregadas por sexo em tabulações especiais realizadas pelo IBGE a partir de solicitação da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA. Essas tabulações consideram um total de 656.255 estabelecimentos agropecuários chefiados por mulheres no Brasil, dentre os quais 600.482 são estabelecimentos da agricultura familiar. Neste primeiro momento foram solicitadas informações referentes à Assistência Técnica, ao Enquadramento no Pronaf, ao Financiamento e às atividades fora do estabelecimento.

Mulheres na agricultura familiar

As informações desagregadas por sexo publicadas no *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar* apresentam o número de estabelecimentos agrupados por anos na direção do responsável (IBGE, 2009a, p. 29). Quase 62% dos homens e mais de 65% das mulheres dirigiam o estabelecimento há mais de 10 anos, o que confirma uma tendência ao envelhecimento da população no campo e de maior migração das mulheres mais jovens, conforme Ana Maria Camarano e Ricardo Abramovay registraram para os anos 1990 (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 13).

Considerando as pessoas ocupadas na agricultura familiar, a maioria era de homens (dois terços), mas o número de mulheres ocupadas também era expressivo: 4,1 milhões de mulheres (um

terço dos ocupados). Em média, um estabelecimento familiar possuía 1,75 homem e 0,86 mulher ocupados, de 14 anos ou mais (IBGE, 2009a, p. 21).

Segundo dados compilados por Vicente Marques para a agricultura familiar, os mais de 600 mil estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis representam 13,8% do total, ocupam 9,3% da área e têm área média de 12,4 ha. Os estabelecimentos em que os homens são responsáveis têm área média de 19,3 ha (MARQUES, 2010). O autor também apresenta dados sobre as mulheres ocupadas com laços de parentesco. Esta é uma primeira aproximação para a visibilidade do trabalho realizado pelas esposas, filhas e mães nas atividades agropecuárias.

Tabela 10 – Mulheres ocupadas com laço de parentesco com quem dirige o estabelecimento, por grupo de atividade econômica

Grupos de atividade econômica	Mulheres na agricultura familiar %
Lavouras temporárias	35,5
Horticultura e floricultura	4,6
Produção de lavouras permanentes	9,6
Pecuária e criação de outros animais	43,3
Produção florestal: florestas nativas	5,3

Fonte: Vicente Marques, apresentação a partir de tabulações especiais do *Censo Agropecuário 2006*.

Não há diferença significativa na distribuição da força de trabalho por grupo de atividade econômica entre os dados gerais apresentados na Tabela 5 e aqueles relativos à agricultura familiar. Apenas chama a atenção a maior participação das mulheres na produção florestal de florestas nativas (3% no cômputo geral e 5,3% no caso da agricultura familiar). Dentre os grupos de atividade econômica presentes em estabelecimentos dirigidos por mulheres, segundo Vicente Marques, a produção em florestas nativas aparece em primeiro lugar, com quase 28% (MARQUES, 2010). As mulheres têm grande presença na atividade econômica do extrativismo e em muito vêm contribuindo para sua visibilidade política, como é notório o caso das quebradeiras de coco babaçu (BARBOSA, 2007, p. 13). Elas são maioria na coleta e no manejo

de plantas medicinais e aromáticas, na extração de óleos (babaçu, copaíba), além de participar de atividades extrativistas que mobilizam toda a família nos períodos de coleta, como látex, castanha-do-pará, açaí. Entre 2007 e 2008 o MDA e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) promoveram sete seminários regionais para construção do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Em três deles, sem que houvesse um ponto específico na agenda, houve demandas para que uma abordagem de gênero fosse considerada e, de forma mais imediata, que a noção de povos, comunidades e família incluísse as mulheres. Em 2010 o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia organizou o Encontro Nacional Mulheres, Agroecologia e Plantas Medicinais. As demandas das agricultoras, somadas à orientação da DPMR/MDA de desenvolver políticas para as mulheres no campo em sua diversidade, refletiu-se, por exemplo, no Programa de Organização Produtiva de Mulheres (POPMPR). Segundo dados da DPMR, entre 2007 e 2010 o Programa realizou 78 contratos com organizações para a realização de atividades como estudos, mapeamento de grupos, organização de feiras. Dentre estes, 41 projetos destinavam-se ao apoio direto a grupos produtivos e, destes, 7 atuavam com produtos extrativistas, atividade com maior participação, seguida de artesanato e produtos agroecológicos e orgânicos, ambos com 5 projetos (DPMR, 2011).

Assistência técnica

A história da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil remonta aos anos 1940 e está marcada pela difusão de um modelo tecnológico de industrialização da agricultura e reforço da divisão sexual do trabalho desconhecendo as mulheres como agricultoras, ou restringindo-as ao papel de mães com capacitações em economia doméstica. A hegemonia neoliberal de promoção do Estado mínimo nos anos 1990 desmantela os serviços públicos de ATER, em especial com a extinção pelo Governo Collor da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) em 1990. Em 2003, o Governo Lula inicia o desafio de estabelecer uma política de ATER pública e universalizá-la, relacionando-a

a objetivos de eliminação da pobreza no campo, redução de desigualdades, inclusive de gênero, e melhoria da qualidade de vida desde uma nova postura epistemológica por meio de metodologias participativas e fortalecimento de práticas agroecológicas. Essas orientações se institucionalizam na Lei de ATER, sancionada em 2010, que institui a Política e o Programa Nacional de ATER já em operação desde 2003, e, mais recentemente, na I Conferência Nacional de ATER, realizada em abril de 2012 (MDA/CONDRAF/COMITÊ NACIONAL DE ATER, 2012, p. 8-10).

A Política Setorial de ATER operacionaliza-se por meio de quatro eixos estratégicos: capacitação de agentes e de agricultoras, integração com Programa de Organização Produtiva para as Mulheres, chamamentos públicos de ATER para mulheres, Rede Temática de ATER para Mulheres (WEITZMANN, 2011, p. 104).

Várias autoras também destacam que a matriz tecnológica e metodológica da agroecologia favorece o reconhecimento das mulheres como produtoras, seu conhecimento e suas propostas de manejo da produção (WEITZMAN, 2011, p. 94; CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 205).

Rodica Weitzman avalia de forma bastante positiva os avanços na política de ATER, mas reconhece que é ainda um desafio operacionalizar a transversalidade de gênero na atuação de organizações governamentais e não governamentais (WEITZMAN, 2011, p. 108).

Os dados do *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar* mostram uma pequena parte desse desafio, que é o acesso das produtoras, quando responsáveis por um estabelecimento, à assistência técnica. Conforme a tabulação especial para origem da assistência técnica, do total de estabelecimentos da agricultura familiar em que os responsáveis são homens, 22% receberam algum tipo de assistência técnica, enquanto dos estabelecimentos em que as responsáveis são mulheres apenas 11% receberam algum tipo de assistência. Para que estivessem no mesmo patamar dos estabelecimentos em que os responsáveis são homens, mais de 66.000 estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis deveriam ser contemplados.

A origem da orientação técnica recebida, segundo o IBGE, está assim organizada:

Governos federal, estadual ou municipal – quando prestada por técnicos de órgãos governamentais, como Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), Universidades, Secretarias de Agricultura, Empresas de Extensão Rural, como Emater, Empaer, Epagri, Casa da Agricultura, entre outras.

Própria ou do próprio produtor – quando prestada por técnico, pessoa física ou consultor, contratado pelo produtor, ou quando a pessoa que administra o estabelecimento, produtor ou administrador, possuíse habilitação técnica ou formação profissional legalmente autorizada a prestar assistência às atividades desenvolvidas no estabelecimento.

Cooperativas – quando prestada por técnicos habilitados de cooperativas, desde que o produtor não tivesse contrato de integração com eles.

Empresas integradoras – quando prestada por técnicos habilitados de empresas com as quais o produtor tivesse contrato de integração.

Empresas privadas de planejamento – quando prestada por técnicos de empresas contratadas pelo produtor.

Organização não governamental – quando prestada por técnicos de organizações não governamentais (IBGE, 2009a, p. 47).

**Tabela 11 – Estabelecimentos por sexo do responsável,
segundo origem da assistência técnica**

Origem da Assistência Técnica	Est. Feminino	%	Est. masculino	%
Governos federal, estadual ou municipal	36.719	53,5	363.707	43,9
Própria ou do próprio produtor	11.633	17	114.109	13,8
Cooperativas	8.783	12,8	156.394	18,9
Empresas integradoras	6.146	8,9	124.834	15
Empresas privadas de planejamento	3.266	4,8	47.607	5,7
ONGs	597	0,9	4.716	0,6
Outros	1.487	2,1	17.600	2,1
Total	68.631	100	828.967	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

A distribuição da origem da assistência técnica pelo sexo do responsável do estabelecimento mostra a maior importância relativa da assistência pública (governamental e ONGs) para os estabelecimentos em que a mulher é responsável, assim como seu menor acesso às cooperativas e empresas integradoras ou de planejamento.

Também chama a atenção a maior participação da assistência técnica própria. Uma possibilidade de explicação é a escolaridade da responsável. Considerando a informação para o conjunto dos estabelecimentos agropecuários (não apenas agricultura familiar), em 46.114 deles a responsável tinha ensino médio ou 2º grau completo em curso técnico agrícola e 792 tinham nível superior em profissões da área (Engenharia Agrônômica, Veterinária, Zootecnista, Engenharia Florestal). Ambos representam 7% dos estabelecimentos em que a responsável é mulher. No caso dos estabelecimentos em que o homem é responsável representam menos de 2%.

Considerando o total dos estabelecimentos chefiados por mulheres (agricultura familiar e não familiar), 12,7% receberam orientação técnica, participação ligeiramente superior à dos estabelecimentos chefiados por mulheres na agricultura familiar. Os governos federal, estadual e municipal responderam por 49% do total da origem da orientação técnica, o que, comparado à participação de quase 54% para as agriculturas familiares, demonstra a focalização da assistência técnica pública na agricultura familiar (dados de tabulação especial do IBGE).

Em 2005 o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, com referência à ATER Setorial Mulheres, estabeleceu como meta desenvolver ações para um público de 40 mil mulheres. Este público é bastante próximo do número de estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis e que receberam orientação técnica governamental. Porém esta é apenas uma referência indicativa, já que as ações propostas também têm como público agricultoras que vivem e trabalham em estabelecimentos em que o produtor se declarou como principal responsável e que, portanto, aparece nos dados do Censo como estabelecimento em que o homem é responsável. Há então um desafio de escala, aumentar as ações dirigidas às mulheres. O Censo da Reforma Agrária de 1996, quando revelou o baixo acesso

das mulheres chefes de família à terra por processos de reforma agrária, estabeleceu um indicador da desigualdade das mulheres no acesso e no poder de decisão sobre a gestão da terra nos assentamentos. Da mesma forma, a desigualdade do acesso das mulheres responsáveis pelo estabelecimento à orientação técnica pode ser um indicador da desigualdade de acesso das mulheres produtoras em geral.

Há também que se reconhecer a importância da ATER governamental quanto à escala de seu atendimento e concentrar esforços em sua qualificação. Segundo dados do Censo Agropecuário 1995/1996 citados por Argileu Silva, pouco mais de 16% dos agricultores familiares tinham acesso à ATER (SILVA, [2010?], p. 1). O *Censo Agropecuário 2006* mostra um aumento para quase 21%, muito possivelmente pelo incremento da ação governamental. Desse modo, demonstra-se o valor das atividades de capacitação e articulação dos agentes públicos, assim como das organizações de agricultoras para que demandem de forma permanente, dos órgãos públicos, a operacionalização da ATER nos moldes definidos no Plano Nacional. As chamadas públicas específicas ganham sentido não somente pela ação realizada, mas pela capacidade de sistematizar conhecimento e metodologia e influenciar a estrutura governamental. Juntam-se a elas os investimentos diretos crescentes realizados pelo Governo Federal em convênios e contratos de repasse de recursos com entidades estatais e não governamentais (MDA/CONDRAF/COMITÊ NACIONAL DE ATER, 2012, p. 18).

Enquadramento no Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) visa apoiar o desenvolvimento rural sustentável e garantir a segurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar, por meio de financiamento a agricultoras e agricultores, bem como a suas associações e cooperativas. O público do Pronaf são agricultores e agricultoras que exploram a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário, utilizam mão de obra predominantemente familiar, detêm ou exploram estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais, têm pelo menos 30% da renda familiar proveniente da atividade

agropecuária, entre outros (SEBRAE; MDA/SAF, 2011, p. 8).

Em 2006 o Pronaf classificava seu público em cinco grupos. O grupo A era formado pelas unidades familiares assentadas da Reforma Agrária e do crédito fundiário. Os grupos de B a E, dividiam-se conforme a renda anual bruta do estabelecimento, que para a safra 2005/2006 era de: até R\$ 2 mil (grupo B), superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil (grupo C), superior a R\$ 14 mil e inferior a R\$ 40 mil (grupo D), entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil (grupo E) (SOF, 2006, p. 21).

Os dados abaixo representam o público potencial do Pronaf e como se dividem no enquadramento legal no universo da agricultura familiar; portanto, estes dados não dizem respeito ao acesso efetivo dos agricultores familiares aos créditos disponibilizados pelo programa.

Tabela 12 – Distribuição dos estabelecimentos por sexo do responsável segundo enquadramento no Pronaf

	Total	Mulheres	%	Homens	%
Não Pronafiano	283.341	28.643	10	254.698	90
Pronaf A	533.454	66.282	12	467.172	88
Pronaf B	2.416.127	425.201	18	1.990.926	82
Pronaf C	782.982	62.019	8	720.963	92
Pronaf D	287.464	15.302	5	272.162	95
Pronaf E	62.899	3.035	5	59.864	95
Total Est.	4.366.267	600.482	14	3.765.785	86

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

A Tabela acima demonstra a maior participação relativa das produtoras no grupo B. Segundo tabulação especial do IBGE sobre dados do *Censo Agropecuário 2006*, 5% dos estabelecimentos em que a responsável é mulher não se enquadravam no Pronaf, 11% se enquadravam no grupo A, 71% no grupo B, 10% no grupo C, 2,5% no grupo D, e 0,5% no grupo E. Dos estabelecimentos em que o homem é responsável, 7% não se enquadravam no Pronaf, 12% se enquadravam no grupo A, 53% no grupo B, 19% no grupo C, 7% no grupo D, e 2% no grupo E.

Não é possível comparar o número de estabelecimentos que se enquadram no Pronaf com as operações efetivamente realizadas que são feitas por produtores individualmente, pois pode haver mais de uma operação por estabelecimento. No entanto é interessante notar que, na distribuição das operações realizadas pelas produtoras por grupo na safra 2004/2005, 37,6% enquadravam-se no grupo B e 36,7% no grupo C (MDA/NEAD, 2005, p. 25). Considerando o conjunto dos estabelecimentos da agricultura familiar, 55,3% se enquadram no Pronaf B e 17,9% no C. Portanto, mesmo que não seja possível uma comparação direta entre o enquadramento dos estabelecimentos e as operações realizadas, e que o maior número de operações realizadas pelas agricultoras seja no Pronaf B, é possível inferir que ainda há um grande potencial de expansão neste segmento. No Plano Safra 2005/2006 o Pronaf Mulher estendeu-se aos grupos A e B¹⁷, o que, em princípio, amplia as possibilidades de acesso ao crédito também para boa parte das produtoras responsáveis pelo estabelecimento.

Financiamento

O *Censo Agropecuário 2006* registrou mais de 3,5 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar que não obtiveram financiamento, especialmente porque "não precisaram" ou por "medo de contrair dívidas" (IBGE, 2009a, p. 23).

Tabela 13 – Estabelecimentos que não obtiveram financiamento, pelo motivo da não obtenção

Motivo	Mulheres	% do Total	Homens	% do Total
Falta de garantia pessoal	10.699	2	58.222	2
Não sabe como conseguir	8.531	2	47.668	2
Burocracia	33.006	6	268.033	9
Falta de pagamento anterior	11.659	2	105.155	3
Medo de contrair dívidas	130.918	25	652.678	21
Outro motivo	67.476	13	395.130	13
Não precisou	265.154	50	1.530.654	50
Total de estabelecimentos	527.443	100	3.057.540	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

¹⁷ Para um histórico do Pronaf Mulher, de sua criação como um sobreteto em 2003 a análises de seu impacto em 2009, ver Cintrão e Siliprandi (2011, p. 201-204).

A distribuição das razões para não obter financiamento é bastante semelhante entre produtoras e produtores, a metade deles afirmando não ter necessidade. Anita Brumer e Rosani Spanevello consideram que esta resposta pode indicar a existência de um financiamento obtido anteriormente e com os pagamentos em dia ou o fato de que grande parte dos estabelecimentos mantém uma agricultura de subsistência (BRUMER; SPANEVELLO, 2011, p. 122). Entre outros fatores, o medo de contrair dívidas é maior entre as produtoras e a burocracia é menos destacada por elas.

Em 2005 o MDA promoveu as Cirandas do Pronaf, atividades de capacitação, discussão e construção de compromissos coletivos entre representantes de movimentos de trabalhadoras rurais, extensionistas, agentes financeiros, gestores governamentais e ONGs. Durante as oficinas regionais, grupos por estado identificaram os principais entraves no acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), na elaboração de projetos de crédito e no acesso a financiamento. Os entraves identificados recobriam enorme complexidade: do machismo na família e nas organizações sociais ao tecnicismo e viés de classe de agentes públicos. Dentre os 26 estados participantes, apenas os grupos de Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Norte e Santa Catarina identificaram o medo de endividamento como um entrave. São Paulo qualifica como o medo que sentem as mulheres, e Santa Catarina o relata como o medo que sente a família (MDA/NEAD, 2005). Buscando soluções a curto e médio prazo, os participantes das Cirandas concentraram-se nas falhas de funcionamento do sistema de crédito, o que por si só já é um motivo de medo para as produtoras.

Quando se articulam as dimensões da família, comunidade, mercado e Estado, como propõe a economista indiana Bina Agarwal, é possível compreender as motivações das mulheres por trás da expressão “medo do endividamento” (AGARWAL, 1997, p. 1-51). Por exemplo, Elisabeth Hofmann e Kamala Marius-Gnanou, ao analisar as políticas de microcrédito, relatam que o sacrifício realizado para reembolsar o crédito não é considerado nas avaliações positivas sobre altas taxas de reembolso pelas mulheres. A pressão pelo pagamento do crédito cria muitas vezes tensões na família, chegando mesmo a situações de violência doméstica (HOFMANN; MARIUS-GNANOU, 2003, p. 230). Outra

preocupação relatada pelas agricultoras é o fato de não terem bens ou animais de que possam dispor para honrar o crédito assumido caso tenham necessidade. Do ponto de vista dos agentes financeiros, esse temor se traduz como falta de garantias (FAO, 2011, p. 33); enquanto para os movimentos das agricultoras a análise da capacidade de pagamento deve-se basear na análise da viabilidade do projeto considerada em uma perspectiva ampla, o que inclui, por exemplo, o apoio aos quintais produtivos (hortaliças, pequenos animais) (CONTAG, 2011, p. 19 e 20).

Segundo o *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar*, 781 mil estabelecimentos familiares praticaram a captação de recursos, sendo o custeio a principal finalidade (405 mil), seguido do investimento (344 mil estabelecimentos), da manutenção do estabelecimento (74 mil estabelecimentos) e da comercialização (8 mil estabelecimentos) (IBGE, 2009a, p. 23).

Dos estabelecimentos que obtiveram financiamento 708 mil tinham homens como responsáveis (90,6%) e 73 mil, mulheres (9,4%).

Tabela 14 – Estabelecimento por sexo do responsável e por finalidade do financiamento obtido

Finalidade	Mulheres	Homens
Investimento	37.762	306.105
Custeio	25.394	380.332
Comercialização	1.094	7.194
Manutenção do estabelecimento	11.709	62.096

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

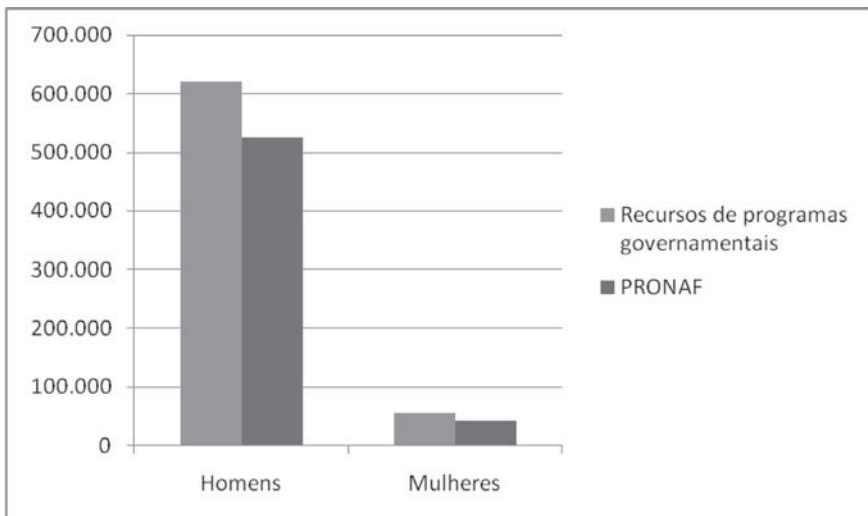
Os estabelecimentos femininos representaram 11% do total dos estabelecimentos que obtiveram crédito para investimento, 6% para custeio, 13% para comercialização e 16% para manutenção do estabelecimento.

Enquanto para os homens o maior número de contratos se referiu aos créditos para custeio, no caso das mulheres se referiu ao crédito para investimento. O acesso das mulheres a créditos de investimento pelo Pronaf Mulher não explica o peso

dessa modalidade para elas. Na safra 2005/2006 foram realizados 8.882 contratos de financiamento pelo Pronaf Mulher, o que representou 0,5% das operações de crédito rural realizadas. Nessa safra o número de operações realizadas pelas mulheres chegou a 25% do total, patamar que se manteve nas safras seguintes (BRUMER; SPANEVELLO, 2011, p. 132; DPMR, 2011, planilha Pronaf). A hipótese anteriormente comentada é de que as mulheres buscam o crédito para o investimento em novas atividades, o que revela um perfil das mulheres como tomadoras de crédito relacionado a dinâmicas de reprodução da agricultura familiar. Carmen Hernández, ao estudar a experiência de produtoras de leite com o crédito rural em um município do Rio Grande do Sul, identificou uma demanda das agroindústrias pela intensificação da produção e por critérios de qualidade mais estritos, que implicava investimentos em reforma das instalações e compra de equipamentos (HERNÁNDEZ, 2010, p. 109-111).

O gráfico abaixo mostra a importância do Pronaf dentre os programas governamentais de crédito tanto para produtores como produtoras.

Gráfico 3 – Estabelecimentos que receberam recursos de financiamento de programas governamentais, por sexo dos responsáveis – Brasil 2006



Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

A tabela abaixo apresenta o valor financiado por agente financeiro responsável. O item “outros agentes” inclui comerciantes de matéria-prima, fornecedores de máquinas e equipamentos e outras instituições (exceto bancos e cooperativas).

A distribuição dos valores financiados mostra a mesma tendência verificada na ATER, de maior desigualdade em relação às mulheres quando se trata de agentes privados (outras agentes e empresas integradoras), mas também de cooperativas. Os estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis receberam 5,4% dos recursos financiados pelos bancos e 3,9% dos financiados pelas cooperativas, uma proporção muito inferior à sua participação no número de estabelecimentos, que é da ordem de 14%. Interessante notar que elas receberam 5,5% do volume de recursos emprestado por familiares. Embora se reconheça a importância para as produtoras de transações fora do mercado, como empréstimos sem juros feito por familiares, não necessariamente as relações familiares ou comunitárias estão isentas de preconceitos (AGARWAL, 1997, p. 10). No caso dos financiamentos realizados por ONGs, a situação é um pouco melhor, com as mulheres acedendo a quase 8% do valor financiado. Este fato pode também indicar o impacto de políticas governamentais, como o chamamento público de projetos específicos de ATER para mulheres, que poderiam estar combinados a projetos de microcrédito.

Tabela 15 – Valor dos financiamentos obtidos, por agente financeiro responsável pelo financiamento e pelo sexo do responsável pelo estabelecimento

Agente financeiro responsável	Mulheres	%	Homens	%
Bancos	243.620.941	87,60	4.272.377.903	84,67
Cooperativas	14.209.231	5,11	354.526.931	7,03
Empresas integradoras	12.312.472	4,43	273.823.801	5,43
ONGs	232.955	0,08	2.730.956	0,06
Parentes	1.171.750	0,42	20.174.871	0,39
Outros agentes	6.562.385	2,36	122.341.612	2,42
Total	278.109.734	100	5.045.976.074	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

Atividade fora do estabelecimento

Segundo as tabulações especiais feitas pelo IBGE para a agricultura familiar, 26% dos produtores responsáveis pelo estabelecimento declararam realizar outra atividade remunerada fora dele; 14% do total dos produtores realizaram atividades agropecuárias e 13% não agropecuárias. No caso das produtoras, 19% realizaram atividades fora do estabelecimento, quase 8% delas em atividades agropecuárias e quase 12% em atividades não agropecuárias.

Em quase 19% dos estabelecimentos dirigidos por homens, outros membros da família realizaram atividades fora do estabelecimento; pouco mais de 7% deles o realizaram em atividades agropecuárias e 12% em atividades não agropecuárias. Nos estabelecimentos dirigidos por mulheres, outros membros da família realizaram atividades fora em quase 25% deles; 12% do total em atividades agropecuárias e 15% em não agropecuárias.

Essas informações não nos permitem responder à hipótese de que a pluriatividade no Brasil se conjuga no feminino. O que é possível perceber é que enquanto os produtores responsáveis declararam maior atividade fora do estabelecimento que outros membros da família, no caso das produtoras esta realidade se inverte. Além do mais, as produtoras realizam mais atividades não agropecuárias, confirmando a importância dos serviços domésticos para elas como comentado nas p. 74-75.

Estabelecimentos classificados pelo sexo da força de trabalho

Uma das limitações do *Censo Agropecuário* está na percepção do trabalho realizado pelas agricultoras que não são responsáveis pelo estabelecimento, como as esposas e filhas. O *Censo Agropecuário 2006* não considerou a categoria subexploração, como proposta pelo Censo Agropecuário Mundial, portanto teríamos que buscar outras possibilidades. Uma subexploração é uma atividade agrícola individual ou de grupo, administrada por uma pessoa particular ou grupo de pessoas no estabelecimento, que pode compreender parcelas de área ou

mesmo a criação de animais sem área (FAO, 2007, p. 24). Esta categoria tende a funcionar melhor em regiões onde o trabalho familiar tradicionalmente se organiza com áreas de produção separadas para mulheres e homens, como em boa parte da África Subsaariana (FAO, 2011, p. 24).

Buscamos então uma variável que permitisse captar tendências gerais por sexo do conjunto da força de trabalho e não apenas para as/os responsáveis pelo estabelecimento¹⁸.

Definimos uma variável derivada para os estabelecimentos com mão de obra familiar majoritariamente feminina, com mão de obra sem diferenciação significativa, e com mão de obra familiar majoritariamente masculina, assim descrita:

- A) Estabelecimento feminino – aquele cuja força de trabalho de mulheres de 14 anos ou mais é igual ou maior que 2/3 do total da força de trabalho dessa faixa etária.
- B) Estabelecimento misto – aquele cuja força de trabalho de mulheres de 14 anos ou mais é menor que 2/3 e igual ou maior que 1/3 do total da força de trabalho dessa faixa etária.
- C) Estabelecimento masculino – aquele cuja força de trabalho de mulheres de 14 anos ou mais é menor que 1/3 do total da força de trabalho dessa faixa etária.

A distribuição encontrada foi:

Tabela 16 – Distribuição dos estabelecimentos segundo o sexo da mão de obra

Classes	Estab. Total	%
Feminino	455.171	9
Misto	1.764.186	34
Masculino	2.956.279	57
Total	5.175.636	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

¹⁸ A proposta dessa variável foi formulada conjuntamente pela autora, Andrea Butto, diretora da DPMR/MDA, e por Mauro del Grossi, assessor do MDA.

O IBGE considerou para o cálculo dessa variável o universo total dos estabelecimentos do Censo e não apenas aqueles da agricultura familiar. A presença de significativa porcentagem de estabelecimentos com força de trabalho majoritariamente masculina deve ser analisada considerando ao menos dois fatores: a invisibilidade e conseqüente subnotificação do trabalho feminino e a maior população masculina na área rural.

Identificamos no conjunto de variáveis disponíveis no Censo aquelas que nos permitem comparar esta variável (estabelecimento masculino, feminino e misto) com análises qualitativas da agricultura, em especial da agricultura familiar, como é o caso da divisão sexual do trabalho, de modo a perceber seu potencial de explicação da realidade, seja por confirmar ou ir além das análises empíricas.

A divisão sexual do trabalho, segundo Danièle Kergoat, tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (o trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher) e o princípio da hierarquia (o trabalho do homem “vale” mais do que o trabalho da mulher) (KERGOAT, 2009, p. 67). O trabalho dos homens é associado ao produtivo (agricultura e pecuária para o mercado) e o trabalho das mulheres ao reprodutivo (quintal e consumo familiar). A divisão sexual do trabalho é o que está em jogo nas relações sociais de gênero que recobrem representações e práticas que variam ao longo da história, mas permanecem duais. Por exemplo, a associação dos homens e do masculino à cultura e das mulheres e do feminino à natureza. O trabalho dos homens é associado ao uso intensivo de tecnologias, seja por estar regido por lógicas de intensificação da produção, de eficácia e eficiência, seja por ter maior poder na família para decidir sobre investimentos.

A partir das tabulações especiais realizadas pelo IBGE, faremos uma primeira aproximação sobre a divisão sexual do trabalho no universo dos estabelecimentos do *Censo Agropecuário*, relacionando a maior participação da força de trabalho feminina ou masculina a produtos. Não é possível, com os dados disponíveis, perceber a divisão de trabalho por sexo dentro de uma mesma atividade agropecuária.

Atividades agropecuárias

Os estabelecimentos femininos, mistos e masculinos foram considerados por sua participação na produção para consumo e venda de produtos de horticultura, leite de cabra e extração vegetal.

A fim de perceber uma possível concentração em determinadas atividades, consideraram-se aquelas atividades em que o número de estabelecimentos que as realizam era superior à distribuição percentual desse tipo de estabelecimento no total, ou seja, superior a 9% no caso dos estabelecimentos femininos; superior a 34% nos estabelecimentos mistos; e superior a 57% nos estabelecimentos masculinos.

Em uma lista de 154 produtos, os estabelecimentos femininos têm participação maior do que 9% em 61 produtos, como leite de cabra; fumo em folha seca; plantas medicinais, como camomila e hortelã; tubérculos, como batata-inglesa, mandioca, batata-doce; sementes para feijão, milho e batata-inglesa; leguminosas, como amendoim e feijão; temperos, como manjerição, cebolinha e salsa; hortaliças, como couve, maxixe, rabanete, repolho, rúcula; bem como na produção de lenha e na extração de pequi, andiroba (semente), babaçu, na forma de amêndoa e coco. No caso do babaçu na forma de amêndoa, os estabelecimentos femininos são mais de 25% daqueles que o produzem.

Os estabelecimentos mistos têm participação maior do que 34% em 129 produtos do total de 154 produtos listados, o que mostra uma grande diversificação na produção.

Os estabelecimentos masculinos têm participação maior do que 57% em 27 produtos da lista de 154 produtos, o que demonstra uma menor diversificação. Entre estes estão cana-de-açúcar, mamona, soja em grão e forrageiras para corte.

Na produção de frangos de corte os estabelecimentos mistos têm, proporcionalmente à sua distribuição, maior participação, com 40% do total; os femininos respondem por 8% e os masculinos, 52%. Na produção de ovos, os estabelecimentos femininos são 6% do total; os mistos, 32%, e os masculinos, 62%. A maior participação dos estabelecimentos masculinos pode estar

relacionada ao modelo tecnológico do complexo agroindustrial avícola brasileiro, altamente mecanizado e com processos de trabalho submetidos a controle estrito pela integração vertical (SORJ; POMPERMAYER; CONRADINI, 2008, p. 52 e 53).

Essa distribuição indica maior diversificação nos estabelecimentos mistos, seguidos pelos femininos, e maior concentração nos masculinos. Pode se inferir por esses dados que a combinação de diferentes atividades agropecuárias favorece a permanência ativa das mulheres na unidade de produção. Nilce Panzutti descreve o processo de mecanização e intensificação da produção de algodão no interior de São Paulo como um processo simultâneo de expulsão das mulheres (PANZUTTI, 1992). Julianna Malerba apresenta a expansão do monocultivo da soja como um possível fator de expulsão das mulheres não só da atividade agrícola, mas também das comunidades rurais, na medida em que a impossibilidade de associação com outros cultivos implica a perda de espaço produtivo, devido à prática do uso intensivo de agrotóxicos, e a perda de sociabilidade (MALERBA, [2007], p. 41).

Também indica a maior relação entre mulheres agricultoras e diversidade da produção. As análises que descreviam o roçado como lugar do homem e a casa como lugar das mulheres consideravam como parte da casa o pátio onde se criam pequenos animais, como aves, cabras e porcos, e as mulheres presentes nas feiras vendendo verduras, frutas e condimentos (HEREDIA; GARCIA; GARCIA JR., 1984, p. 31 e 40). A mobilização das mulheres agricultoras pelo reconhecimento de sua profissão e a valorização das práticas agroecológicas contribuíram para dar novo sentido às atividades realizadas por elas e à diversificação. Autores que utilizam o método Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários ressaltam que o quintal é responsabilidade das mulheres e tem-se apresentado em muitos estudos como o subsistema mais eficiente, gerando renda mais elevada por unidade de área e de trabalho, garantindo o abastecimento familiar das famílias de agricultores e a reposição dos nutrientes do solo pelo aproveitamento de resíduos (MACHADO; SCHEFLER; COUTO, [2006?], p. 6). Como tendência, Maria José Carneiro aponta a diversificação de atividades como uma estratégia para responder a uma mudança de papéis desempenhados pelas mulheres na estrutura familiar (CARNEIRO, 2006, p. 9).

Outra informação importante é o fato de quase 4% dos estabelecimentos femininos declararem produzir babaçu amêndoa, e responderem por 25% da sua produção. A região ecológica do babaçu distribui-se pelos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Nas famílias da região, os homens se ocupam da agricultura, ou muitos migram para o trabalho na agricultura sazonal no Sudeste, e as mulheres, além do trabalho no quintal, coletam e quebram o coco babaçu. Elas andam longas distâncias até os babaçuais, coletam o coco, trazem-no para casa, carregando volumosos sacos na cabeça ou pagando frete, e quebram o coco em casa. O coco é mantido sobre o fio do machado preso nas pernas da quebradeira, que bate com um porrete várias vezes até quebrá-lo. O Movimento Interstadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, que se constituiu nos anos 1990, não só resgata as mulheres da invisibilidade como demarca uma pauta de defesa dos babaçuais como territórios livres. Nos anos 2000 inúmeros estudos registram a história do movimento, a organização do trabalho e a identidade feminina associada a ele (PORRO, 2002; FIGUEIREDO, 2005; BARBOSA, 2007).

Comercialização e autoconsumo

Considerando 25 produtos selecionados, os estabelecimentos masculinos venderam, proporcionalmente ao que produziram, mais do que os demais estabelecimentos em 22 deles. No caso de erva-mate, fumo em folha seca e tomate estaqueado, os três tipos de estabelecimento (feminino, misto e masculino) venderam 99% do que produziram. Esses três produtos têm características diferentes de produção e comercialização. O fumo e o tomate estaqueado costumam ser produzidos em toda a área do estabelecimento utilizando tecnologias intensivas em insumos externos, em particular agrotóxicos, e força de trabalho em determinados momentos, enquanto a erva-mate tem sido recuperada de forma integrada a sistemas agroflorestais. A produção de erva-mate e fumo concentra-se na Região Sul do Brasil. Enquanto o fumo é integrado a um complexo agroindustrial controlado por poucas empresas transnacionais, a erva-mate é comercializada em grande parte para empresas ervateiras, muitas delas pequenas. A venda de chás prontos para consumo tem crescido e se concentrado em empresas transnacionais, mas ainda

representam pequena parte da produção comercializada. O tomate estaqueado, em sua maioria, é vendido para atravessadores que o comercializam em centros de abastecimento, e uma pequena parte em venda direta para supermercados, sacolões e mercado institucional. A quantidade produzida pelos estabelecimentos femininos foi de quase 10% do total no caso do fumo e de pouco mais de 2% do total no caso do tomate estaqueado. O número de estabelecimentos femininos representou 10% e 7% do total de estabelecimentos que produziram fumo e tomate estaqueado, respectivamente.

O único produto em que os estabelecimentos masculinos comercializaram porcentagem de sua produção inferior aos estabelecimentos femininos foi amêndoa de babaçu. O número de estabelecimentos femininos representou 26% do total de estabelecimentos que venderam sua produção, e a produção desses estabelecimentos equivale a quase 38% da produção total.

Os produtos que proporcionalmente ao total têm menor comercialização são lenha (16%), babaçu coco (25%), feijão-verde (53%), mandioca (54%) e leite de cabra (55%). Os estabelecimentos femininos respondem por 10% do número de estabelecimentos e 8% da produção de lenha, 6% da produção de feijão-verde, 7% da produção de mandioca e 7% da produção de leite de cabra. O padrão difere no caso do coco babaçu, onde são 21% dos estabelecimentos e respondem por 61% da produção.

Considerando a quantidade produzida por estabelecimento, os femininos não estão sobrerrepresentados nos produtos em que parte significativa é usada para autoconsumo. A menor produção pode decorrer do fato de os estabelecimentos femininos terem áreas menores que os demais. No entanto, estudos empíricos demonstram que as mulheres, mesmo dispendo de áreas menores, conseguem cultivar porcentagens menores do que os homens por limitações de tempo (responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidado, famílias menores e mais dependentes) e por acesso desigual à alimentação, que resulta em maior deficiência crônica de energia (FAO, 2011, p. 27).

A exceção ocorre no caso do babaçu na forma amêndoa e coco, o que é mais uma evidência da coleta e beneficiamento

como uma atividade feminina. As áreas restritas de que dispõem as comunidades são ampliadas pela resistência permanente das quebradeiras ao coletar o coco em áreas consideradas privadas, o que se expressa em sua demanda pela preservação e livre acesso aos babaçuais. A ação das quebradeiras de coco organizou um mercado de compra para o produto, inclusive com a determinação de um preço mínimo. Esse fato, que se soma à disputa pelo território onde estão os babaçuais com grandes projetos, trouxe novos desafios, como a atuação dos proprietários de terra contratando trabalhadores para a coleta e a prática de roubo do coco já coletado e juntado pelas quebradeiras (MIQCB, 2005, p.10).

No entanto, percebe-se uma maior diferenciação entre os estabelecimentos, quanto à porcentagem da produção comercializada, nos produtos em que o autoconsumo é significativo. A menor comercialização dos estabelecimentos femininos pode indicar maior preocupação das mulheres com a segurança alimentar das famílias. Embora não seja possível explicar todo o potencial de rendimento monetário de um estabelecimento por um só produto, há que se considerar o impacto da prevalência do autoconsumo para a autonomia econômica das mulheres. Mesmo autoras que valorizam a contribuição econômica das mulheres mediante seu trabalho e disponibilidade permanente para o cuidado reconhecem que os rendimentos monetários são absolutamente necessários em nossa sociedade para o acesso a recursos vitais (CARRASCO, 2012, p. 81). São importantes as alternativas de comercialização que são compatíveis e mesmo favorecem a diversificação e as práticas agroecológicas. Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão apontam que as modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de compra direta com doação simultânea, ao trabalharem com uma extensa gama de produtos, “criam um mercado institucional com preços justos, para os produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, ao ‘autoconsumo’, à ‘subsistência’ e ao ‘quintal’” (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 168).

Tabela 17 – Produção vendida em relação à produção total, por tipo de estabelecimento em produtos selecionados

PRODUTOS	Total %	Fem. %	Misto %	Masc. %
Leite de cabra	55	42	47	60
Amendoim em casca	88	67	77	91
Batata-inglesa	95	80	91	96
Feijão-preto em grão	74	69	65	77
Soja em grão	98	96	97	98
Tomate rasteiro (industrial)	98	98	95	99
Camomila	89	71	95	85
Couve	98	96	97	98
Babaçu (amêndoa)	91	95	91	83
Erva-mate	99	99	99	99
Lenha	16	9	10	21
Abóbora, moranga, jerimum	82	58	59	89
Algodão herbáceo	77	97	28	84
Arroz em casca	78	55	57	83
Feijão de cor (feijão-preto) grão	73	54	59	78
Feijão-verde	53	40	46	58
Mandioca (aipim, macaxeira)	54	49	47	59
Milho em grão	71	45	54	77
Sementes de batata-inglesa	38	7	13	41
Boldo	48	10	18	68
Babaçu (coco)	25	14	18	67
Cana-de-açúcar	95	92	92	95
Mamona	97	95	95	97
Fumo em folha seca	99	99	99	99
Tomate (estaqueado)	99	99	99	99

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

Utilização de tração animal e mecânica

O senso comum associa aos homens o trabalho com as máquinas. Nos relatos das agricultoras muitas vezes o trator é usado por elas apenas como meio de transporte e não como um instrumento para reduzir a penosidade do trabalho (SILIPRANDI,

1998, p. 35 e 36). Além do mais, as mulheres rurais em geral têm menos acesso a bens, como animais e maquinários, do que os homens (DOSS; GROWN; DEERE, 2011, p. 3). Considerando informações coletadas em Equador, Guatemala, Nicarágua e Panamá, os domicílios chefiados por mulheres possuíam menos da metade de equipamentos mecânicos do que aqueles chefiados por homens (FAO, 2011, p. 36).

A tabela a seguir mostra uma distribuição dos estabelecimentos feminino, misto e masculino na utilização de tração animal e mecânica bastante próxima da distribuição desses estabelecimentos em relação ao total. A menor proporção dos estabelecimentos femininos na utilização somente de tração animal ou mecânica, no entanto, pode estar refletindo o menor acesso das mulheres a esses implementos.

Tabela 18 – Estabelecimento pelo sexo da força de trabalho, segundo utilização de tração animal e/ou mecânica

	Total	Feminino	%	Misto	%	Masculino	%
Utiliza tração animal e mecânica	984.675	85.294	9	392.136	40	507.245	51
Utiliza tração animal	2.843.037	210.722	7	988.065	35	1.644.250	58
Utiliza tração mecânica	1.864.745	142.438	7	682.248	37	1.040.059	56

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

Enquadramento no Pronafe no PAA-Leite

As informações disponibilizadas pelo *Censo Agropecuário* que permitem avaliar o acesso das e dos agricultores familiares ao crédito rural como política pública foram analisadas anteriormente. Os dados de público potencial dos programas de crédito do Pronafe e de comercialização do PAA disponibilizados pela tabulação especial foram analisados de modo a verificar as possibilidades que a variável proposta (estabelecimentos feminino, misto e masculino) apresenta para demonstrar a divisão sexual do trabalho e a contribuição econômica das mulheres na agropecuária.

Tabela 19 – Estabelecimentos por sexo da força de trabalho, segundo enquadramento no Pronaf

	Feminino	%	Misto	%	Masculino	%
Não Pronafiano	55.007	12	279.501	16	758.202	26
Pronaf A	40.951	9	203.669	12	288.834	10
Pronaf B	273.879	60	848.480	48	1.293.768	44
Pronaf C	60.199	13	301.734	17	421.049	14
Pronaf D	21.411	5	109.487	6	156.566	5
Pronaf E	3.724	1	21.315	1	37.860	1
Total	455.171	100	1.764.186	100	2.956.279	100

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

A tabela acima demonstra que os estabelecimentos femininos são em sua maioria público potencial do Pronaf. Dentre os estabelecimentos que não se enquadram no Pronaf, 5% têm força de trabalho majoritariamente feminina, 26% são mistos e 69% têm força de trabalho majoritariamente masculina. Ainda que todos os estabelecimentos tenham maior participação potencial no grupo B, a participação dos estabelecimentos femininos é bastante elevada. Portanto, a renda anual bruta dos estabelecimentos com força de trabalho majoritariamente feminina é inferior aos demais, o que indica formas de discriminação em relação às mulheres presentes na sociedade como um todo e não apenas no interior da família. Embora as tabulações aqui referidas considerem o conjunto dos estabelecimentos, não apenas aqueles da agricultura familiar, o padrão de distribuição é semelhante ao verificado para os estabelecimentos da agricultura familiar conforme sexo do responsável do estabelecimento, como descrito na página 88. Assim, demonstra-se que as variáveis analisadas por sexo do responsável podem indicar uma caracterização mais ampla das mulheres na agropecuária, não apenas aquelas na condição de chefes.

O público potencial do PAA-Leite permite-nos verificar as análises empíricas de que a atividade leiteira na região de atuação do Programa é essencialmente masculina (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 170). O Programa é voltado apenas para a região administrativa da Sudene, abrangendo os estados da Região Nordeste e o norte de Minas Gerais. O leite é comprado

individualmente de agricultores familiares com produção de até 100 litros por dia. Segundo as tabulações especiais do IBGE, o público potencial do Programa é de 984.675 estabelecimentos.

Tabela 20 – Estabelecimentos segundo o sexo da força de trabalho por enquadramento no PAA-Leite

	Total	Feminino	%	Misto	%	Masculino	%
PAA-Leite	984.675	85.294	8,7	392.136	39,8	507.245	51,5

Fonte: IBGE, *Censo Agropecuário 2006* (tabulações especiais).

A participação dos estabelecimentos com força de trabalho majoritariamente feminina é quase a mesma que sua participação no número de estabelecimentos. No entanto, a participação dos estabelecimentos mistos é superior à sua participação no número total de estabelecimentos, quase 40% frente a 34%. É possível inferir uma participação das mulheres em partes do processo de produção do leite, mesmo que invisibilizada. Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão apontam que a literatura sobre a divisão do trabalho no leite é quase inexistente para o Nordeste, e consideram que a representação social e cultural do trabalho no leite como pertencente à esfera masculina pode explicar a não formalização da participação das mulheres nessa modalidade (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 170).

Principais questões e como seguir adiante

Informações sobre o conjunto dos estabelecimentos e daqueles da agricultura familiar do *Censo Agropecuário 2006*, bem como tabulações especiais realizadas pelo IBGE a pedido da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA, foram analisadas neste artigo comparando dados desagregados pelo sexo do responsável e sexo do pessoal ocupado com relação de parentesco.

Considerando o conjunto dos estabelecimentos, vale destacar a desigualdade no acesso das mulheres à terra. A área média das proprietárias equivale a 38% da área média dos

proprietários. A porcentagem de estabelecimentos de produtoras sem área é quase o dobro dos produtores na mesma condição.

A principal forma de obtenção da terra para os homens é pela compra de particulares, e para as mulheres, a herança. Sem desconsiderar os padrões familiares patriarcais que excluem as mulheres da herança em algumas regiões do país (CARNEIRO, 2001, p. 52), o que se percebe é que as regras de mercado são ainda mais excludentes.

Há um aumento da escolaridade feminina no campo, com os baixos índices concentrando-se nas mulheres mais idosas. O acesso universal à educação vem sendo considerado como um elemento-chave na redução da pobreza e das desigualdades. Marcelo Neri e equipe analisaram a combinação de três fatores na redução das desigualdades no Brasil nos anos 2000: educação, programas sociais e trabalho, a partir de dados da PNAD (população urbana e rural). No caso das mulheres, eles explicam o crescimento da renda fundamentalmente por seu esforço no mercado de trabalho: mais horas, maior ocupação, maior participação (NERI, 2011, p. 23). Portanto, se mantida a mesma realidade no meio rural, é necessário combinar medidas de acesso universal à educação com outras ações de fortalecimento da produção e comercialização. Há também que se notar que muito poucas mulheres responsáveis por estabelecimentos, com Ensino Médio ou Superior, são graduadas em profissões relativas a atividades agropecuárias.

Quanto às condições de moradia, destaca-se a quase universalização do acesso à energia elétrica, o que em princípio permite a utilização de equipamentos que reduzem a sobrecarga de trabalho das mulheres, como geladeiras. Esses equipamentos não são contabilizados pelo *Censo Agropecuário*, que se concentra naqueles que permitem a comunicação e o acesso à informação, como televisor com antena parabólica, rádio e computador com acesso à internet.

Os estabelecimentos da agricultura familiar em que as mulheres são responsáveis representavam quase 92% do total de estabelecimentos dirigidos pelas mulheres. Portanto, as conclusões acima relatadas podem também a ser consideradas como

referência para a agricultura familiar. Por exemplo, a área média dos estabelecimentos da agricultura familiar dirigidos por mulheres equivalia a 64% da área média daqueles dirigidos por homens.

Os produtores receberam algum tipo de assistência técnica em 22% dos estabelecimentos por eles dirigidos, enquanto apenas 11% dos estabelecimentos em que as responsáveis são mulheres receberam algum tipo de assistência. Para que estivessem no mesmo patamar dos estabelecimentos dirigidos pelos homens, mais de 66.000 estabelecimentos dirigidos por mulheres deveriam ser contemplados. Para as produtoras que dirigem o estabelecimento é maior a importância relativa da assistência pública (governamental e ONGs). Essas informações, mesmo que restritas às produtoras que dirigem o estabelecimento, podem ser um indicador das formas e da desigualdade de acesso das mulheres produtoras em geral à orientação técnica.

Quanto ao financiamento, metade das produtoras e produtores declararam não ter buscado acessá-lo por falta de necessidade. O segundo motivo para ambos foi o medo de contrair dívidas, porém mais citado pelas mulheres, chegando a $\frac{1}{4}$ das produtoras. É interessante relacionar essas informações com os diagnósticos realizados pela Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais, como, por exemplo, nas Cirandas do Pronaf. Além de ser pertinente o debate de por que esta razão é mais apontada pelas mulheres, há que seguir analisando que motivações recobrem o que é declarado, que não necessariamente são as mesmas dos homens.

Outros temas que merecem continuar a análise é o fato de as produtoras acessarem mais recursos para investimento e os produtores para custeio, além da desigualdade nos valores financiados para produtoras e produtores. Os estabelecimentos em que as mulheres são responsáveis receberam 5,4% dos recursos financiados pelos bancos e 3,9% dos financiados pelas cooperativas, uma proporção muito inferior à sua participação no número de estabelecimentos, que é da ordem de 14%. As ONGs contribuem com menos de 1% dos montantes financiados, mas quanto ao montante total a situação é um pouco melhor para as mulheres, com elas cedendo a quase 8% do valor financiado.

Com o objetivo de captar tendências gerais por sexo do conjunto da força de trabalho e não apenas para as/os responsáveis pelo estabelecimento, foi proposta uma variável derivada para os estabelecimentos com mão de obra familiar majoritariamente feminina, com mão de obra sem diferenciação significativa, e com mão de obra familiar majoritariamente masculina. Com as informações relativas ao conjunto dos estabelecimentos, não apenas aqueles da agricultura familiar, foi encontrado 9% de estabelecimentos femininos, 34% de estabelecimentos mistos e 57% de estabelecimentos masculinos, o que é mais uma evidência de uma masculinização do campo brasileiro.

Foi analisada a produção realizada por esses estabelecimentos com uma lista de 154 produtos, sobretudo da produção agrícola e do extrativismo. Verificou-se maior diversificação dos estabelecimentos mistos, seguido dos femininos, e maior concentração dos masculinos em determinados produtos. As atividades realizadas por eles evidenciam o que já está descrito nas Tabelas 8 e 10 sobre as atividades relacionadas ao pessoal ocupado com laço de parentesco desagregado por sexo. Por exemplo, a significativa participação das mulheres na produção da amêndoa de coco babaçu, tendo os estabelecimentos femininos respondido por 25% dessa produção.

Na análise da produção comercializada em relação à produzida, verificou-se não haver diferença significativa entre os três tipos de estabelecimento no caso de produtos que são majoritariamente comercializados, como fumo ou tomate estaqueado. A maior diferenciação na porcentagem comercializada entre estabelecimento feminino e masculino dá-se naqueles produtos em que parte importante é para autoconsumo, como leite de cabra e mandioca, o que pode indicar maior preocupação das mulheres com a segurança alimentar da própria família, mas com a consequência de um menor rendimento próprio e autonomia econômica.

Os estabelecimentos femininos, assim como os estabelecimentos da agricultura familiar dirigidos por mulheres, são em sua maioria público potencial do Pronaf B. E contrariamente à análise dos contratos assinados no PAA-Leite, que mostram uma

baixa participação das mulheres, os estabelecimentos femininos são enquadráveis no programa na mesma proporção que têm no conjunto dos estabelecimentos.

Aprofundar a análise da distribuição dos estabelecimentos caracterizados pelo sexo da força de trabalho em relação às atividades agropecuárias requer a existência de análises empíricas com as quais se possam comparar os dados e formular hipóteses mais complexas. Com exceção dos estudos sobre as quebradeiras de coco e a região ecológica dos babaçuais, existem poucos estudos que combinam abordagens sociológicas e econômicas por produtos, ainda menos aqueles que considerem os sujeitos envolvidos como mulheres e homens.

As informações do *Censo Agropecuário* recobrem o universo da agricultura familiar e das produtoras no país. Elas dizem mais sobre o público potencial das políticas de fomento à produção agropecuária e redução das desigualdades, como são as políticas de acesso à terra, à orientação técnica e ao financiamento. O alcance e impacto dessas políticas podem ser mais bem acompanhados pelos bancos de dados de gestão utilizados em várias análises aqui citadas, como o Sipra, dados de contratos do Pronaf e do PAA, informações do POPMR. Os dados do *Censo* informam para onde expandir essas políticas e contribuem na definição de metas e prioridades.

Os estudos sobre desigualdade de gênero no Brasil concentram-se nas análises das PNADs, que apesar de terem como unidade o domicílio coletam informações que são processadas individualmente, como renda, participação no mercado de trabalho e, mais recentemente, usos do tempo. As pesquisas de uso do tempo são, por excelência, úteis para demonstrar a desigualdade persistente na sobrecarga de trabalho das mulheres, seu menor tempo de lazer e as limitações em sua inserção no trabalho remunerado, devido à conciliação entre os tempos de cuidado da família e os tempos do trabalho mercantil (CARRASCO; DOMINGUÉZ, 2003, p. 151). As pesquisas de uso do tempo foram consideradas como prioridade para o sistema das Nações Unidas, a partir da Conferência de Beijing em 1995, desde então realizada por um número maior de países. No entanto, Valeria Esquivel considera que as pesquisas necessitam partir de

um objetivo político claro de redistribuição dos tempos de cuidado e de trabalho mercantil entre mulheres e homens e entre família, mercado e Estado para produzir informações que sejam úteis à elaboração de políticas públicas (ESQUIVEL, 2011, p. 215-238).

Carmen Diana Deere e outras autoras utilizam a posse da terra e de bens, como animais e implementos, como medida de empoderamento das mulheres (DOSS; GROWN; DEERE, 2011, p. 3 e 4). O *Censo Agropecuário* permite aceder a algumas dessas informações por responsável do estabelecimento. A situação das mulheres responsáveis pode ser um indicador da realidade mais ampla das produtoras. O Censo da Reforma Agrária de 1996 dispunha apenas do dado de beneficiárias mulheres chefes de família, que comparado à presença de mulheres chefes de família trabalhadoras rurais indicava uma discriminação em relação às mulheres. Esse dado foi utilizado como um alerta para a necessidade de políticas afirmativas em relação às mulheres nos processos de Reforma Agrária. Segundo dados do Sipra relatados por Andrea Butto e Karla Hora, a porcentagem de mulheres chefes de família quase dobrou entre 2003 e 2007, e a porcentagem de mulheres beneficiárias mais que dobrou no mesmo período (BUTTO; HORA, 2008, p. 30). Verificou-se, portanto, uma tendência comum ao incremento da participação, mesmo que maior no conjunto das mulheres.

O *Censo Agropecuário* é o retrato de uma realidade dada no tempo. A possibilidade de extrair informações que expliquem a situação das mulheres no campo e a elaboração de políticas para reverter as desigualdades é muito maior quando se observam tendências ao longo de um período. Por isso é necessário que se continue registrando o sexo do responsável do estabelecimento, bem como ampliar a divulgação de informações desagregadas por sexo no caso da agricultura familiar, incluindo as variáveis aqui analisadas a partir de tabulações especiais.

Outro desafio é ampliar as possibilidades de leitura da realidade das mulheres que não são responsáveis pelo estabelecimento. A variável proposta pela caracterização dos estabelecimentos em função da presença majoritária de um ou outro sexo entre o pessoal ocupado com laços de parentesco pode ser ainda

explorada. Por exemplo, sua relação com a realização de atividades fora do estabelecimento pelo responsável ou por membros da família pode permitir melhor visualização da pluriatividade e sua importância nas estratégias de agricultoras e agricultores e em diferentes regiões do país.

A proposta do Censo Agropecuário Mundial 2010, de recolher informações considerando subexplorações e subprodutores, permite melhor captar a divisão de responsabilidades na gestão familiar e o papel das mulheres no processo de tomada de decisões. Esse procedimento deve encontrar resistências, primeiro pelo aumento de trabalho que implica, e segundo porque fragmenta as unidades de produção, o que não necessariamente é a forma de organização do trabalho em muitas delas.

As informações disponibilizadas no *Censo Agropecuário* e aqui analisadas contribuem na composição de um sistema de indicadores a ser complementado por informações da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) e Bancos de Dados do MDA e de outros órgãos de governo. Cristina Carrasco define que o objetivo de um sistema de indicadores é condensar a informação contida nas estatísticas existentes para entender as principais características da sociedade e tendências de mudança. Deve ser de leitura rápida e permitir comparações temporais e/ou espaciais e contribuir para o planejamento e monitoramento de políticas públicas (CARRASCO, 2012, p. 35). Algumas informações do *Censo Agropecuário 2006* podem ser destacadas por sua força explicativa em relação a dados de outras fontes, como a PNAD ou Bancos de Dados específicos, pela possibilidade de comparações internacionais ou por relacionar-se diretamente com políticas públicas. São elas: as variáveis desagregadas por sexo do responsável pelo estabelecimento em relação à forma de obtenção da terra e em relação à agricultura familiar, além das informações relativas à orientação técnica e ao financiamento. No caso da variável “estabelecimentos por sexo da força de trabalho”, é possível destacar as informações de alguns produtos quanto à produção vendida em relação à produção total. Por exemplo, babaçu amêndoa e tomate estaqueado têm alta comercialização pelos estabelecimentos femininos; arroz em casca, feijão de cor e boldo têm baixa comercialização pelos estabelecimentos

femininos, sendo no caso do boldo a maior diferenciação entre estabelecimentos femininos e masculinos. Essas informações podem compor indicadores do acesso das agricultoras a condições de produção e comercialização, o que contribui para a avaliação da necessidade de políticas públicas dirigidas às agricultoras e dos resultados daquelas atualmente em curso.

Referências

AGARWAL, Bina. “Bargaining” and gender relations: within and beyond the household. *IAFFE: Feminist Economics*, Routledge, n. 3, v. 1, 1997.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Antropologia)– Universidade Federal da Bahia, 2007.

BERNARDI, Cecília. *Agricultura familiar e organizações cooperativas: a luta social das agricultoras familiares camponesas*. Dissertação (Mestrado)–Unijuí, Ijuí, 2011.

BRUMER, Anita. *Agricultura familiar e gênero: proposta para análise dos dados do Censo Agropecuário 2006, referentes à agricultura familiar, numa perspectiva de gênero*. [2007]. Mimeografado.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. Entre o sonho e a realidade: o crédito rural para as mulheres da agricultura familiar na Região Sul do Brasil. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea (Org.). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão n. 621).

CARNEIRO, Maria José. *Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira*. [S.l.]: Alasru, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 1, 2001.

CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.

CARRASCO, Cristina; DOMINGUÉZ, Marius. Género y usos del tiempo: nuevos enfoques metodológicos. *Revista de Economía Crítica*, v. 1, 2003.

CASTILHO E SILVA, Carolina Braz de; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

CINTRÃO, Rosângela; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila. *O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia, ONU Mulheres, out. 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *Pautada Marcha das Margaridas 2011: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade*. Disponível em: <http://www.contag.org.br/arquivos/portal/file/Marcha_2011/PautaMarchaMargaridas2011.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2012.

DEERE, Carmen Diana. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 18, abr. 2002.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, ano 5, n. 10, jul./dez. 2003.

DEERE, Carmen Dina; LEÓN, Magdalena. *Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo Editores y UM, Facultad de Ciencias Humanas, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Anuário das mulheres brasileiras*. São Paulo: DIEESE, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE); MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Estatísticas do meio rural 2010-2011*. Brasília: MDA, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE); MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Estatísticas do meio rural 2008*. Brasília: MDA, 2008.

DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Brasília: MDA, 2009.

DIAS, Marcelo Miná. *Relatório técnico da sistematização e análise de dados sobre o perfil das mulheres e homens que acessam a terra por meio de programas de políticas públicas: análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário*. Viçosa, 2010.

DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES RURAIS (DPMR). *Dados mulheres na agricultura familiar brasileira*. Brasília: MDA, 2011. Mimeografado.

DOSS, Cheryl; GROWN, Caren; DEERE, Carmen Diana. *Gender and asset ownership: a guide to Collecting Individual Level Data*. [Texto produzido para o projeto “Collecting Data on Individual Assets” do Banco Mundial]. World Bank Policy Research Working Paper n. 4704, jun. 2011.

ESQUIVEL, Valeria. Sixteen years after Beijing: what are the new policy agendas for Time-Use Data collection? *IAFFE: Feminist Economics*, v. 7, n. 4, 2011.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Brasília: MDA, 2009.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. *Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

FIGUEIREDO, Nelly; SAKAMOTO, Camila. A qualidade do emprego agrícola/não agrícola entre os residentes rurais no Brasil: uma evolução por gênero nas Unidades da Federação. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PUC-CAMPINAS, 15., 26 e 27 out. 2010, Campinas, SP. *Anais...*, Campinas, SP, 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Women in agriculture: closing the gender gap for development*. Roma: FAO, 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Un sistema integrado e censos y encuestas agropecuarios*. Programa Mundial del Censo Agropecuario 2010. Roma: FAO, 2007. v. 1.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; AZEVEDO MARQUES, Vicente P.M. *O Censo Agropecuario 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009.

FRIENDS OF THE EARTH. ¿Facturando el medio ambiente? Los supermercados y su impacto ambiental. In: MONTAGUT, Xavier; VIVAS, Esther (Coord.). *Supermercados, no gracias: grandes cadenas de distribución: impactos y alternativas*. Barcelona: Icaria, nov. 2007.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia (FGV/IBRE). *Quem produz o que no campo: quanto e onde II*. Censo Agropecuario 2006. Brasília: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2010.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Sílvia (Coord.). *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, 2000.

GREGOLIN, Adriana; PERACI, Adoniran. *Diversificação em áreas cultivadas com tabaco: uma ação de ATER necessária*. 2007. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/diversificaonaagriculturafamiliarfumicultura/contents/photoflow-view/content-view?object_id=885181>. Acesso em: 17 out. 2012.

HEREDIA, Beatriz; CINTRÃO, Rosângela. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, jan./jun. 2009.

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Maria France; GARCIA JR., Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

HIRATA, Helena; ROGERAT, Chantal. Technologie, qualification et division sexuelle du travail. *Revue Française de Sociologie*, v. 29, 1988.

HOFFMAN, Elisabeth; MARIUS-GNANOU, Kamala. Le microcrédit pour les femmes pauvres: solution miracle ou cheval de troie de la mondialisation. In: BISILLIAT, Jeanne (Org.). *Regards des femmes sur la globalisation: approches critiques sur la mondialisation*. Paris: Karthala, 2003.

INCRA/CRUB/UNB. I Censo de Reforma Agrária no Brasil. [Trechos do Relatório Final]. *Estudos Avançados*[online], São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 11, n. 31, set./dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300002#back>. Acesso em: 26 out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar. Primeiros resultados. Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: MDA; Ministério do Planejamento; IBGE, 2009a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006: manual do recenseador*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: IPEA, mar. 2010a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *PNAD 2008: primeiras análises – o setor rural*. Brasília: IPEA, 29 mar. 2010b.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência versus investimento social. *Ciência e Saúde Coletiva*, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, v. 2, n. 6, p. 1463-1476, dez. 2007.

LEÓN, Magdalena. Reactivación económica para el buen vivir: un acercamiento. *ALAI: América Latina em Movimento*, Quito, fev. 2010.

LOMBARDI, Maria Rosa. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Brasília: MDA, 2009.

MACHADO, Gustavo; SCHEFFLER, Maria de Lourdes; COUTO, Vitor de Athayde. *Sistemas de atividades familiares sob o enfoque de gênero e gerações*. [2006?]. Mimeografado. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/188.pdf>. Acesso em: 1º out. 2012.

MALERBA, Juliana. Impactos dos monocultivos de soja sobre o trabalho e a vida das mulheres. In: PETRY, Sabrina (Org.). *Novo papel do Brasil no mundo X modelo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, [2007].

MARQUES, Vicente. *Mulheres na agricultura familiar no Censo Agropecuário 2006*. Apresentação feita em Recife em 14 nov. 2010.

MATTEI, Lauro. *Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina*. [2009?]. Mimeografado. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/Novo%20retrato%20da%20agricultura%20familiar%20em%20Santa%20Catarina.pdf>. Acesso em: out. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf). Comitê Nacional de ATER. *Conferência Nacional de ATER*. Documento Base. Versão Estadual. Brasília: MDA/Condraf, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). *Cirandas do Pronaf para mulheres*. Brasília: MDA/NEAD, 2005. (Nead Debate, 6).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA, 2006.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB). *Nova cartografia social da Amazônia: quebradeiras de coco babaçu do Pará*. Belém: MIQCB, 2005.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. Pluriatividade, pobreza rural e serviço doméstico remunerado. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 42, n. 2, abr./jun. 2004.

NERI, Marcelo (Coord.). *Desigualdade de renda na década: evolução dos indicadores sociais baseados em renda*. FGV/CPS, 2011. Mimeografado.

PANZUTTI, Nilce. *As mulheres na produção familiar do algodão em Leme*. Dissertação (Mestrado)–Unicamp, 1992.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, n. 28, 1987. Disponível em: <<http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2012.

PORRO, Noemi. *Rupture and resistance: gender relations and life trajectories in the Babaçu Palm forests of Brazil*. Tese (Doutorado)–University of Florida, Gainesville, 2002.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER (UNIFEM). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília, set. 2008.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). *Formação com mulheres rurais: estratégias para a efetivação de políticas públicas de gênero no campo*. São Paulo: SOF, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE); MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). *Cartilha de acesso ao Pronaf*. Brasília: Sebrae, 2011.

SILIPRANDI, Emma. Dentro do baú havia um tesouro. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata. *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF, 1998.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.

SILVA, Argileu Martins da. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: MDA, [2010?]. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/55177801/PNATER-avancos-e-desafios>>. Acesso em: 6 abr. 2012.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori; CONRADINI, Odacir. *Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Edição *online*. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2008.

TEIXEIRA, Gerson. *Censo Agropecuário 2006: Brasil e regiões*. Brasília, out. 2009. Mimeografado. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8335>>. Acesso em: out. 2011.

WEITZMAN, Rodica. Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.

Mujeres y agricultura en Chile: una mirada de género al censo agropecuario 2007¹⁹

Mina Namdar-Irani²⁰

¹⁹ Este artículo ha sido elaborado a partir de los resultados del estudio "*Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género*" realizado en el año 2009 por Qualitas AC a través de sus profesionales Mina Namdar-Irani y Constanza Saa, en el marco de una consultoría financiada por la Comisión de Igualdad e Oportunidades del Ministerio de Agricultura de Chile. www.odepa.cl/odepaweb/publicaciones/doc/2251.pdf.

²⁰ Ingeniero Agrónoma de nacionalidad francesa, cursó sus estudios de grado y maestría en el Institut National Agronomique Paris - Grignon (INA-PG, Francia), donde se especializó en Ciencias Económicas. Es Codirectora de la empresa consultora Qualitas AgroConsultores cuya sede está localizada en Santiago de Chile. www.agroqualitas.cl/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=12&Itemid=4.

Presentación

El presente artículo sintetiza los principales resultados de un estudio encargado por la Comisión de Igualdad de Oportunidades del Ministerio de Agricultura de Chile a la Empresa Consultora Qualitas AgroConsultores. El trabajo, realizado por las profesionales Mina Namdar-Irani y Constanza Saa, busca por una parte, caracterizar la situación y la participación de las mujeres en el sector silvoagropecuario de Chile, y por otra, visualizar el grado de equidad de género en la oferta de servicios públicos. En ambas dimensiones –dotación de recursos y acceso a servicios– se identifican las brechas de género, analizando sus tendencias en la última década.

Este estudio se alimenta de dos trabajos desarrollados por Qualitas AC, basados ambos en las cifras del VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal 2007 de Chile. En el primero de ellos, se ha realizado una modelización que permitió estimar el valor bruto de la producción, el valor de los activos y del empleo familiar y contratado de cada explotación agrícola y forestal censada y, a partir de allí, clasificar y caracterizar el universo censal según el tamaño económico de las explotaciones, diferenciando tres grandes tipos de explotaciones: la pequeña, la mediana y gran agricultura (INDAP, Qualitas AC, 2009)²¹. El segundo estudio –siempre a partir de la base censal– se enfocó a caracterizar los hogares y recursos humanos sobre los cuales se sustenta la producción silvoagropecuaria del país y a analizar su evolución en los últimos diez años (ODEPA, Qualitas AC, 2009)²².

En este contexto, el presente trabajo no sólo sistematiza y analiza información existente sino que entrega nuevas cifras que alimentan de manera innovadora la reflexión sobre la situación y los espacios que ocupan las mujeres en la agricultura chilena.

El artículo se organiza en tres secciones: La primera de ellas se centra en la descripción y el análisis de la situación de las mujeres agrícolas y de las brechas de género, y su evolución intercensal (1997-2007), mientras la segunda entrega un análisis con enfoque de género

²¹ www.agroqualitas.cl/index.php?option=com_k2&view=item&id=50:estudio-de-caracterización-de-la-pequeña-agricultura-a-partir-del-vii-censo-nacional-agropecuario-y-forestal-2009&Itemid=8.

²² www.odepa.gob.cl/odepaweb/servicios-informacion/publica/Estudio_hogares_de_las_explotaciones_silvoagropecuarias.pdf.

de las políticas públicas y los instrumentos de fomento del Ministerio de Agricultura en Chile. Se concluye, en la última sección, con una visión sintética de las grandes tendencias evolutivas que están ocurriendo en la participación y en el rol de las mujeres agrícolas y de los desafíos que ello implica en materia de equidad de género, tanto desde el punto de vista conceptual como operativo, con una reflexión específica sobre información censal y género.

SECCIÓN 1

LAS MUJERES EN LA AGRICULTURA

La inserción de las mujeres en la agricultura se concreta bajo tres mecanismos distintos, lo cual permite distinguir tres universos de análisis: (I) las mujeres que son jefas de explotaciones agropecuarias y forestales; (II) las mujeres que aportan la mano de obra familiar a las explotaciones; (III) las mujeres que son asalariadas agrícolas en forma permanente o temporal.

Al cuantificar estos grupos, se observan los siguientes órdenes de magnitud (cuadro 1):

1. De las 945.000 mujeres rurales que existen en el país, el 45% viven en las explotaciones agropecuarias y forestales.
2. De las 419.000 mujeres que viven en las explotaciones agropecuarias y forestales, un 53% viven en el hogar del jefe de explotación²³.
3. El universo de mujeres que trabajan en el predio y el universo de mujeres asalariadas tienen una dimensión del mismo orden de magnitud (130.600 y 166.000 mujeres respectivamente).

Si bien estos universos no son totalmente excluyentes y presentan probablemente espacios de intersección –una mujer puede en forma simultánea participar al trabajo predial en forma no remunerada y asalariarse en forma temporal– a continuación se ha optado por caracterizarlos y analizarlos de manera separada.

²³ El Censo Agropecuario y Forestal registra información solamente sobre aquellas personas que viven en el hogar del productor. Ello implica que no se dispone de antecedentes de caracterización de 283.300 de las cuales 197.700 son mujeres de más de 15 años.

Cuadro 1. Mujeres y Agricultura en Cifras

Tamaño del Universo	Tipo de Universo
945.000 mujeres	Viven en el medio rural (Censo Población 2002)
419.000 mujeres	Viven en las explotaciones
221.300 mujeres (a)	Viven en los hogares de los jefes de explotaciones
130.600 mujeres (a)	Trabajan como mano de obra familiar en las explotaciones
80.000 mujeres (a)	Son jefas de explotaciones
166.000 mujeres (a)	Son asalariadas agrícolas en el periodo de mayor demanda

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género*. A partir de XVII Censo Nacional de Población y VI de Vivienda de 2002 y VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal 2007.

(a) Mayores de 15 años.

1. Un tercio de las explotaciones están a cargo de mujeres

1.1. Creciente feminización de la unidad de decisión

Una transformación muy relevante en el periodo 1997-2007 es el fuerte incremento relativo de las explotaciones con una jefatura femenina. Es así que en el año 2007 se registran 79.441 explotaciones cuyo jefe es una mujer (30% del universo) mientras que en 1997, existían 60.503 explotaciones con jefatura femenina (21% del universo) (Cuadro 2).

Se observa mayor concentración de explotaciones con jefatura femenina en las explotaciones de menor tamaño económico y en los territorios de menor dinamismo agrícola.

Esta feminización ocurre en forma homogénea en todos los estratos de tamaño económico de las explotaciones, con un incremento de 8 a 9 puntos en cada estrato²⁴. No obstante lo anterior, tanto en el 1997 como en el 2007, las explotaciones con jefatura femenina son más presentes en los estratos de menor tamaño económico: mientras las explotaciones encabezadas por mujeres constituyen un 33% del universo en el estrato de Valor Bruto de la

²⁴ Si bien en el estrato "Gran Agricultura" se observa un incremento mayor (14 puntos), este dato es estadísticamente poco robusto dado la pequeña dimensión del estrato (10 explotaciones en 1997 y 44 explotaciones en 2007). Por esta razón no se incluye este estrato en los análisis de proporciones.

Producción (VBP) de 0-100 UF²⁵, esta proporción disminuye a un 23% en el estrato de la Mediana Agricultura (2.400 a 25.000 UF).

Cuadro 2. Evolución del N° de explotaciones con jefatura femenina. Periodo 1997-2007

Estrato de VBP UF (a)	1997			2007		
	N° de Explotaciones	% Mujer		N° de Explotaciones		% Mujer
	Total	Con Jefe de Explotación Mujer		Total	Con Jefe de Explotación Mujer	
0-100	162.823	40.496	25%	146.423	48.728	33%
100-200	38.936	6.687	17%	35.792	9.400	26%
200-600	37.326	5.228	14%	33.609	7.523	22%
600-1200	12.847	1.465	11%	12.357	2.370	19%
1200-2400	7.336	884	12%	7.247	1.420	20%
PEQUEÑA AGRICULTURA 0-2400	259.268	54.760	21%	235.428	69.441	29%
2400-10000	6.852	975	14%	6.695	1.530	23%
10000-25000	1.004	87	9%	1.176	275	23%
MEDIANA AGRICULTURA 2400-25000	7.856	1.062	14%	7.871	1.805	23%
25000- 100000	139	10	7%	202	43	21%
Más de 100000	2	0	0%	7	1	14%
GRAN AGRICULTURA Más de 25000	141	10	7%	209	44	21%
TOTAL CLASIFICADO	267.265	55.832	21%	243.508	71.290	29%
Sin Clasificar	15.018	4.671	31%	23.031	8.151	35%
TOTAL GENERAL	282.283	60.503	21%	266.539	79.441	30%

Fuente: ODEPA, Qualitas AC, 2009, *Estudio de caracterización de los hogares de las explotaciones silvoagropecuarias a partir del VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal 2007*.

(a) Corresponde al Valor Bruto de la Producción (VBP) anual de las explotaciones. Se expresa en Unidad de Fomento (1 UF = US\$ 47,1 al 31 de agosto 2012). Mayores detalles, referirse a: INDAP, Qualitas AC, 2009, *Caracterización de la Pequeña Agricultura a partir del VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal*.

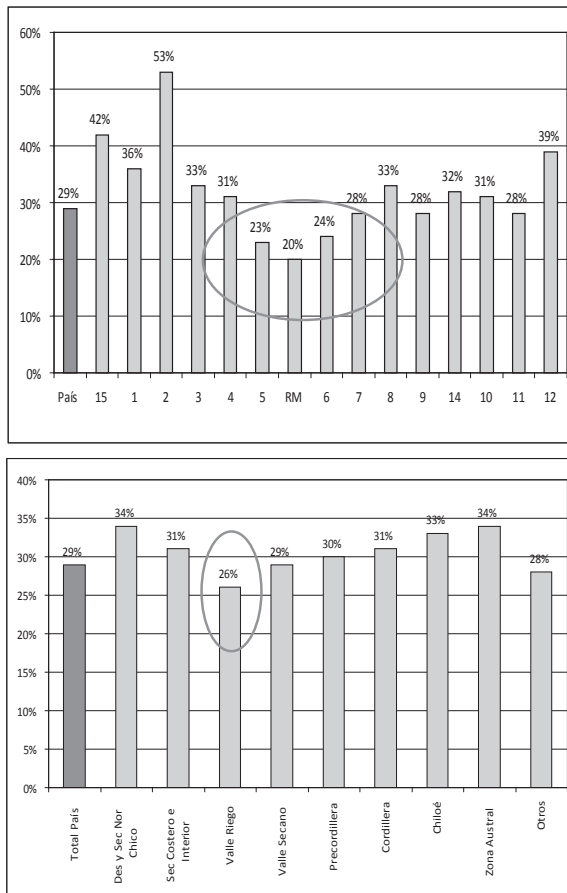
Territorialmente, se identifica también una cierta heterogeneidad en distribución de las explotaciones a cargo de mujeres, con una menor concentración de éstas en las zonas más dinámicas desde el punto de vista agrícola: es así que en las regiones del centro del país (Valparaíso, Metropolitana y de B. O'Higgins), la proporción es menor (de un 20% a un 24%), mientras que en

²⁵ La Unidad de Fomento (UF) es una unidad financiera reajutable según la inflación. Al 31 de Agosto del 2012, 1 UF = US\$ 47,4.

las regiones centro sur (desde la región del Maule a la de Los Ríos) esta proporción oscila entre un 28% y un 33%. Asimismo, el Valle de Riego –zona con mayor potencial agrícola– muestra la menor proporción (el 26%) (Gráfico 1).

Gráfico 1. Proporción de explotaciones con jefatura femenina según región y área homogénea

(Estrato Pequeña Agricultura, 0-2.400 UF de VBP)



Fuente: INDAP, Qualitas, 2009, *Caracterización de la Pequeña Agricultura a partir del VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal.*

1.2. Inequidad en la dotación de recursos productivos

1.2.1. Brecha en la producción y en los activos

Las explotaciones “Productor Individual” (PI)²⁶ generan el 42% del Valor Bruto de la Producción del país, disponiendo del 39% de los activos y generando el 69% del empleo.

Dentro de las explotaciones PI, las explotaciones con jefatura femenina aportan el 22,4% del VBP en base al 22,7% de los activos, al 22,2% de la superficie útil y al 27,3% del empleo familiar y asalariado. Sobre el total del universo censal, estas proporciones disminuyen a 9,8% (VBP), 8,8% (Activos), 8,7% (Superficie útil) y 19,1% (Empleo).

Las explotaciones con jefatura femenina constituyen el 30% de las explotaciones, generan el 22% del VBP, poseen el 23% de los activos, poseen el 22% de la superficie útil y genera el 27% del empleo familiar y asalariado

De ello se deduce que existe una brecha de aproximadamente 8 puntos en la participación de las mujeres en el VBP y en los activos. Muestra también que la productividad del capital es la misma en las explotaciones manejadas por mujeres y por hombres. Por último, la participación en más de un 27% al empleo significa que sus explotaciones son generalmente más intensivas en el uso de mano de obra (cuadro 3).

²⁶ El Censo Agropecuario y Forestal 2007 registra el sexo del jefe de explotación solamente para aquellas explotaciones con condición jurídica “Productor Individual” (266.539 explotaciones). Por ello, en esta sección se excluye del análisis a las explotaciones con personalidad jurídica, así como las sucesiones, sociedades de hecho y productor comunero.

Cuadro 3. Recursos controlados según sexo del Jefe de explotación. Año 2007

Tipo de Explotaciones	Monto total			
	VBP (UF)	Activos (UF)	Empleo (UTE)(a)	Superficie útil (ha físicas)(b)
Explotaciones PI con jefatura femenina	22.689.364	98.218.753	150.749	1.265.770
Explotaciones PI con jefatura masculina	78.532.878	333.911.354	400.746	4.423.702
Explotaciones con personalidad Jurídica (c)	130.540.234	684.974.541	238.398	8.862.414
Participación de las explotaciones con jefatura femenina sobre el total de explotaciones	9,8%	8,8%	19,1%	8,7%
Participación de las explotaciones con jefatura femenina sobre las explotaciones "Productor Individual" (PI)	22,4%	22,7%	27,3%	22,2%

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

Notas:

(a) UTE: Una "Unidad de Trabajo Equivalente" corresponde a un trabajador que trabaja a tiempo completo durante un año.

(b) Superficie útil: Corresponde al total de la superficie menos los terrenos estériles o no aprovechables, las praderas naturales y los matorrales.

(c) No incluye Sucesiones y sociedades de hecho ni Productor comunero.

Estas conclusiones se reafirman y precisan al analizar el VBP y los recursos promedios controlados (cuadro 4). Es así que se observa que las mayores brechas de género existen en los estratos de menor tamaño económico: en la pequeña agricultura (0-2400 UF) el promedio VBP de las explotaciones con jefatura femenina representa un 68% de su equivalente con jefatura masculina. En los estratos de la mediana y la gran agricultura, estas brechas desaparecen. Asimismo, el promedio de activos de las explotaciones de la pequeña agricultura con jefatura femenina así como la superficie útil representan el 73% de su homólogo masculino. En la mediana agricultura esta brecha se acorta (93%). En el caso del empleo, los promedios son muy similares en todos los estratos económicos, con un valor de 2,1 UTE en las explotaciones femeninas y de 2,3 UTE en las explotaciones masculinas.

Cuadro 4. Recursos promedios controlados según sexo del jefe de explotación por estrato de explotaciones según VBP. Año 2007

ESTRATO VBP en UF	Nº de explotaciones	Promedio por explotación															
		VBP (UF)		Activos (UF)		Empleo (UTE)		Superficie útil (ha)		VBP (UF)		Activos (UF)		Empleo (UTE)		Superficie útil (ha)	
		Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina
0-100	146.423	35,0	39,1	290,3	358,1	1,5	1,5	4,9	4,9	6,7	6,7						
100-200	35.792	140,8	142,1	761,9	870,0	2,0	2,0	11,2	11,2	14,5	14,5						
200-600	33.609	339,3	344,7	1.750,3	1.776,7	2,3	2,3	25,5	25,5	25,9	25,9						
600-1.200	12.357	832,3	842,4	4.008,5	3.673,5	3,1	3,1	51,9	51,9	39,6	39,6						
1.200-2.400	7.247	1.676,1	1.678,0	7.298,9	6.399,7	4,7	4,7	73,3	73,3	65,4	65,4						
PEQUEÑA AGRICULTURA	235.428	143,1	209,4	782,7	1.073,2	1,8	1,8	11,0	11,0	15,0	15,0						
2.400-10.000	6.695	4.641,1	4.602,7	16.160,9	15.655,9	9,1	8,6	142,8	142,8	146,2	146,2						
10.000-25.000	1.176	14.546,0	14.429,7	42.018,0	56.236,6	21,3	22,7	373,3	373,3	361,3	361,3						
MEDIANA AGRICULTURA	7.871	6.150,2	6.062,3	20.106,9	21.689,3	11,0	10,7	177,9	177,9	178,2	178,2						
25.000-100.000	202	35.987,2	38.945,6	100.325,7	95.557,2	53,0	64,0	721,3	721,3	641,2	641,2						
> 100.000	7	106.008,5	135.557,0	422.653,1	212.757,4	938,5	428,0	525,4	525,4	404,2	404,2						
GRAN AGRICULTURA	209	37.578,6	42.458,7	107.651,3	99.845,0	73,1	77,2	716,8	716,8	632,6	632,6						
Gran Total	243.508	318,3	456,0	1.339,5	1.892,0	2,1	2,3	15,7	15,7	21,3	21,3						

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009. Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.

1.2.2. Menor dotación de activos

El análisis del valor de los activos según tipo muestra una participación bastante pareja en las explotaciones con jefatura femenina y masculina. Sin embargo, es interesante relevar una mayor participación relativa de las explotaciones femeninas en el activo “Viñas” y en “Riego tecnificado”. En efecto, mientras en promedio los activos de las mujeres representan un 23% del total de activos, en estos dos ítems sus participaciones se elevan a un 28% y un 26% respectivamente. Asimismo, en las explotaciones forestales, su participación en el activo “tierra” es relativamente elevada con un 32%. Por otro lado, sus participaciones en la maquinaria forestal son menores, con sólo un 18% (cuadros 5 y 6).

Cuadro 5. Monto de activos por tipo según sexo del jefe de explotación. Año 2007

Tipo de Activo	Monto total de activos (miles de UF)									
	Total explotaciones				Explotaciones agropecuarias				Explotaciones forestales	
	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina
Subtotal tierra (a)	37.097	126.253	32.717	116.867	4.381	9.387				
Subtotal otros activos	61.271	208.594	51.613	176.004	9.658	32.590				
Plantaciones frutales	6.492	22.787	6.438	22.605	55	183				
Viñas	1.828	4.715	1.802	4.656	25	59				
Forrajeras	153	529	152	524	1	5				
Ganadería	8.273	24.639	8.085	24.136	188	504				
Plantaciones forestales (b)	21.543	72.782	12.697	42.265	8.846	30.517				
Maquinaria forestal	425	1.936	376	1.708	49	227				
Riego tecnificado	2.933	8.583	2.908	8.472	25	111				
Infraestructura y equipamiento	10.115	38.938	9.829	38.447	285	491				
Maquinaria agrícola	9.509	33.685	9.325	33.191	184	494				
TOTAL	98.219	333.911	84.191	292.015	14.028	41.896				

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género*.

Nota:

(a) Considera el valor fiscal de la tierra.

(b) No incluye el valor del Bosque Nativo

Cuadro 6. Activos en % por tipo según sexo del jefe de explotación. Año 2007

Tipo de Activo	% total de activos (miles de UF)					
	Total explotaciones		Explotaciones agropecuarias		Explotaciones forestales	
	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina
Subtotal tierra	23%	77%	22%	78%	32%	68%
Subtotal otros activos	23%	77%	23%	77%	23%	77%
Plantaciones frutales	22%	78%	22%	78%	23%	77%
Viñas	28%	72%	28%	72%	30%	70%
Forrajeras	23%	77%	23%	77%	20%	80%
Ganadería	25%	75%	25%	75%	27%	73%
Plantaciones forestales	23%	77%	23%	77%	22%	78%
Maquinaria forestal	18%	82%	18%	82%	18%	82%
Riego tecnificado	26%	74%	26%	74%	18%	82%
Infraestructura y equipamiento	21%	79%	20%	80%	37%	63%
Maquinaria agrícola	22%	78%	22%	78%	27%	73%
TOTAL	23%	77%	22%	78%	25%	75%

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

1.2.3. Menor dotación en cantidad y calidad de tierra

Un análisis más específico sobre el activo “tierra” muestra una brecha en detrimento de las mujeres. Es así que la superficie total promedio de las explotaciones con jefatura femenina representa el 80% de su equivalente masculino, y esta proporción disminuye al 74% y al 69% en el caso del promedio de la superficie útil y promedio de superficie en Hectáreas de Riego Básico (HRB)²⁷, respectivamente. Ello muestra que además de contar

²⁷ La Hectárea de Riego Básico (HRB) es una unidad de superficie que homogeneiza las superficies físicas de suelos en función de su calidad, mediante la aplicación de factores de conversión establecidos para cada una de las zonas del país. Una HRB corresponde a una superficie equivalente a la potencialidad de producción de una hectárea física, regada en un suelo de clase I del Valle del Río Maipo. En la medida que la calidad del suelo disminuye, el factor de conversión

con superficies menores, éstas corresponden a suelos de menor calidad (cuadro 7).

Cuadro 7. Superficies promedios por explotación según sexo del jefe de explotación. Año 2007

Estrato de VBP UF	Promedio por explotación					
	Superficie total (ha)		Superficie útil (ha)		Superficie HRB	
	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina
0-100	11,8	14,7	4,9	6,7	0,7	0,8
100-200	28,9	36,4	11,2	14,5	1,5	1,9
200-600	52,7	55,8	25,5	25,9	3,4	3,5
600-1.200	140,3	117,1	51,9	39,6	7,3	8,6
1.200-2.400	192,1	137,8	73,3	65,4	12,4	11,7
PEQUEÑA						
AGRICULTURA:	26,6	35,1	11,0	15,0	1,5	2,3
0-2.400 UF						
2.400-10.000	406,3	303,1	142,8	146,2	25,7	26,0
10.000-25.000	627,4	624,6	373,3	361,3	66,1	66,8
MEDIANA						
AGRICULTURA:	440,0	350,9	177,9	178,2	31,8	32,1
2.400-25.000						
25.000-100.000	916,8	936,9	721,3	641,2	144,6	157,5
> 100.000	880,7	1.469,2	525,4	404,2	543,2	306,1
GRAN						
AGRICULTURA:	915,9	956,2	716,8	632,6	153,6	163,0
>25.000						
TOTAL	37,6	47,1	15,7	21,3	2,4	3,5
Relación Superficie						
Mujer / Superficie	80%		74%		69%	
Hombre						
Sin clasificar	48,7	118,4	18,3	50,7	2,3	3,5
Total general	38,8	52,8	15,9	23,6	2,4	3,5

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

En materia de tenencia de la tierra es necesario explicitar los alcances del análisis que permite efectuar el Censo. Esta variable censal es compleja de procesar e interpretar por dos razones:

también disminuye. Por ejemplo: en los suelos de alta calidad 1 hectárea física es cercano a 1 HRB mientras en los suelos de bajo potencial, 1 HRB puede ser equivalente a 15 o 20 hectáreas físicas.

- En primer lugar, la variable “Tenencia” ha sido registrada por predio y no por explotación. Es así que para un total de 301.193 explotaciones censadas, se registran 514.090 predios. Un 69% de las explotaciones (208.744) son monoprediales y por tanto tienen un solo tipo de tenencia. Sin embargo, las explotaciones que tienen más de un predio tienen una combinación de tipo de tenencia. Analizar la situación de las explotaciones multiprediales constituye un estudio en sí mismo y está fuera del alcance del presente trabajo. Por esta razón se analiza a continuación solamente la información atinente a las explotaciones “monoprediales” (un 69% del universo).
- En segundo lugar, en el caso de las explotaciones “propias”, el Censo no registra cual es el miembro de la familia que es dueño de la tierra. Ello implica que las explotaciones declaradas como “propias” no necesariamente pertenecen al jefe de explotación y podrían pertenecer al conyugue u otro miembro de la familia.

Hechas estas aclaraciones y acotando por tanto el análisis a las explotaciones monoprediales, se constata lo siguiente ²⁸:

- La proporción de explotaciones con propiedad regularizada es bastante alta en todo el universo y es pareja en las explotaciones con jefatura femenina (el 69,8%) y en las explotaciones con jefatura masculina (el 68,8%).
- Sin embargo, se observa una leve brecha de género en relación a la regularización de la tierra: mientras las propiedades con título irregular representan el 16,2% de las explotaciones en el caso de las explotaciones con jefatura femenina, sólo representan el 12,7% en el caso de las explotaciones con jefatura masculina. En cifras absolutas, es importante relevar que cerca de 10.000 explotaciones con jefatura femenina no tienen regularizadas sus propiedades, tema que debe seguir siendo objeto de apoyo desde la política pública.

²⁸ Más detalles, referirse a Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, pp 17, cuadro 8.

- En cuanto a los otros tipos de tenencia (regalía o goce; arriendo; mediería; cedido; ocupado), se constata que corresponden a mecanismos de acceso a la tierra poco frecuentes, con una proporción que oscila entre el 0,5% (recibido en mediería) y el 6,6% (que le han cedido). En todos estos tipos de tenencia las frecuencias son similares en el caso de las mujeres y de los hombres, a excepción del arriendo, que es un mecanismo más frecuente en las explotaciones con jefatura masculina (el 6,1%) que en las explotaciones con jefatura femenina (el 3,1%). Esta constatación nos obliga a relativizar el impacto que podría tener la aplicación de una demanda clásica para la equidad de género, esta es la flexibilización de ciertos instrumentos a arrendatarios y medieros. En efecto, en el caso de las explotaciones con jefatura femenina, solamente unas 2.000 explotaciones están en esta situación (1.800 que arriendan, 300 que acceden en mediería), y, por tanto, el impacto de la flexibilización de criterios en materia de tenencia de la tierra será acotado.

1.2.4. Pequeña brecha en acceso al riego, mayor tecnificación

El análisis del riego muestra también una pequeña brecha en detrimento de las mujeres, desde el punto de vista del acceso al agua. Es así que de 100 productoras jefas de explotación 37 tienen riego, mientras que de 100 hombres jefes de explotación 42 tienen riego. Asimismo, la superficie promedio regada es inferior en las explotaciones con jefatura femenina: si se considera el total de explotaciones, los promedios de superficie regada son 1,7 ha (mujer) y 2,7 ha (hombre). Considerando solamente las explotaciones con riego, los promedios también presentan inequidad, con 4,6 ha de superficie regada en las explotaciones con jefatura femenina y 6,4 ha en las con jefatura masculina. En términos globales las explotaciones femeninas controlan el 21% de la superficie regada por explotaciones que son personas naturales (cuadro 8).

Cuadro 8. Explotaciones y superficies regadas según sexo del jefe de explotación. Año 2007

Estrato de VBP UF	Nº de explotaciones						Superficie regada promedio por explotación (ha físicas)						Superficie total regada (ha físicas)	
	Con riego			Sin riego			Promedio sobre el total de explotación			Promedio sobre explotaciones con riego			Jefatura femenina	Jefatura masculina
	Jefatura femenina	Jefatura masculina		Jefatura femenina	Jefatura masculina		Jefatura femenina	Jefatura masculina		Jefatura femenina	Jefatura masculina			
0-100	15.516	31.835	33.212	65.860	0,3	0,4	0,9	0,9	1,2	13.862	37.374			
100-200	4.393	11.874	5.007	14.518	0,9	1,0	2,0	2,3	8.719	27.526				
200-600	4.239	15.127	3.284	10.959	2,5	2,8	4,5	4,8	18.951	71.925				
600-1.200	1.591	7.233	779	2.754	6,2	6,3	9,2	8,7	14.716	62.623				
1.200-2.400	954	4.478	466	1.349	10,1	11,2	15,0	14,6	14.312	65.505				
PEQUEÑA														
AGRICULTURA	26.693	70.547	42.748	95.440	1,0	1,6	2,6	3,8	70.561	264.953				
0-2.400 UF														
2.400-10.000	1.033	3.692	497	1.473	25,8	25,4	38,2	35,5	39.500	131.145				
10.000-25.000	158	629	117	272	55,6	74,1	96,7	106,1	15.283	66.729				
MEDIANA														
AGRICULTURA	1.191	4.321	614	1.745	30,4	32,6	46,0	45,8	54.783	197.874				
2.400-25.000														
25.000-100.000	34	127	9	32	149,2	161,8	188,6	202,6	6.414	25.731				
> 100.000	1	6	-	-	520,0	378,1	520,0	378,1	520	2.269				
GRAN														
AGRICULTURA:	35	133	9	32	157,6	169,7	198,1	210,5	6.934	28.000				
>25.000														
Total clasificado	27.919	75.001	43.371	97.217	1,9	2,9	4,7	6,5	132.278	490.827				
Sin clasificar	1.464	2.803	6.687	12.077	0,3	0,5	1,9	2,8	2.826	7.924				
Total General	29.383	77.804	50.058	109.294	1,7	2,7	4,6	6,4	135.104	498.751				

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009. Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.

Sin embargo, el grado de tecnificación de riego es levemente mayor en las explotaciones con jefatura femenina que en aquellas con jefatura masculina: mientras el 16,8% de las mujeres jefas de explotación cuentan con riego tecnificado, este valor es sólo del 13,6% en el caso de los hombres jefes de explotación (cuadro 9). Esta situación explica la mayor participación de las mujeres en el activo “Equipo de Riego” que se describió en la sección anterior.

Cuadro 9. Proporción de las superficies según sistema de riego y sexo de productor. Año 2007

SISTEMA DE RIEGO	Explotaciones con jefatura femenina		Explotaciones con jefatura masculina		Explotaciones con personalidad jurídica		Total Explotaciones	
	Superficie (ha)	%	Superficie (ha)	%	Superficie (ha)	%	Superficie (ha)	%
TENDIDO	72.681	53,8	243.783	48,9	142.451	30,0	458.915	41,4
SURCO	35.651	26,4	173.014	34,7	107.743	22,7	316.409	28,6
OTRO TRADIC.	4.103	3,0	14.261	2,9	7.226	1,5	25.590	2,3
TOTAL	112.435	83,2	431.058	86,4	257.420	54,3	801.332	72,3
TRADICIONAL								
ASPERS. TRAD.	4.949	3,7	12.640	2,5	13.321	2,8	30.910	2,8
CARRETE PIVO.	2.297	1,7	7.305	1,5	16.885	3,6	26.487	2,4
GOTEO CINTA	12.372	9,2	40.176	8,1	158.631	33,5	211.179	19,1
M.ASPER.JET	3.094	2,3	7.708	1,5	27.842	5,9	38.644	3,5
TOTAL	22.711	16,8	67.828	13,6	216.679	45,7	307.219	27,7
TECNIFICADO								
SUP. TOTAL	135.147	100	498.886	100	474.100	100	1.108.132	100
REGADA								

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

1.2.5. Actividad forestal: presencia femenina relativamente alta, inequidad en los recursos forestales controlados

El Censo Nacional Agropecuario y Forestal 2007 distingue las explotaciones forestales de las agropecuarias, definiendo las primeras como todas aquellas explotaciones cuyas superficies están cubiertas en un 90% o más con plantaciones forestales y/o bosques nativos y/o matorrales y, que tienen una superficie mínima establecida de 0,5 ha de plantaciones forestales o bosques nativos o matorrales.

Usando esta misma categorización, se constata que de las 16.457 explotaciones forestales “individuales” que existen en el país, 5.235 explotaciones tienen a una mujer como jefa de explotación (un 31,8%). Esta proporción es mayor en los estratos económicos más pequeños, elevándose a un 35,7% en el estrato de Valor Bruto de la Producción de 0 a 100 UF (cuadro 10). Estos valores indican que la jefatura femenina es un poco más frecuente en las explotaciones forestales (un 31,8%) que en las explotaciones agropecuarias (un 27,8%).

Cuadro 10. Explotaciones forestales y promedio de superficies con plantaciones y bosques según sexo del jefe de explotación. Año 2007

Estrato de VBP UF	Nº de explotaciones forestales				Superficie promedio por explotación						
	Total	Con jefatura femenina	% mujer	Plantaciones forestales			Bosque				
				Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	Jefatura femenina	Jefatura masculina		
0-100	6.937	2.479	35,7	1,7	1,5	19,7	31,7				
100-200	1.789	527	29,5	7,6	7,2	23,2	39,1				
200-600	2.057	553	26,9	18,9	18,3	78,4	46,6				
600-1.200	765	195	25,5	45,8	47,3	44,0	53,2				
1.200-2.400	442	113	25,6	90,3	88,5	51,5	129,3				
PEQUEÑA AGRICULTURA: 0-2.400	11.990	3.867	32,3	9,8	12,2	30,7	41,1				
2.400-10.000	338	75	22,2	233,9	246,3	131,5	125,1				
10.000-25.000	49	13	26,5	721,8	703,6	913,3	483,6				
MEDIANA AGRICULTURA: 2.400-25.000	387	88	22,7	305,9	301,4	247,0	168,3				
25.000-100.000	15	4	26,7	410,8	1.577,0	660,7	135,7				
> 100.000	-	-	0	-	-	-	-				
GRAN AGRICULTURA: >25.000	15	4	26,7	410,8	1.577,0	660,7	135,7				
TOTAL CLASIFICADO	12.392	3.959	31,9	16,8	24,5	36,1	45,7				
SIN CLASIFICAR	4.065	1.276	31,4	0,0	0,0	61,9	192,3				
GRAN TOTAL	16.457	5.235	31,8	12,7	18,5	42,4	82,1				

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009. Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.

En lo relativo a los promedios de plantaciones forestales, no se observan brechas de género por sub-estratos económicos, e incluso se identifican promedios un poco superiores en el caso de las mujeres de la mediana agricultura. No obstante, el promedio ponderado del estrato de la pequeña agricultura es levemente inferior en las explotaciones forestales con jefatura femenina (9,8 ha) que es su equivalente masculino (12,2 ha), lo cual se debe a la mayor concentración de mujeres en el estrato 0-100UF. En el promedio total, también se constata una superficie inferior en las mujeres (12,7 ha) que en los hombres (18,5 ha). Ello se traduce por una menor proporción relativa de superficie forestal controlada, las explotaciones con jefatura femenina, las cuales controlan un 24% de la superficie mientras representan el 32% de las explotaciones. En este contexto es interesante observar que en los estratos de menor VBP, la superficie forestal manejada por mujeres es proporcionalmente alta, alcanzado un 39% en el estrato 0-100 UF.

En el caso del bosque nativo, la situación es diferente: se observa una brecha en detrimento de las mujeres en todos los estratos económicos. Es así que en la pequeña agricultura las explotaciones forestales con jefatura femenina tienen una superficie promedio de bosque de 30,7 ha mientras la superficie promedio de bosque se eleva a 41,1 ha en las explotaciones forestales con jefatura masculina. Si se considera todos los estratos económicos, esta brecha aumenta con una superficie promedio de bosque de 42,4 ha en las explotaciones con jefatura femenina y de 82,1 ha en las masculinas. En términos de superficie total, las explotaciones con jefatura femenina controlan un 19% de la superficie con bosque (cuadro 11).

Cuadro 11. Superficies totales con plantaciones y bosques en explotaciones forestales según sexo del jefe de explotación. Año 2007

Estrato de VBP UF	Superficie total							
	Plantaciones forestales				Bosque Nativo			
	Jefatura femenina	Jefatura masculina	% Superficie Jefatura femenina	Jefatura femenina	Jefatura masculina	% Superficie Jefatura femenina	Jefatura masculina	% Superficie Jefatura femenina
0-100	4.301	6.846	39%	48.735	141.439			26%
100-200	4.008	9.060	31%	12.225	49.311			20%
200-600	10.479	27.502	28%	43.371	70.022			38%
600-1.200	8.937	26.951	25%	8.585	30.313			22%
1.200-2.400	10.200	29.110	26%	5.815	42.526			12%
PEQUEÑA AGRICULTURA: 0-2.400	37.924	99.470	28%	118.731	333.612			26%
2.400-10.000	17.540	64.783	21%	9.862	32.909			23%
10.000-25.000	9.384	25.331	27%	11.873	17.408			41%
MEDIANA AGRICULTURA: 2.400-25.000	26.924	90.114	23%	21.735	50.317			30%
25.000-100.000	1.643	17.347	9%	2.643	1.493			64%
> 100.000	-	-	-	-	-			-
GRAN AGRICULTURA: >25.000	1.643	17.347	9%	2.643	1.493			64%
TOTAL	66.491	206.931	24%	143.109	385.422			27%
SIN CLASIFICAR	41	125	25%	78.954	536.337			13%
GRAN TOTAL	66.531	207.056	24%	222.062	921.759			19%

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

Al analizar las mismas variables en el universo de explotaciones agropecuarias, se observa una presencia femenina un poco menor, con un 27,7% de las explotaciones con jefatura femenina. Al igual que en las explotaciones forestales, se identifica también una brecha de género en los promedios de superficie, pero de menor amplitud: 6,2 ha (jefatura femenina) versus 7,6 ha (jefatura masculina) como superficie promedio de plantaciones y 21,0 ha (jefatura femenina) versus 30,7 ha (jefatura masculina) como superficie promedio de bosque nativo. Esta menor diferencia se expresa a su vez en las superficies controladas: las explotaciones agropecuarias femeninas controlan el 23% de las plantaciones forestales y 21% de los bosques.²⁹

1.2.6. Rubros agropecuarios

1.2.6.1. Producción agrícola

Tomando como referencia un 30% de presencia en el universo, el análisis de la participación en los rubros agrícolas muestra que las explotaciones con jefatura femenina tienen una participación superior al promedio en flores (un 40% de las explotaciones, un 43% de la superficie) e inferior al promedio en cultivos anuales (un 26% de las explotaciones y un 21% de la superficie), en hortalizas (un 30% de las explotaciones pero un 18% de la superficie), en frutas (un 30% de las explotaciones pero un 23% de la superficie) y en semilla (un 22% de las explotaciones y de la superficie). Sus participaciones en las viñas viníferas se sitúan alrededor del promedio (cuadros 12 y 13).

²⁹ Más detalles, referirse a Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, pp 22 y 23, cuadros 13 y 14.

Cuadro 12. Nº de Explotaciones por rubro agrícola según sexo del jefe de explotación. Año 2007

	Nº DE EXPLOTACIONES CON EL RUBRO					
	Cultivos anuales	Hortalizas	Flores	Semilleros	Viñas viníferas	Frutales
Explotaciones PI con jefatura femenina	27.949	27.082	1.051	453	4.741	26.122
Explotaciones PI con jefatura masculina	81.061	62.528	1.579	1.651	10.152	62.122
Participación de las explotaciones con jefatura femenina (%)	25,6	30,2	40,0	21,5	31,8	29,6
Sin clasificar	409	4	-	11	-	3.079

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

Cuadro 13. Superficie por rubro agrícola según sexo del jefe de explotación. Año 2007

	SUPERFICIE POR RUBRO (ha)					
	Cultivos anuales	Hortalizas	Flores	Semilleros	Viñas viníferas	Frutales
Explotaciones con jefatura femenina	111.644	14.003	540	5.370	14.068	29.587
Explotaciones con jefatura masculina	431.149	62.677	1.039	19.162	36.512	101.071
Participación de las explotaciones con jefatura femenina (%)	20,6	18,3	34,2	21,9	27,8	22,6
Sin clasificar	1.481	1	-	6	-	3.915

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

1.2.6.2. Producción ganadera

Un ejercicio similar en el ámbito pecuario muestra una participación bastante homogénea en los distintos rubros ganaderos. Es así que en ovinos y caprinos las explotaciones con jefatura femenina representan el 30% de las explotaciones con estos rubros y controlan alrededor de un 27% de la masa, lo cual significa una presencia acorde a los promedios. En el rubro apícola, es interesante relevar que las mujeres jefas de explotaciones poseen un 28% de las colmenas rústicas y un 22% de las modernas.

Sus participaciones en la ganadería bovina son relativamente menores, con un 25% de las explotaciones y de la masa. Con todo, se visualizan menores brechas de género en la actividad ganadera que en la agrícola (cuadros 14 y 15).

Cuadro 14. N° de Explotaciones por rubro pecuario según sexo del jefe de explotación. Año 2007

	N° DE EXPLOTACIONES CON EL RUBRO				
	Bovinos	Ovinos	Caprinos	Colmenas rústicas	Colmenas modernas
N° total de explotaciones	119.347	72.751	16.897	1.869	7.986
Explotaciones con jefatura femenina	30.887	21.796	5.028	410	2.064
Explotaciones con jefatura masculina	88.460	50.955	11.869	1.459	5.922
Participación de las explotaciones con jefatura femenina (%)	25,9	30,0	29,8	21,9	25,8
Sin clasificar	-	-	-	4	25

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

Cuadro 15. Masa ganadera por rubro pecuario según sexo del jefe de explotación. Año 2007

	N° de cabezas				
	Bovinos	Ovinos	Caprinos	Colmenas rústicas	Colmenas modernas
N° total de explotaciones	2.698.084	2.276.530	682.426	33.850	315.337
Explotaciones con jefatura femenina	679.892	635.298	183.332	9.544	69.969
Explotaciones con jefatura masculina	2.018.192	1.641.232	499.094	24.306	245.368
Participación de las explotaciones con jefatura femenina (%)	25,2	27,9	26,9	28,2	22,2
Sin clasificar	-	-	-	395	880

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

1.3. Poca brecha en capital humano

1.3.1. Generadora de empleo

Las explotaciones con jefatura femenina generan un empleo –autoempleo y empleo asalariado– de 151.000 Unidades de Trabajo Equivalente³⁰, lo cual representa el 27% de la mano de obra ocupada en las explotaciones de productores individuales. Cuando se considera el conjunto del universo –esto es incluyendo a las explotaciones con personalidad jurídica– sus participaciones disminuyen a 19% (cuadro 16).

Esta cifra del 27%, comparada con el aporte del VBP (el 23%) y de los activos (el 22%), significa que las explotaciones manejadas por mujeres desarrollan procesos productivos demandantes en mano de obra. Ello puede tener una doble explicación. Por un lado se debe a la mayor participación relativa en rubros, tales como hortalizas y flores que son bastante intensivos en mano de obra. Por otro, es probable que suple la menor disponibilidad en cantidad y calidad de activos (lo cual, entre otros, deriva en una menor dotación y calidad de tierra) por una mayor inyección de mano de obra. Dicho de otra manera, compensa –parcialmente– la escasez de uno de los factores (activos) por otro más abundante, la mano de obra.

El análisis comparativo de los promedios de UTE por explotación según sexo del jefe de explotación y clasificada por estrato económico muestra que no hay brechas de género en esta dimensión. Ello, considerando que los promedios de VBP si presentan diferencias según sexo, significa que las explotaciones femeninas producen menos por unidad de trabajo, lo cual puede explicarse por la menor calidad de recursos y uso de insumos y tecnología.

³⁰ Una Unidad de Trabajo Equivalente (UTE) corresponde a un trabajador que trabaja a tiempo completo durante un año. El modelo de equivalencia que se aplicó asume que: (I) un miembro de la familia que declara trabajar en forma permanente en el predio equivale a 1 UTE; (II) un miembro de la familia que declara trabajar en forma temporal en el predio equivale a 0,5 UTE; (III) un trabajador asalariado que declara trabajar en forma permanente en el predio equivale a 1 UTE; (IV) un trabajador asalariado que declara trabajar en forma temporal durante un trimestre equivale a 0,25 UTE.

Cuadro 16. Mano de obra en las explotaciones según sexo del jefe de explotación. Año 2007

Estrato de VBP UF	Nº de Explota- ciones	Nº Total de Unidad de Trabajador Equivalente (UTE)			Nº Promedio de Unidad de Trabajador Equivalente (UTE)	
		Jefatura femenina	Jefatura masculina		Jefatura femenina	Jefatura masculina
			Nº	%		
0-100	146.423	73.666,6	33%	146.328,8	1,5	1,5
100-200	35.792	18.767,0	27%	50.584,3	2,0	1,9
200-600	33.609	17.427,4	22%	60.358,8	2,3	2,3
600-1.200	12.357	7.432,7	19%	31.801,9	3,1	3,2
1.200-2.400	7.247	6.693,8	20%	26.613,0	4,7	4,6
PEQUEÑA						
AGRICULTURA:	235.428	123.987,5	28%	315.686,7	1,8	1,9
0-2.400						
2.400-10.000	6.695	13.953,5	24%	44.247,8	9,1	8,6
10.000-25.000	1.176	5.858,3	22%	20.439,0	21,3	22,7
MEDIANA						
AGRICULTURA:	7.871	19.811,8	23%	64.686,8	11,0	10,7
2.400-25.000						
25.000-100.000	202	2.279,8	18%	10.174,4	53,0	64,0
> 100.000	7	938,5	27%	2.568,3	938,5	428,0
GRAN						
AGRICULTURA:	209	3.218,3	20%	12.742,6	73,1	77,2
>25.000						
Gran Total	243.508	147.017,5	27%	393.116,1	2,1	2,3

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

1.3.2. Jefas de explotación: la mitad vive con su cónyuge o conviviente

En esta sección interesa caracterizar a las jefas de explotación desde el punto de vista conyugal. Contrariamente a lo que se podía esperar, el 55% de las mujeres jefas de explotaciones declaran estar casadas o con una relación de convivencia y un 48% viven efectivamente en el hogar de la explotación con marido o conviviente. Un 35% de ellas se declaran solteras y solamente un 9% de ellas son viudas (un 8%) o separadas (un 1%) (cuadro 17).

Esta situación es interesante de mirar con detenimiento, pues matiza fuertemente la tradicional asociación “Jefa de Explotación” igual “Mujer sola”. Reafirma también un fenómeno

que se analizará a continuación, de feminización de la mano de obra predial y migración laboral (no espacial) de los hombres: ellos viven en el predio pero venden la fuerza de trabajo fuera de éste. Es así que de los 23.000 hombres que son conyugues o convivientes de las jefas de explotación solamente un 30% declaran trabajar en forma permanente en el predio³¹. Por último, desde un punto de vista más sociológico, es importante constatar que una proporción importante de mujeres se declara jefa de explotación sin ser jefa de hogar.

³¹ Es probable que las explotaciones donde la mujer se declara Jefe de explotación y el marido/conviviente trabaja en forma permanente en el predio correspondan a explotaciones donde la mujer es dueña de la propiedad. El censo no permite afirmarlo con certeza dado que no especifica quien es la persona dueña de la propiedad.

Cuadro 17. Estado civil de las jefas de explotaciones. Año 2007

ESTRATO VBP (UF)	Nº Mujer Jefa de Explotación (que vive en el predio)								NR/NR
	Total	Casada	Convi-viente	Soltera	Viuda	Separada	Divor-ciada		
0-100	35.161	15.449	3.578	12.626	2.870	386	79	173	
100-200	6.391	3.042	615	2.204	432	60	16	22	
200-600	4.113	2.043	372	1.315	315	33	16	19	
600-1.200	988	515	81	287	78	15	8	4	
1.200-2.400	430	257	26	98	39	4	3	3	
2.400-10.000	342	197	9	83	36	9	5	3	
10.000-25.000	59	38	-	6	13	1	-	1	
25.000-100.000	5	4	-	1	-	-	-	-	
> 100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	
SIN VBP DETERMINADA	1.716	779	129	544	204	40	6	14	
Gran Total	(a) 49.205	22.324	4.810	17.164	3.987	548	133	239	
%	100%	45%	10%	35%	8%	1%	0%	0%	
Nº de jefas de explotación que declaran vivir con un cónyuge o con un conviviente	23.502	18.907	3.461	819	198	80	2	35	
Nº de cónyuges o convivientes de jefas de explotación según dedicación a la explotación	Temporal	10.548							
	Permanente	7.130							
	Ninguna	5.787							
	NS/NR	37							
	Total	23.502							

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*
(a) Corresponden a las mujeres jefas de explotación que viven en el predio. No hay información del estado conyugal de las personas que no viven en el predio.

1.3.3. Edad: concentración levemente mayor en los estratos jóvenes

La edad de los jefes de explotaciones muestra gran homogeneidad, con independencia del sexo del jefe y del tamaño económico, oscilando todos alrededor de 57-58 años. No obstante, se identifica una mayor presencia relativa de mujeres jefas de explotaciones en el estrato etario “menos de 30 años” (un 33% de explotaciones con jefa de explotación mujer)³².

1.3.4. Escolaridad levemente inferior

El nivel de escolaridad de las mujeres jefas de explotación es levemente inferior que aquel de los hombres jefes de explotación. Es así que la proporción de mujeres jefas de explotación sin ninguna educación asciende a un 35% y aquella con educación superior un 29% (las explotaciones con jefatura femenina representan el 30% del universo)(cuadro 18).

³² Más detalles, referirse a Ministro de Agricultura, Qualitas AC, 2009, pp 29 y 30, cuadro 22.

Cuadro 18. Nº de explotaciones según nivel de escolaridad del jefe de explotación por estrato de VBP diferenciando por sexo. Año 2007

Estrato de VBP UF	Total		Ninguna		Básica o preparatoria		Media o humanidades					
	Mujer	Hombre	% Mujer	Hombre	% Mujer	Mujer	Hombre	% Mujer	Mujer	Hombre	% Mujer	
	0-100	46.051	92.614	33%	4.967	7.806	39%	30.958	65.523	32%	7.075	12.940
100-200	8.981	25.297	26%	791	1.766	31%	5.678	17.181	25%	1.616	4.158	28%
200-600	7.350	25.614	22%	521	1.601	25%	3.973	15.277	21%	1.714	5.085	25%
600-1200	2.350	9.928	19%	124	575	18%	978	5.145	16%	667	2.200	23%
1200-2400	1.419	5.812	20%	46	204	18%	447	2.493	15%	423	1.462	22%
PEQUEÑA AGRICUL-TURA 0-2400	66.151	159.265	29%	6.449	11.952	35%	42.034	105.619	28%	11.495	25.845	31%
2400-10000	1.527	5.157	23%	20	82	20%	259	1.296	17%	478	1.425	25%
10000-25000	275	899	23%	1	10	9%	18	97	16%	83	240	26%
MEDIANA AGRICUL-TURA 2400-25000	1.802	6.056	23%	21	92	19%	277	1.393	17%	561	1.665	25%
25000-100000	43	159	21%	0	0	0	1	19	5%	10	46	18%
Más de 100000	1	6	14%	0	0	0	0	0	0	0	1	0%
GRAN AGRICUL-TURA Más de 25000	44	165	21%	0	0	0	1	19	5%	10	47	18%
TOTAL CLASIFI-CADO	67.997	165.486	29%	6.470	12.044	35%	42.312	107.031	28%	12.066	27.557	30%
Sin Clasificar	8.029	14.668	35%	462	833	36%	4.186	6.563	39%	1.835	2.791	40%
TOTAL GENERAL	76.026	180.154	30%	6.932	12.877	35%	46.498	113.594	29%	13.901	30.348	31%

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009. Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.

Continúa ... Cuadro 18. Nº de explotaciones según nivel de escolaridad del jefe de explotación
por estrato de VBP diferenciando por sexo. Año 2007

Estrato de VBP UF	Total		Técnica		Superior		No respondió		
	Mujer	Hombre	Mujer	Hombre	Mujer	Hombre	Mujer	Hombre	
			% Mujer		% Mujer		% Mujer		
0-100	46.051	92.614	33%	2.183	32%	1.903	3.811	107	351
100-200	8.981	25.297	26%	734	30%	558	1.358	28	100
200-600	7.350	25.614	22%	303	20%	812	2.320	27	103
600-1200	2.350	9.928	19%	146	19%	429	1.345	6	56
1200-2400	1.419	5.812	20%	99	18%	401	1.152	3	41
PEQUEÑA AGRICULTURA	66.151	159.265	29%	5.212	27%	4.103	9.986	171	651
0-2400									
2400-10000	1.527	5.157	23%	549	22%	606	1.777	7	28
10000-25000	275	899	23%	34	21%	138	420	1	3
MEDIANA AGRICUL-TURA	1.802	6.056	23%	678	22%	744	2.197	8	31
2400-25000									
25000-100000	43	159	21%	20	31%	23	73	0	1
Más de 100000	1	6	14%	1	0%	1	4	0	0
GRAN AGRICULTURA	44	165	21%	21	30%	24	77	0	1
Más de 25000									
TOTAL CLASIFICADO	67.997	165.486	29%	5.911	26%	4.871	12.260	179	683
Sin Clasificar	8.029	14.668	35%	361	33%	907	1.987	278	1.756
TOTAL GENERAL	76.026	180.154	30%	6.649	27%	5.778	14.247	457	2.439

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009. Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.

1.4. Tecnología, gestión y organización

En esta sección se analizan variables censales que aportan elementos relativos a nivel y capacidad tecnológica, de gestión y organizativa. En esta dimensión se constata que la inequidad de género se focaliza en los aspectos directamente vinculados a la capacidad económica (régimen tributario, estructura del ingreso familiar). En las otras variables el comportamiento según sexo es bastante similar.

1.4.1. Tecnología de información

Al analizar el nivel de informatización de las explotaciones, la primera constatación es que es muy baja en promedio: un 95,7% no usa computador y un 96,3% no utiliza Internet, con un fuerte incremento en la medida que crece el tamaño económico de las explotaciones (cuadro 19)³³. No se observa ninguna diferencia significativa según sexo del jefe de explotación.

³³ Más detalles, referirse a Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, pp 33, cuadro 24.

Cuadro 19. Nº de explotaciones que utilizan Internet según sexo del jefe de explotación y por estrato de VBP. Año 2007

Estrato de VBP UF	USA INTERNET							
	Explotaciones con jefatura femenina				Explotaciones con jefatura masculina			
	NO UTILIZA	SI, EN LA EXPLOTACIÓN	SI, FUERA DE LA EXPLOTACION	NO UTILIZA	SI, EN LA EXPLOTACIÓN	SI, EN LA EXPLOTACIÓN	SI, FUERA DE LA EXPLOTACION	
0-100	47.887	517	324	96.027	949			719
100-200	9.155	126	119	25.733	320			339
200-600	7.167	137	219	24.902	453			731
600-1.200	2.131	69	170	9.131	304			552
1.200-2.400	1.128	106	186	4.981	268			578
PEQUEÑA AGRICULTURA: 0-2.400	67.468	955	1.018	160.774	2.294			2.919
%	97,2%	1,4%	1,5%	96,9%	1,4%			1,8%
2.400-10.000	965	237	328	3504	687			974
10.000-25.000	124	78	73	425	258			218
MEDIANA AGRICULTURA: 2.400-25.000	1.089	315	401	3.929	945			1.192
%	60,3%	17,5%	22,2%	64,8%	15,6%			19,7%
25.000-100.000	14	18	11	42	68			49
> 100.000	0	1	0	0	3			3
GRAN AGRICULTURA: >25.000	14	19	11	42	71			52
%	31,8%	43,2%	25,0%	25,5%	43,0%			31,5%
TOTAL	68.571	1.289	1.430	164.745	3.310			4.163
SIN CLASIFICAR	7898	124	129	14351	250			279
GRAN TOTAL	76.469	1.413	1.559	179.096	3.560			4.442
%	96,3%	1,8%	2,0%	95,7%	1,9%			2,4%

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

1.4.2. Régimen tributario

La gran mayoría de las explotaciones no tributa: un 82% de las explotaciones con jefatura femenina y un 72% en el caso de las explotaciones con jefatura masculina, lo cual revela una brecha de género. Estos diez puntos de diferencia se focalizan principalmente en el régimen de renta presunta que constituye un 14,2% en caso de las mujeres versus un 22,3% en el caso de las explotaciones con jefatura masculina (cuadro 20).

Cuadro 20. Régimen tributario de las explotaciones según sexo del jefe de explotación y por estrato de VBP. Año 2007

Estrato de VBP UF	REGIMEN TRIBUTARIO									
	Explotaciones con jefatura femenina					Explotaciones con jefatura masculina				
	Renta presunta	Renta efectiva simplificada	Renta efectiva	No tributa	NS/NR	Renta presunta	Renta efectiva simplificada	Renta efectiva	No tributa	NS/NR
0-100	2.847	344	700	44.490	347	8.221	846	1.812	86.108	708
100-200	1.485	109	259	7.488	59	5.241	396	901	19.678	176
200-600	2.582	148	370	4.366	57	10.824	659	1.489	12.903	211
600-1.200	1.361	76	196	721	16	6.467	323	862	2.255	80
1.200-2.400	965	50	161	229	15	4.201	204	671	698	53
PEQUEÑA AGRICULTURA:	9.240	727	1.686	57.294	494	34.954	2.428	5.735	121.642	1.228
0-2.400	13,4%	1,1%	2,4%	83,1%	-	21,2%	1,5%	3,5%	73,8%	-
2.400-10.000	1.112	59	252	94	13	3.878	216	790	256	25
10.000-25.000	166	19	79	7	4	522	46	314	13	6
MEDIANA AGRICULTURA:	1.278	78	331	101	17	4.400	262	1.104	269	31
2.400-25.000	71,5%	4,4%	18,5%	5,6%	-	72,9%	4,3%	18,3%	4,5%	-
25.000-100.000	18	-	23	2	-	56	10	83	8	2
> 100.000	-	-	1	-	-	2	1	3	-	-
GRAN AGRICULTURA: >25.000	18	-	24	2	-	58	11	86	8	2
%	40,9%	0,0%	54,5%	4,5%	-	35,6%	6,7%	52,8%	4,9%	-
TOTAL	10.536	805	2.041	57.397	511	39.412	2.701	6.925	121.919	1.261
SIN CLASIFICAR	529	42	149	6.642	789	1.555	135	415	10.542	2.233
GRAN TOTAL	11.065	847	2.190	64.039	1.300	40.967	2.836	7.340	132.461	3.494
%	14,2%	1,1%	2,8%	82,0%	-	22,3%	1,5%	4,0%	72,1%	-

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.

1.4.3. Relación con los mercados

En términos globales, existe una relativa baja proporción de explotaciones que se articulan con mercados más dinámicos y/o formales: 19.000 explotaciones exportan, 31.000 venden a la agroindustria y 12.600 desarrollan agricultura de contrato.

En este contexto, la proporción de explotaciones con jefatura femenina es levemente inferior que en el caso de los hombres: un 4,1% (mujeres) versus un 5,6% (hombres) exportan, un 7,2% (mujeres) versus un 10,4% (hombres) venden a la agroindustria, y un 3,9% (mujeres) versus un 5,4% (hombres) realizan agricultura de contrato (cuadro 21).

Cuadro 21. Relación de las explotaciones con los mercados según sexo del jefe de explotación y por estrato de VBP. Año 2007

Estrato de VBP UF	EXPORTA?						VENTA A LA AGROINDUSTRIA?						AGRICULTURA DE CONTRATO?					
	Explotaciones con jefatura femenina			Explotaciones con jefatura masculina			Explotaciones con jefatura femenina			Explotaciones con jefatura masculina			Explotaciones con jefatura femenina			Explotaciones con jefatura masculina		
	SI	NO	%	SI	NO	%	SI	NO	%	SI	NO	%	SI	NO	%	SI	NO	%
0-100	556	48.172	1.275	96.420	1.131	47.597	2.793	94.902	271	48.457	676	97.019						
100-200	467	8.933	1.162	25.230	804	8.596	2.364	24.028	179	9.221	541	25.851						
200-600	640	6.883	2.162	23.924	1.278	6.245	5.006	21.080	383	7.140	1.608	24.478						
600-1.200	381	1.989	1.646	8.341	668	1.702	3.168	6.819	299	2.071	1.374	8.613						
1.200-2.400	355	1.065	1.464	4.363	568	852	2.238	3.589	276	1.144	1.160	4.667						
PEQUEÑA	2.399	67.042	7.709	158.278	4.449	64.992	15.569	150.418	1.408	68.033	5.359	160.628						
AGRICULTURA:																		
0-2.400 UF	3,5%	96,5%	4,6%	95,4%	6,4%	93,6%	9,4%	90,6%	2,0%	98,0%	3,2%	96,8%						
2.400-10.000	618	912	1.932	3.233	903	627	2.824	2.341	457	1.073	1.501	3.664						
10.000-25.000	129	146	441	460	215	60	652	249	104	171	382	519						
MEDIANA	747	1.058	2.373	3.693	1.118	687	3.476	2.590	561	1.244	1.883	4.183						
AGRICULTURA:																		
2.400-25.000	41,4%	58,6%	39,1%	60,9%	61,9%	38,1%	57,3%	42,7%	31,1%	68,9%	31,0%	69,0%						
25.000-100.000	27	16	94	65	34	9	124	35	22	21	72	87						
> 100.000	1	-	6	-	1	-	5	1	1	-	5	1						
GRAN	28	16	100	65	35	9	129	36	23	21	77	88						
AGRICULTURA:																		
>25.000	63,6%	36,4%	60,6%	39,4%	79,5%	20,5%	78,2%	21,8%	52,3%	47,7%	46,7%	53,3%						
TOTAL	3.174	68.116	10.182	162.036	5.602	65.688	19.174	153.044	1.992	69.298	7.319	164.899						
SIN CLASIFICAR	96	8.055	255	14.625	100	8.051	257	14.623	44	8.107	152	14.728						
GRAN TOTAL	3.270	76.171	10.437	176.661	5.702	73.739	19.431	167.667	2.036	77.405	7.471	179.627						
%	4,1%	95,9%	5,6%	94,4%	7,2%	92,8%	10,4%	89,6%	2,6%	97,4%	4,0%	96,0%						

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009. Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.

1.4.4. Participación en organizaciones

En términos globales, una baja proporción de los productores y las productoras declaran pertenecer a algún tipo de organización. Es así que el 78% de las explotaciones con jefatura femenina declaran no pertenecer a ninguna organización, cifra levemente inferior en el caso de las explotaciones con jefatura masculina (el 75%)³⁴.

El tipo de organización nombrada con mayor frecuencia corresponde a las asociaciones de canalistas (un 9% en el caso de las explotaciones con jefatura femenina, un 11% en aquellas con jefatura masculina), seguida por las asociaciones gremiales y cooperativas (de un 2 a un 4%).

Estas cifras revelan una brecha de género muy reducida. Sin embargo, la solidez de esta información debe ser revisada, pues las cifras registradas aparecen significativamente subestimadas.

1.4.5. Composición del ingreso familiar

En la encuesta censal, la composición del ingreso familiar se define en función de lo que declara el productor o la productora acerca del peso del ingreso proveniente de la explotación en relación al total del ingreso familiar. Bajo esta definición, un 50% de las explotaciones declara que menos del 25% del ingreso familiar proviene de la explotación, un 17% se sitúa en el estrato “entre un 25% y un 50%”, un 12% entre un 50% y un 75% y el 21% restante declara que más del 75% del ingreso familiar proviene de la explotación.

Estas proporciones son diferentes según el sexo del jefe de explotación: en el caso de las explotaciones con jefatura femenina, hay una mayor proporción (el 60%) que declara que menos del 25% del ingreso familiar proviene de la explotación (cuadro 22). Esta diferencia se explica por la menor capacidad económica de las explotaciones femeninas, las cuales deben, con mayor frecuencia y magnitud, complementar los ingresos prediales.

³⁴ Más detalles, referirse a Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, pp 37, cuadro 28.

Cuadro 22. Composición del ingreso familiar según sexo del jefe de explotación y por estrato de VBP. Año 2007

Estrato de VBP UF	Explotaciones con jefatura femenina				Explotaciones con jefatura masculina			
	75% o más	Entre 50% y 74%	Entre 25% y 49%	25% o menos	75% o más	Entre 50% y 74%	Entre 25% y 49%	25% o menos
0-100	5.212	4.189	7.388	31.541	13.046	9.368	16.122	58.408
100-200	1.924	1.372	1.862	4.189	6.672	4.071	5.333	10.153
200-600	2.062	1.146	1.368	2.878	8.829	4.042	4.769	8.247
600-1.200	835	346	429	743	4.125	1.544	1.631	2.607
1.200-2.400	524	231	266	381	2.440	852	1.039	1.445
PEQUEÑA AGRICULTURA:	10.557	7.284	11.313	39.732	35.112	19.877	28.894	80.860
%	15%	11%	16%	58%	21%	12%	18%	49%
2.400-10.000	731	244	226	315	2.395	785	802	1.146
10.000-25.000	164	39	38	29	521	127	101	146
MEDIANA AGRICULTURA: 2.400-	895	283	264	344	2.916	912	903	1.292
%	50%	16%	15%	19%	48%	15%	15%	21%
25.000-100.000	27	5	2	9	89	29	11	28
> 100.000	1	-	-	-	4	1	1	-
GRAN AGRICULTURA: >25.000	28	5	2	9	93	30	12	28
%	64%	11%	5%	20%	57%	18%	7%	17%
TOTAL	11.480	7.572	11.579	40.085	38.121	20.819	29.809	82.180
SIN CLASIFICAR	226	133	280	6.693	526	335	637	11.149
GRAN TOTAL	11.706	7.705	11.859	46.778	38.647	21.154	30.446	93.329
%	15%	10%	15%	60%	21%	12%	17%	51%

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.

2. Mujer, mano de obra predial indispensable ³⁵

2.1. Creciente feminización del trabajo predial

Una tendencia muy importante de relevar en la última década dice relación con la creciente feminización de la mano de obra familiar que se dedica a las labores prediales. En efecto, se constata que la unidad de trabajo familiar –constituida por los miembros del hogar del productor que trabajan en forma permanente o temporal en las explotaciones– ha mantenido su tamaño pero se ha claramente feminizado. Es así que con un tamaño promedio de 1,82 personas en 2007 (versus 1,74 personas en 1997), la proporción de mujeres mayores de 15 años crece de manera muy significativa, desde un 30% en 1997 a un 41% en 2007 (cuadros 23 y 24).

Este incremento se observa en todos los tamaños económicos de las explotaciones: en la pequeña agricultura, la proporción de mujeres que se dedican a trabajos prediales crece desde un 30% (1997) a un 42% (2007), mientras que en la mediana agricultura varía desde 17% a 32% y en la gran agricultura desde un 10% a un 27%.

En términos absolutos, el número de mujeres que trabajan en el predio pasa de 96.300 en 1997 a 130.600 en 2007 (+ un 36%), mientras que en el mismo periodo la mano de obra familiar masculina disminuye de 227.800 a 184.100 hombres (- un 19%).

Al analizar la evolución de los promedios de mujeres que trabajan en la explotación según estrato de VBP, se observa una homogeneización de la presencia laboral femenina entre los distintos estratos en alrededor de 0,7 mujeres por explotación. En 1997 este promedio era inferior (0,5 mujeres) y además era aún menor en los estratos de mayor VBP (cuadro 24). En la pequeña agricultura el promedio de mujeres que trabajan en la explotación es de 0,8 mujeres (0,5 mujeres en 1997), en la mediana agricultura es de 0,5 mujeres (0,3 mujeres en 1997) y en la gran agricultura es de 0,4 mujeres (0,1 mujeres en 1997).

³⁵ Esta sección se basa en: ODEPA, Qualitas AC, 2009, *Estudio de caracterización de los hogares de las explotaciones silvoagropecuarias a partir del VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal 2007*.

Territorialmente, el fenómeno de feminización del trabajo predial es más acentuado en la VII Región (un 63%), en la VIII Región (un 61%) y en la IX Región (un 51%), y en la Cordillera (un 88%) y Secanos (un 53%).

Todo lo anterior muestra una clara tendencia de “reemplazo” del hombre en el predio por la mujer y puede interpretarse como una estrategia familiar de sobrevivencia donde el fenómeno de migración urbana de la familia se ve reemplazado por una migración laboral del hombre asociado a un predio manejado por la mujer.

Cuadro 23. Evolución desde una perspectiva de género del Nº de miembros que trabajan en la explotación. Período 1997-2007

Estrato de VBP UF	Nº Miembros que viven en el hogar del productor y trabajan en la explotación									
	1997					2007				
	Menores de 15 años	Mayores de 15 años		% Mujeres Mayores de 15 años	Menores de 15 años	Mayores de 15 años		% Mujeres Mayores de 15 años		
0-100	4.100	64.700	133.813	33%	1.124	83.322	110.248	43%		
100-200	1.128	16.154	38.266	30%	221	21.266	29.895	42%		
200-600	773	10.551	34.116	24%	221	16.102	25.021	39%		
600-1200	140	2.059	10.003	17%	62	4.144	7.605	35%		
1200-2400	35	912	4.724	16%	41	1.784	3.650	33%		
PEQUEÑA AGRICULTURA	6.176	94.376	220.922	30%	1.669	126.618	176.419	42%		
0-2400										
2400-10000	18	745	3.512	18%	53	1.360	2.814	33%		
10000-25000	4	105	569	16%	8	236	517	31%		
MEDIANA AGRICULTURA	22	850	4.081	17%	61	1.596	3.331	32%		
2400-25000										
25000-100000	0	9	79	10%	1	30	83	27%		
Más de 100000	0	0	4	0%	0	0	0	0		
GRAN AGRICULTURA	0	9	83	10%	1	30	83	27%		
Más de 25000										
TOTAL CLASIFICADO	6.198	95.235	225.086	30%	1.731	128.244	179.833	42%		
Sin Clasificar	20	1.061	2.725	28%	418	2.337	4.291	35%		
TOTAL GENERAL	6.218	96.296	227.811	30%	2.149	130.581	184.124	41%		

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.

Cuadro 24. Evolución del número promedio de miembros que trabajan en la explotación según edad y sexo. Período 1997 - 2007

Estrato de VBP UF	1997				2007				Tasa de variación 1997 - 2007			
	Menores de 15 años		Mayores de .15 años		Menores de 15 años		Mayores de .15 años		Menores de 15 años		Mayores de 15 años	
	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres
0 - 100	0,03	1,10	0,53	1,10	0,01	1,02	0,77	1,02	-69%	44%	44%	-8%
100 - 200	0,04	1,34	0,56	1,34	0,01	1,15	0,82	1,15	-78%	44%	44%	-14%
200 - 600	0,03	1,43	0,44	1,43	0,01	1,18	0,76	1,18	-68%	71%	71%	-18%
600 - 1200	0,02	1,49	0,31	1,49	0,01	1,18	0,64	1,18	-54%	110%	110%	-21%
1200 - 2400	0,01	1,45	0,28	1,45	0,01	1,17	0,57	1,17	23%	105%	105%	-19%
PEQUEÑA AGRICULTURA 0 - 2400	0,03	1,20	0,51	1,20	0,01	1,07	0,77	1,07	-70%	49%	49%	-11%
2400 - 10000	0,01	1,26	0,27	1,26	0,02	1,09	0,53	1,09	218%	97%	97%	-14%
10000 - 25000	0,01	1,25	0,23	1,25	0,02	1,07	0,49	1,07	88%	112%	112%	-14%
MEDIANA AGRICULTURA 2400 - 25000	0,01	1,26	0,26	1,26	0,02	1,09	0,52	1,09	193%	98%	98%	-14%
25000 - 100000	0,00	1,20	0,14	1,20	0,01	1,14	0,41	1,14		201%	201%	-5%
Más de 100000	0,00	4,00	0,00	4,00								
GRAN AGRICULTURA Más de 25000	0,00	1,24	0,13	1,24	0,01	1,14	0,41	1,14		206%	206%	-8%
TOTAL CLASIFICADO	0,03	1,20	0,51	1,20	0,01	1,07	0,76	1,07	-69%	49%	49%	-11%
Sin Clasificar	0,01	0,89	0,35	0,89	0,07	0,75	0,41	0,75	1015%	18%	18%	-16%
TOTAL GENERAL	0,03	1,20	0,51	1,20	0,01	1,06	0,75	1,06	-62%	48%	48%	-12%

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009. Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.

2.2. Predominancia del trabajo temporal

En relación a la intensidad del trabajo de los miembros del hogar –carácter permanente o temporal– no es posible efectuar un análisis de su evolución durante la década, pues el Censo de 1997 no registra esta información en forma diferenciada.

La situación en el año 2007 muestra que un 45% de los miembros de los hogares del productor que trabajan en las explotaciones lo hacen en forma permanente (142.559 personas) mientras el 55% restante lo hace en forma temporal³⁶ (174.295 personas) (cuadro 25). Esta proporción varía significativamente según el tamaño económico de las explotaciones y según género.

En efecto, en la medida que va creciendo el estrato de VBP, se observa un incremento regular del carácter permanente de la mano de obra familiar, el cual pasa de un 44% en el estrato de la pequeña agricultura a un 75% y un 84% en la mediana y gran agricultura respectivamente.

³⁶ Es interesante constatar que esta relación es del mismo orden de magnitud que la que se da en la mano de obra contratada (el 40% permanente, el 60% temporal). Más detalles, referirse a: INDAP, Qualitas AC, 2009, *Estudio de Caracterización de la Pequeña Agricultura a partir del VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal*.

Cuadro 25. Nº de Miembros del hogar del productor según el grado de dedicación al trabajo en la explotación (Temporal / Permanente). Año 2007

Estrato de VBP UF	Temporal				Permanente				Grado del carácter permanente (% Permanente / Total)				
	Menores de 15 años		Mayores de 15 años		Menores de 15 años		Mayores de 15 años		Menores de 15 años		Mayores de 15 años		Total
	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres			
0 - 100	80	58.058	60.337	1.044	25.264	49.911	93%	30%	45%	39%			
100 - 200	8	14.175	12.884	213	7.091	17.011	96%	33%	57%	47%			
200 - 600	14	10.189	8.585	207	5.913	16.436	94%	37%	66%	55%			
600 - 1200	2	2.317	2.001	60	1.827	5.604	97%	44%	74%	63%			
1200 - 2400	1	930	767	40	854	2.883	98%	48%	79%	69%			
PEQUEÑA AGRICULTURA	105	85.669	84.574	1.564	40.949	91.845	94%	32%	52%	44%			
0 - 2400	0	621	476	53	739	2.338	100%	54%	83%	74%			
2400 - 10000	0	106	55	8	130	462	100%	55%	89%	79%			
MEDIANA AGRICULTURA	0	727	531	61	869	2.800	100%	54%	84%	75%			
2400 - 25000	0	9	9	1	21	74	100%	70%	89%	84%			
25000 - 100000	0	0	0	0	0	0							
Más de 100000	0	9	9	1	21	74	100%	70%	89%	84%			
GRAN AGRICULTURA	0	9	9	1	21	74	100%	70%	89%	84%			
Más de 25000	105	86.405	85.114	1.626	41.839	94.719	94%	33%	53%	45%			
TOTAL CLASIFICADO	3	1.128	1.540	415	1.209	2.751	99%	52%	64%	62%			
Sin Clasificar	108	87.533	86.654	2.041	43.048	97.470	95%	33%	53%	45%			
TOTAL GENERAL	113	174.295	174.295	142.559	142.559	142.559							

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009. *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

Una mirada de género evidencia el carácter más temporal de la mano de obra femenina en relación a la masculina. Es así que mientras un 33% de las mujeres se dedican en forma permanente al trabajo de la explotación, este valor asciende a un 53% en el caso de los hombres. En ambos casos, esta proporción va creciendo en la medida que crece el tamaño de la explotación.

Esta doble constatación relativiza, en cierta medida, la homogeneidad del tamaño de la unidad de trabajo descrita en la sección anterior. En efecto, si bien el número de miembros que trabajan en la explotación es bastante constante en los distintos estratos de VBP, su grado de dedicación varía. La explicación de este fenómeno es bastante obvia: en los estratos con bajo VBP, el ingreso generado por la explotación cubre muy parcialmente las necesidades familiares y debe ser complementado por actividades asalariadas o independientes fuera de las explotaciones, tal como se analiza en la sección siguiente.

2.3. Otras actividades no prediales

De las 221.295 mujeres mayores de 15 años que viven el hogar, 90.394 declaran no dedicarse al trabajo predial y 87.533 declaran dedicarse en forma solamente temporal. En estos dos subuniversos, las otras actividades predominantes (no prediales) dicen relación con los quehaceres del hogar (casi 93.200 mujeres, representando el 52%), seguida por la de estudiantes (cerca de 24.000 mujeres, representando un 13%), la de pensionada o jubilada (20.000 mujeres, un 11%), de asalariada fuera de la explotación (17.300 mujeres, un 10%) y de actividades independientes fuera de la explotación (7.200 mujeres, un 4%) (cuadro 26).

Si bien la identificación de las otras actividades realizadas por cada miembro de la familia es una información valiosa y novedosa en el VII Censo Agropecuario y Forestal, la forma mediante la cual se ha recopilado ha dificultado su procesamiento y ha afectado los resultados obtenidos. En efecto, las categorías de actividades preestablecidas en el Censo agrupan a un mismo nivel actividades económicas (asalariado, independiente, etc.) y no económicas (estudiantes, quehacer del hogar, pensionado,

etc.), permitindo registrar solamente una actividad para cada miembro. Ello implica, por ejemplo, que la mayoría de las mujeres clasifica en los “Quehacer del hogar” sin posibilidad de registrar una segunda actividad. Del mismo modo, los jubilados/pensionados o los estudiantes no pueden declarar otra actividad. Por otro lado, las categorías de otras actividades definidas en la cédula censal no son del todo precisas ni excluyentes, lo cual ha podido dificultar la recopilación de la información y su tratamiento posterior³⁷.

³⁷ Es así, por ejemplo, que la categoría “Recolección fuera de la explotación” constituye una subcategoría de la “Actividad independiente fuera de la explotación”. Asimismo, la “Actividad independiente fuera de la explotación” es una categoría muy amplia (profesional independiente, comerciante, trabajador a trato, etc.).

Cuadro 26. Nº de personas que se dedican a otras actividades, según tipo de actividad, sexo y estrato etario. Año 2007

Tipo de Otras Actividades	< de 15 años		Mujeres > de 15 años		Hombres > de 15 años		Sin registro de edad		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sin dedicación al trabajo en la explotación	123.287	100%	90.394	100%	60.628	100%	1.182	100%	275.491	100%
N/R	8.368	7%	4.958	5%	4.469	7%	133	11%	17.928	7%
Niños en edad no escolar	25.334	21%	0	0%	0	0%	1.049	89%	26.383	10%
Estudiantes	89.534	73%	20.804	23%	20.677	34%	0	0%	131.015	48%
Quehaceres del hogar	8	0%	37.958	42%	8.201	14%	0	0%	46.167	17%
Pensionado/jubilado	(a) 13	0%	9.008	10%	6.039	10%	0	0%	15.060	5%
Buscando trabajo	4	0%	2.186	2%	2.520	4%	0	0%	4.710	2%
Asalariado fuera de la exp.	17	0%	9.712	11%	12.190	20%	0	0%	21.919	8%
Recolecc. Fuera de la exp.	3	0%	1.464	2%	2.121	3%	0	0%	3.588	1%
Act. Ind.,. fuera de la exp.	6	0%	3.411	4%	3.595	6%	0	0%	7.012	3%
Act. Ind. No agro. en exp.	0	0%	893	1%	816	1%	0	0%	1.709	1%
Dedicación temporal al trabajo en la explotación	108	100%	87.533	100%	86.654	100%	0	0%	174.295	100%
N/R	5	5%	777	1%	942	1%	0	0%	1.724	1%
Niños en edad no escolar	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Estudiantes	11	10%	2.949	3%	3.314	4%	0	0%	6.274	4%
Quehaceres del hogar	39	36%	55.261	63%	10.737	12%	0	0%	66.037	38%
Pensionado/jubilado	(a) 27	25%	11.026	13%	21.649	25%	0	0%	32.702	19%
Buscando trabajo	4	4%	2.281	3%	4.985	6%	0	0%	7.270	4%
Asalariado fuera de la exp.	14	13%	7.595	9%	22.574	26%	0	0%	30.183	17%
Recolecc. Fuera de la exp.	2	2%	3.124	4%	9.367	11%	0	0%	12.493	7%
Act. Ind. fuera de la exp.	5	5%	3.764	4%	11.239	13%	0	0%	15.008	9%
Act. Ind. No agro.. en exp.	1	1%	756	1%	1.847	2%	0	0%	2.604	1%

Continúa... Cuadro 26. Nº de personas que se dedican a otras actividades, según tipo de actividad, sexo y estrato etario. Año 2007

Tipo de Otras Actividades	< de 15 años		Mujeres > de 15 años		Hombres > de 15 años		Sin registro de edad		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	123.395	100%	177.927	100%	147.282	100%	1.182	100%	449.786	100%
N/R	8.373	7%	5.735	3%	5.411	4%	133	11%	19.652	4%
Niños en edad no escolar	25.334	21%	0	0%	0	0%	1.049	89%	26.383	6%
Estudiantes	89.545	73%	23.753	13%	23.991	16%	0	0%	137.289	31%
Quehaceres del hogar	47	0%	93.219	52%	18.938	13%	0	0%	112.204	25%
Pensionado/Jubilado	(a) 40	0%	20.034	11%	27.688	19%	0	0%	47.762	11%
Buscando trabajo	8	0%	4.467	3%	7.505	5%	0	0%	11.980	3%
Asalariado fuera de la exp.	31	0%	17.307	10%	34.764	24%	0	0%	52.102	12%
Recolecc. Fuera de la exp.	5	0%	4.588	3%	11.488	8%	0	0%	16.081	4%
Act. Ind. fuera de la exp.	11	0%	7.175	4%	14.834	10%	0	0%	22.020	5%
Act. Ind. No agro. en Exp.	1	0%	1.649	1%	2.663	2%	0	0%	4.313	1%

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*
(a) Datos inconsistentes.

2.4. Ingresos por otras actividades silvoagropecuarias dentro de la explotación

En el Censo Agropecuario y Forestal 2007, la nueva pregunta planteada a cada miembro del hogar acerca de si “*Obtiene ingresos por otras actividades silvoagropecuarias independientes dentro de la explotación*” está orientada a “visibilizar” el trabajo de cada miembro familiar, en particular aquel de las mujeres y los jóvenes. Sin embargo, el hecho de haber formulado la pregunta partiendo del concepto de “ingreso” (¿Obtiene ingresos por otras actividades...?) seguramente ha operado de manera restrictiva, interpretándose como actividades que generan “dinero” y por tanto excluyen aquellas de autoconsumo.

Junto con el carácter restrictivo asociado al concepto de ingresos, el concepto de “*otras actividades silvoagropecuarias independientes dentro de la explotación*” no está tampoco claramente definido. Se refiere a actividades que no corresponden a la “*actividad principal del total de la explotación*” y para la mayoría de estas se establece que pueden ser realizadas por el propio productor o un familiar (productos alimenticios, artesanía, hortalizas, flores, frutas, ovinos, porcinos, caprinos, camélidos, agroturismo, otros).

Es así que a nivel nacional, solamente 12.334 personas (hombres y mujeres) declaran obtener un ingreso por otras actividades silvoagropecuarias, lo cual representa un 2,6% de las personas mayores de 15 años que viven en el hogar y un 3,9% de aquellas que declaran trabajar en forma temporal o permanente en la explotación (cuadro 27). Es muy probable que estas cifras subestimen significativamente la realidad, lo cual acota la validez de su análisis.

Cuadro 27. Nº de miembros que declaran recibir ingresos por otras actividades silvoagropecuarias dentro de la explotación, según sexo, estrato etario y estrato de VBP. Año 2007

Estrato de VBP	UF	Obtiene Ingresos	Menores de 15 años		Mujeres mayores de 15 años		Hombres mayores de 15 años		Sin Edad registrado		TOTAL	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PEQUEÑA AGRICULTURA 0-2400		Total	120.869	100%	212.329	100%	234.506	100%	1.121	100%	568.825	100%
		N/R	30	0%	25	0%	29	0%	1	0%	85	0%
		NO	120.828	100%	206.812	97%	228.040	97%	1.120	100%	556.800	98%
		SI, Principal	3	0%	1.768	1%	2.215	1%	-	0%	3.986	1%
MEDIANA AGRICULTURA 2400-25000		SI, Secundario	8	0%	3.724	2%	4.222	2%	-	0%	7.954	1%
		Total	1.582	100%	3.665	100%	4.211	100%	21	100%	9.479	100%
		N/R	1	0%	2	0%	1	0%	-	0%	4	0%
		NO	1.581	100%	3.565	97%	4.050	96%	21	100%	9.217	97%
GRAN AGRICULTURA Más de 25000		SI, Principal	-	0%	46	1%	73	2%	-	0%	119	1%
		SI, Secundario	-	0%	52	1%	87	2%	-	0%	139	1%
		Total	47	100%	76	100%	108	100%	-	0%	231	100%
		N/R	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Total Clasificado		NO	47	100%	74	97%	102	94%	-	0%	223	97%
		SI, Principal	-	0%	1	1%	3	3%	-	0%	4	2%
		SI, Secundario	-	0%	1	1%	3	3%	-	0%	4	2%
		Total	122.498	100%	216.070	100%	238.825	100%	1.142	100%	578.535	100%
Total Clasificado		N/R	31	0%	27	0%	30	0%	1	0%	89	0%
		NO	122.456	100%	210.451	97%	232.192	97%	1.141	100%	566.240	98%
		SI, Principal	3	0%	1.815	1%	2.291	1%	-	0%	4.109	1%
		SI Secundario	8	0%	3.777	2%	4.312	2%	-	0%	8.097	1%

Continúa... Cuadro 27. Nº de miembros que declaran recibir ingresos por otras actividades silvoagropecuarias dentro de la explotación, según sexo, estrato etario y estrato de VBP. Año 2007

Estrato de VBP	UF	Obtiene Ingresos		Menores de 15 años		Mujeres mayores de 15 años		Hombres mayores de 15 años		Sin Edad registrado		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sin Clasificar	Total	3.185	100%	5.225	100%	6.269	100%	46	100%	14.725	100%		
	N/R	2	0%	2	0%	1	0%	-	0%	5	0%		
	NO	3.183	100%	5.163	99%	6.200	99%	46	100%	14.592	99%		
	SI, Principal	-	0%	29	1%	40	1%	-	0%	69	0%		
	SI, Secundario	-	0%	31	1%	28	0%	-	0%	59	0%		
Total General	Total	125.683	100%	221.295	100%	245.094	100%	1.188	100%	593.260	100%		
	N/R	33	0%	29	0%	31	0%	1	0%	94	0%		
	NO	125.639	100%	215.614	97%	238.392	97%	1.187	100%	580.832	98%		
	SI, Principal	3	0%	1.844	1%	2.331	1%	-	0%	4.178	1%		
	SI Secundario	8	0%	3.808	2%	4.340	2%	-	0%	8.156	1%		

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.

El comportamiento según género es muy homogéneo, con un 3% declarado en ambos casos. Según tamaño de explotaciones se observa leves variaciones en el caso de los hombres. Es así que, en la pequeña agricultura, el 3% de los hombres declaran recibir ingresos por otras actividades silvoagropecuarias dentro de la explotación, proporción que crece a un 4% y un 6% en la mediana y gran agricultura, respectivamente. En el caso de las mujeres, la proporción alcanza el 3% en la pequeña agricultura, y el 2% en la mediana y la gran agricultura.

Al análisis del tipo de actividades realizadas en esta materia, muestran una distribución bastante equilibrada entre un grupo de cuatro actividades. Es así que la producción de hortalizas, frutas y flores agrupa a 1.875 personas (un 15%), la artesanía agrupa a 1.647 personas (un 13%), la producción de ganado menor a 1.568 personas (un 13%) y la elaboración de productos alimenticios a 1.538 (un 12%). La apicultura y el agroturismo tienen un menor peso con 595 y 444 personas, respectivamente. Las otras actividades (sin especificar) agrupan a 4.667 personas (cuadro 28).

Cuadro 28. N° de miembros del hogar que desarrollan otras actividades silvoagropecuarias independientes dentro de la explotación según tipo e importancia de la actividad. Año 2007

Tipo de otras actividades silvoagropecuarias independientes dentro de la explotación	N° de miembros del hogar que declaran obtener ingresos de otras actividades						%	
	Fuente Principal de Ingreso		Fuente Secundaria de ingreso		Total		Mujeres mayores a 15 años	Mujeres mayores a 15 años
	N° total	Mujeres mayores a 15 años	N° total	Mujeres mayores a 15 años	N° total	Mujeres mayores a 15 años		
Elaboración de productos alimenticios	563	316	975	616	1.538	932	12%	17%
Artesanías, cualquier tipo	398	244	1.249	890	1.647	1.134	13%	20%
Hortalizas, flores y frutas	792	439	1.083	659	1.875	1.098	15%	19%
Apicultura	141	63	454	161	595	224	5%	4%
Explotación de ganado menor	476	166	1.092	375	1.568	541	13%	10%
Agroturismo	147	79	297	119	444	198	4%	4%
Otra	1.661	537	3.006	988	4.667	1.525	38%	27%
TOTAL	4.178	1.844	8.156	3.808	12.334	5.652	100%	100%

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

Este análisis realizado según género muestra una distribución relativamente homogénea, donde del total de miembros que realizan estas otras actividades, el 46% son mujeres mientras que el 54% son hombres. Tal como era de esperar, se observa una mayor participación relativa de las mujeres en la elaboración de artesanías (un 69% son mujeres), en la elaboración de productos alimenticios (un 60% son mujeres) y hortalizas, flores y frutas (un 59% son mujeres).

2.5. Reducción del tamaño de la unidad de consumo de las explotaciones

El último fenómeno a analizar relativo a la evolución de las explotaciones en la última década 1997-2007 corresponde a la reducción del tamaño promedio de los hogares: la disminución del número de miembros ha sido mayor que la pérdida de explotaciones.

Es así que si en 1997 el hogar promedio de los jefes de explotaciones era constituido por 4,3 personas, en el año 2007 esta cifra alcanza 3,4 personas (2,7 personas mayores de 15 años y 0,7 menores de 15 años), donde la disminución se centra en los menores de 15 años.

Si bien las tasas de reducción son distintas según territorio, estas diferencias han generado una estandarización a nivel nacional y actualmente el tamaño y la composición de las unidades de consumo muestran comportamientos muy homogéneos tanto en los distintos tamaños económicos de las explotaciones como también en los distintos territorios del país.

Si bien el tamaño promedio de los hogares se ha reducido de manera significativa, su composición según género se ha mantenido estable en el periodo 1997-2007. Es así que la proporción de mujeres mayores de 15 años alcanza un 47% en 2007 (1,3 mujeres en promedio) mientras que se situaba en un 48% en 1997 (1,5 mujeres en promedio). Al analizar el comportamiento según tamaño económico de las explotaciones, se observa una leve disminución -1 o 2 puntos- en el estrato superior de la pequeña agricultura y en la mediana agricultura. En la gran agricultura, la disminución es un poco más fuerte, con 5 puntos menos (cuadros 29 y 30).

Cuadro 29. Evolución desde una perspectiva de género del Nº de miembros según sexo que viven en los hogares de los productores. Período 1997-2007

Estrato de VBP UF	1997				2007				
	Menores de 15 años		Mayores de 15 años		Menores de 15 años		Mayores de 15 años		% Mujeres Mayores de 15 años
	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	
0-100	143.300	183.670	198.669	48%	82.369	136.663	148.195	48%	
100-200	32.041	46.266	51.965	47%	18.971	34.736	38.852	47%	
200-600	26.005	41.451	46.881	47%	13.893	28.253	32.541	46%	
600-1200	7.406	12.287	14.047	47%	3.879	8.673	10.105	46%	
1200-2400	3.221	5.852	6.542	47%	1.757	4.004	4.813	45%	
PEQUEÑA AGRICULTURA	211.973	289.526	318.104	48%	120.869	212.329	234.506	48%	
0-2400									
2400-10000	2.363	4.551	4.881	48%	1.384	3.094	3.581	46%	
10000-25000	383	800	808	50%	198	571	630	48%	
MEDIANA AGRICULTURA	2.746	5.351	5.689	48%	1.582	3.665	4.211	47%	
2400-25000									
25000-100000	48	97	109	47%	47	76	108	41%	
Más de 100000	0	1	6	14%	0	0	0	0	
GRAN AGRICULTURA	48	98	115	46%	47	76	108	41%	
Más de 25000									
TOTAL CLASIFICADO	214.767	294.975	323.908	48%	122.498	216.070	238.825	47%	
Sin Clasificar	2.877	4.401	4.883	47%	3.185	5.225	6.269	45%	
TOTAL GENERAL	217.644	299.376	328.791	48%	125.683	221.295	245.094	47%	

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009. *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

Cuadro 30. Evolución desde una perspectiva de género del Nº Promedio de miembros que viven en los hogares de los productores. Periodo 1997-2007

Estrato de VBP UF	1997				2007						
	Menores de 15 años		Mayores de 15 años		% Mujeres Mayores de 15 años		Menores de 15 años		Mayores de 15 años		% Mujeres Mayores de 15 años
	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres			
0-100	1,1	1,5	1,6	1,6	48%	48%	0,8	1,3	1,4	48%	
100-200	1,1	1,6	1,8	1,8	47%	47%	0,7	1,3	1,5	47%	
200-600	1,1	1,7	1,9	1,9	47%	47%	0,7	1,3	1,5	46%	
600-1200	1,1	1,8	2,0	2,0	47%	47%	0,6	1,3	1,6	46%	
1200-2400	0,9	1,7	1,9	1,9	47%	47%	0,6	1,3	1,5	45%	
PEQUEÑA AGRICULTURA	1,1	1,5	1,7	1,7	48%	48%	0,7	1,3	1,4	48%	
0-2400											
2400-10000	0,8	1,6	1,7	1,7	48%	48%	0,5	1,2	1,4	46%	
10000-25000	0,8	1,7	1,7	1,7	50%	50%	0,4	1,2	1,3	48%	
MEDIANA AGRICULTURA	0,8	1,6	1,7	1,7	48%	48%	0,5	1,2	1,4	47%	
2400-25000											
25000-100000	0,7	1,3	1,5	1,5	47%	47%	0,6	1,0	1,5	41%	
Más de 100000	0,0	1,0	6,0	6,0	14%	14%					
GRAN AGRICULTURA	0,7	1,3	1,6	1,6	46%	46%	0,6	1,0	1,5	41%	
Más de 25000											
TOTAL CLASIFICADO	1,1	1,5	1,7	1,7	48%	48%	0,7	1,3	1,4	47%	
Sin Clasificar	0,8	1,2	1,4	1,4	47%	47%	0,6	0,9	1,1	45%	
TOTAL GENERAL	1,1	1,5	1,7	1,7	48%	48%	0,7	1,3	1,4	47%	

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009. *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

En síntesis, se observa una reducción de la unidad promedia de consumo (menos hombres y menos mujeres viven en los hogares). Ello se puede explicar, en parte, por el fenómeno de “urbanización de los productores”: en un 30% de las explotaciones no vive nadie de manera permanente (no hay hogar) lo cual significa que una proporción significativa de productores con sus familias ya no vive en el predio sino que en pueblos cercanos.

3. Mujer, asalariada agrícola³⁸

Esta sección tiene por objeto dimensionar el universo compuesto por las mujeres asalariadas agrícolas. La caracterización de este segmento es una tarea compleja, y si bien se han realizado recientes estudios que alimentan el conocimiento de este sector, sus resultados son aún puntuales y parciales. En este contexto, se reconoce que la visión entregada en este capítulo es muy somera y deberá ser completada por estudios de mayor alcance y profundidad sobre esta materia específica³⁹.

La estacionalidad y fluctuación del empleo en el sector agrícola dificulta su medición cuantitativa. Para precisar su magnitud y dado que no existen instrumentos específicos de medición, es necesario acudir a distintas fuentes de información. En este estudio se ha privilegiado a tres de ellas, cada una de las cuales presenta ventajas y restricciones (cuadro 31).

³⁸ Este capítulo se basa principalmente en: CEDEM, 2009, *¿Cómo definir y conocer a las y los temporeros?: la participación laboral de hombres y mujeres en el empleo temporal agrícola en Chile*. Autora: Pamela Caro.

³⁹ En Ministerio de Agricultura, Qualitas AC (2009), se entregan además algunos elementos que permiten situar un poco mejor su problemática (nivel de remuneración, previsión social, entre otros).

Cuadro 31. Fuentes para el dimensionamiento del empleo agrícola

Fuente	Periodo de medición	Ventajas	Restricciones
VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal	Marzo 2007 (recopila información sobre el periodo Abril 2006-Marzo 2007)	Captura información sobre todo el universo de explotaciones (censo)	No captura información de los asalariados que trabajan en actividades de transformación agrícola (por ej. Packing) cuando éstas no se desarrollan en las explotaciones silvoagropecuarias No entrega información cualitativa sobre empleo
Encuesta de Caracterización Sociodemográfica (CASEN)	Noviembre-Diciembre 2006	Captura información sobre todos los asalariados agrícolas, con independencia de su lugar de trabajo (explotación, agroindustria) Entrega información cualitativa sobre empleo	Captura información sobre una muestra de hogares (73.720 hogares, 268.278 personas) Captura información sobre lo ocurrido el mes anterior a la encuesta (fotografía)
Base de datos Superintendencia de Pensiones	Permanente Ultima actualización disponible: Junio 2009	Información actualizada en forma permanente Entrega información sobre nivel de remuneración por sexo	Captura información solo de los afiliados y cotizantes a las AFP (sector formal)

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

Según estas fuentes, los asalariados agrícolas permanentes ascienden a entre 130.700 (CASEN 2006) y 188.160 (CENSO 2007), con una proporción de mujeres en ambos casos de un 10% (cuadro 33).

El universo de asalariados temporales oscila entre 152.500 y 402.400 trabajadores según el trimestre, con una participación femenina que varía desde un 22,7% en el trimestre de menor demanda (Mayo-Julio) a un 37,4% en el trimestre Noviembre-Enero. La CASEN entrega cifra del mismo orden de magnitud con

un total de 255.100 temporales de las cuales un 35,4% son mujeres (cuadro 32).

Cuadro 32. N° de Asalariados agrícolas según sexo

Fuente	Tipo de Asalariados Agrícolas	Mujer		Hombre	Total
		Nº	%	Nº	Nº
CENSO 2007	Permanente	19.894	10,6	168.262	188.156
CASEN 2006	Permanente	13.154	10,2	117.525	130.679
CENSO 2007	Temporal (Mayo-Julio 2006)	34.654	22,7	117.800	152.454
	Temporal (Ago.-Oct. 2006)	52.440	27,2	140.696	193.136
	Temporal (Nov.2006-Ene. 2007)	146.000	37,4	244.487	390.487
	Temporal (Febrero- Abril 2007)	137.657	34,2	264.718	402.375
CASEN 2006	Temporal (Oct.-Nov 2006)	90.393	35,4	164.739	255.132
ODEPA – Superintendencia de Pensiones	Cotizantes en Sistema AFP (Junio 2009)	66.339	37,0	179.140	245.479

Fuente: Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género*. A partir de CEDEM, 2009 y ODEPA, 2009

El análisis territorial muestra que si bien las asalariadas tanto permanentes como temporales se concentran en el centro del país, su distribución varía levemente según los periodos del año. Es así que la mano de obra femenina permanente predomina en las regiones de Valparaíso (un 18%), Metropolitana (un 17%) y Maule (un 15%). Las temporeras agrícolas se concentran claramente en las regiones de O'Higgins (de un 23% a un 25%) y Maule (de un 21% a un 23%) en el semestre de mayor demanda (Noviembre-Abril), mientras que en otoño-invierno, si bien sigue siendo predominante en la región de O'Higgins, le sigue en orden de importancia las regiones de Valparaíso y de Coquimbo (cuadro 33).

Cuadro 33. Distribución territorial de las asalariadas agrícolas

REGIONES	ASALARIADAS AGRICOLAS TEMPORALES											
	ASALARIADAS AGRICOLAS PERMANENTES		Mayo-Julio 2006		Agos.-Oct. 2006		Nov.-Ene.. 2007		Feb.-Abr. 2007			
	Nº Mujeres	% Reg.	Nº Mujeres	% Reg.	Nº Mujeres	% Reg.	Nº Mujeres	% Reg.	Nº Mujeres	% Reg.	Nº Mujeres	% Reg.
Total país	19.894	100%	34.654	100%	52.440	100%	146.000	100%	137.657	100%		
I de Tarapacá	168	1%	62	0%	81	0%	97	0%	91	0%		
II de Antofagasta	148	1%	92	0%	129	0%	97	0%	85	0%		
III de Atacama	644	3%	2.377	7%	2.583	5%	5.307	4%	1.299	1%		
IV de Coquimbo	2.101	11%	5.240	15%	5.105	10%	11.906	8%	9.004	7%		
V de Valparaíso	3.591	18%	4.470	13%	8.771	17%	17.152	12%	13.503	10%		
VI de O'Higgins	2.680	13%	8.155	24%	11.819	23%	33.063	23%	34.926	25%		
VII de Maule	2.932	15%	3.981	11%	5.945	11%	30.349	21%	31.130	23%		
VIII del Bío-Bío	1.232	6%	1.317	4%	2.003	4%	11.856	8%	9.935	7%		
IX de La Araucanía	749	4%	1.182	3%	936	2%	7.392	5%	4.962	4%		
X de Los Lagos	894	4%	902	3%	5.225	10%	5.092	3%	9.291	7%		
XI Aysén	103	1%	10	0%	47	0%	200	0%	37	0%		
XII de Mag. y Antár.	126	1%	19	0%	26	0%	38	0%	41	0%		
RM	3.475	17%	5.372	16%	8.826	17%	19.089	13%	19.717	14%		
XIV de Los Ríos	571	3%	630	2%	392	1%	3.878	3%	3.295	2%		
XV de Aric. y Par.	480	2%	845	2%	552	1%	484	0%	341	0%		

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009. Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.

Los antecedentes antes señalados muestran una fuerte presencia de las mujeres en los trabajos de temporada, tendencia que se va acentuando en los últimos años. Es así que si las temporeras representaban un 25% de los trabajadores temporales en el año 1997, esta proporción crece a más de un 34% en el 2007. Ello significa que mientras duplica el número de temporeras agrícolas en la última década, el universo de los temporeros hombres crece sólo en un 30%. Se constata además que la presencia femenina en los trabajos temporales se incrementa (proporcionalmente) en los periodos de cosecha que son los de mayor demanda de mano de obra (cuadro 34) ⁴⁰.

Cuadro 34. Variación del trabajo temporal agrícola

PERIODO	ASALARIADOS AGRÍCOLAS TEMPORALES			
	Mujeres		Hombres	Total
	Nº	% Mujer	Nº	Nº
1997 (Censo Agrícola, Marzo 1997)	69.727	25,5	204.154	272.878
2007 (Censo Agrícola, Febrero-Abril)	137.657	34,2	264.718	402.375
Tasa de crecimiento 1997-2007 (%)	97,4		29,7	47,4

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género*.

⁴⁰ Es difícil efectuar el mismo análisis comparativo para la mano de obra permanente. En efecto, en esta dimensión los criterios de captura y registro de información cambiaron entre los dos censos, por lo cual el desarrollo de comparaciones requiere de ajustes metodológicos previos, ejercicio que supera los alcances del presente estudio. En efecto, en el Censo 1997 se registran un total de 520.823 trabajadores permanentes remunerados mientras que en el Censo 2007 esta cifra cae a 188.156 personas. El supuesto más razonable para explicar esta "caída" es un cambio metodológico intercensal: en 1997 se hubiera incluido como trabajador permanente remunerado al productor. Sin embargo, en conocimiento de las autoras del presente estudio, hasta la fecha este tema no ha sido objeto de un análisis específico.

SECCIÓN 2

LA POLÍTICA E INSTRUMENTOS DE FOMENTO: UN AVANCE SIGNIFICATIVO DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO

En esta sección, se presenta en una primera parte un análisis general, desde una perspectiva de género, del conjunto de instrumentos públicos de fomento que existen en el país, para, en la segunda parte, entregar una reflexión un poco más detallada de algunos de éstos, por su relevancia en el apoyo a la agricultura (financiamiento, asistencia técnica, desarrollo del riego, y desarrollo forestal) ⁴¹. Esta reflexión se sustenta en dos tipos de fuentes: (I) el VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal (2007), primer censo que levanta información relativa a los instrumentos de fomento y (II) las bases de datos y estudios de cada uno de los servicios analizados ⁴².

1. Significativo avance en el acceso equitativo a los instrumentos de fomento

El Ministerio de Agricultura cuenta con una batería de instrumentos de fomento a las explotaciones agrícolas, entre los cuales tienen especial relevancia los siguientes servicios: el Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP), el Servicio Agrícola y Ganadero (SAG), la Comisión Nacional de Riego (CNR), la Corporación Nacional Forestal (CONAF), el Fundación para la Innovación Agraria (FIA) y el Instituto de Investigaciones Agropecuarias (INIA). La Corporación de Fomento (CORFO) brinda también apoyo a los empresarios de los distintos sectores económicos (incluyendo el agrícola).

⁴¹ En Ministerio de Agricultura, Qualitas AC (2009), se entrega un análisis exhaustivo de todos los instrumentos de fomento.

⁴² Es importante señalar que todas las cifras presentadas incorporan solamente las explotaciones cuyo sexo del jefe de explotación es identificado, estas son las explotaciones que corresponden a persona natural. La exclusión de las explotaciones con personalidad jurídica explica la obtención de cifras de cobertura inferiores a los totales manejados por las instituciones.

Al analizar la información recolectada en el VII Censo Nacional Agropecuario, se observa que las explotaciones con jefatura femenina representan entre el 19% y el 28% del universo que han accedido a uno o más instrumentos de fomento (cuadro 35)⁴³. Dentro de los instrumentos con mayor proporción de usuarias destacan la asistencia técnica de INDAP y los instrumentos CORFO, donde las explotaciones con jefatura femenina representan un 28% de sus usuarios, seguida por la Ley de Riego, la Ley Forestal y Buenas Prácticas Agrícolas (BPA) con un 27%. A la inversa, los instrumentos de financiamiento y seguro agrícola arrojan menor participación femenina, con una proporción que oscila alrededor de un 20%. Recordando que las explotaciones con jefatura femenina representa el 30% del universo de explotaciones, se observa equidad de acceso en todos aquellos instrumentos que muestran una proporción de cobertura que oscila alrededor de un 30%, pero que existe aún cierta inequidad –por lo menos aparente, se retomará este punto más adelante– en todos aquellos instrumentos donde la proporción de usuarias es inferior al 30%.

⁴³ La información censal relativa al uso de instrumentos de fomento y de financiamiento muestra deficiencias: en todos los instrumentos las cifras censales alcanzan niveles que están muy por debajo de las cifras de cobertura declaradas por cada instrumento en sus balances respectivos de gestión. Es probable que ello se deba a respuestas incorrectas de parte de los encuestados (no saben, no se acuerdan, se confunden entre los instrumentos, entre otras razones). No obstante lo anterior, se puede asumir que la subdeclaración ha afectado de manera pareja a los distintos instrumentos y estratos, y por tanto hacen válido los análisis comparativos.

Cuadro 35. Nº y proporción de usuarios y usuarias de los Instrumentos de Fomento

INSTRUMENTO DE FOMENTO	Nº de explotaciones que han utilizado los instrumentos en los últimos dos años (2005/2006; 2006/2007)					
	Total Explotaciones		Explotaciones con jefatura femenina		Explotaciones con jefatura masculina	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Asistencia Técnica INDAP	41.333	11.408	28%	29.925	72%	
Crédito INDAP	40.529	9.590	24%	30.939	76%	
Programa Suelo - SIRSD	27.280	6.855	25%	20.425	75%	
Crédito otro banco	8.409	1.749	21%	6.660	79%	
Línea de crédito Agroindustria	8.554	1.705	20%	6.849	80%	
Ley Forestal - DL 701	8.777	2.362	27%	6.415	73%	
Crédito Banco Estado	8.515	1.635	19%	6.880	81%	
Buenas Prácticas Agrícolas	4.643	1.236	27%	3.407	73%	
PABCO	3.593	849	24%	2.744	76%	
Ley de Riego - 18450	3.125	832	27%	2.293	73%	
GTT	2.885	671	23%	2.214	77%	
Franquicia SENCE (capacitación)	1.574	382	24%	1.192	76%	
Seguro agrícola	2.203	449	20%	1.754	80%	
Instrumentos CORFO	1.410	397	28%	1.013	72%	
FIA	230	60	26%	170	74%	
FPEA ProChile	174	41	24%	133	76%	

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

Al efectuar ahora un análisis de cobertura –esto es el número de usuarios y usuarias en relación al total de explotaciones– según instrumento y tamaño económico de las explotaciones, se observa una alta heterogeneidad interinstrumental pero muy pequeñas brechas entre género (cuadros 36 y 37).

Es así que se identifica un primer grupo de instrumentos con cobertura inferior al 5%, los cuales corresponden a instrumentos sin focalización hacia segmentos específicos (Ley de Riego, BPA, Programa de Planteles Animales bajo Certificación Oficial-PABCO, Créditos no-INDAP). En este grupo, se constata una gran equidad de acceso según género con diferencias de cobertura que no sobrepasa 0,5%.

El segundo grupo de instrumento corresponde a instrumentos que muestran una cobertura que oscila alrededor de un 10% a un 15%, todos los cuales son gestionados total o parcialmente por INDAP: Programa de Suelos (SIRSD), Asistencia Técnica de INDAP, Crédito INDAP. En estos instrumentos se observa una brecha de género levemente mayor que en el grupo anterior, con una diferencia de cobertura de un 2 a un 4% en detrimento de las mujeres. Esta diferencia se concentra claramente en los estratos de menor tamaño (menos de 200 UF), a la excepción del crédito INDAP donde se identifica una brecha en todos los estratos.

Cuadro 36. Cobertura de los principales instrumentos del MINAGRI

Estrato de VBP UF	SIRSD				DL 701 (Plantación forestal)				Ley 18450 (Inversión en riego)			
	Explotaciones con jefatura femenina		Explotaciones con jefatura masculina		Explotaciones con jefatura femenina		Explotaciones con jefatura masculina		Explotaciones con jefatura femenina		Explotaciones con jefatura masculina	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0-100	3.061	6,3	7.371	7,5	960	2,0	1.961	2,0	233	0,5	503	0,5
100-200	1.388	14,8	4.482	17,0	528	5,6	1.480	5,6	132	1,4	301	1,1
200-600	1.332	17,7	5.027	19,3	507	6,7	1.728	6,6	143	1,9	520	2,0
600-1.200	377	15,9	1.532	15,3	166	7,0	562	5,6	68	2,9	249	2,5
1.200-2.400	204	14,4	750	12,9	81	5,7	287	4,9	64	4,5	197	3,4
PEQUEÑA AGRICULTURA:	6.362	9,2	19.162	11,5	2.242	3,2	6.018	3,6	640	0,9	1.770	1,1
0-2.400												
2.400-10.000	281	18,4	827	16,0	80	5,2	258	5,0	120	7,8	310	6,0
10.000-25.000	98	35,6	214	23,8	12	4,4	67	7,4	42	15,3	119	13,2
MEDIANA AGRICULTURA:	379	21,0	1.041	17,2	92	5,1	325	5,4	162	9,0	429	7,1
2.400-25.000												
25.000-100.000	8	18,6	40	25,2	2	4,7	10	6,3	8	18,6	43	27,0
> 100.000	-	-	1	16,7	-	-	-	-	-	-	4	66,7
GRAN AGRICULTURA:	8	18,2	41	24,8	2	4,5	10	6,1	8	18,2	47	28,5
>25.000												
TOTAL CLASIFICADO	6.749	9,5	20.244	11,8	2.336	3,3	6.353	3,7	810	1,1	2.246	1,3
Sin clasificar	106	1,3	181	1,2	26	0,3	62	0,4	22	0,3	47	0,3
TOTAL GENERAL	6.855	8,6	20.425	10,9	2.362	3,0	6.415	3,4	832	1,0	2.293	1,2

Continúa... Cuadro 36. Cobertura de los principales instrumentos del MINAGRI

Estrato de VBP UF	Asistencia Técnica INDAP						Buenas Prácticas Agrícolas						PABCO	
	Explotaciones con jefatura femenina		Explotaciones con jefatura masculina		Explotaciones con jefatura femenina		Explotaciones con jefatura masculina		Explotaciones con jefatura femenina		Explotaciones con jefatura masculina		Explotaciones con jefatura masculina	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0-100	6.272	12,9	12.795	13,1	178	0,4	308	0,3	97	0,2	261	0,3		
100-200	2.208	23,5	6.148	23,3	158	1,7	343	1,3	101	1,1	369	1,4		
200-600	1.824	24,2	6.690	25,6	231	3,1	697	2,7	258	3,4	980	3,8		
600-1.200	531	22,4	2.300	23,0	144	6,1	485	4,9	110	4,6	432	4,3		
1.200-2.400	218	15,4	1.071	18,4	134	9,4	453	7,8	75	5,3	216	3,7		
PEQUEÑA AGRICULTURA:	11.053	15,9	29.004	17,5	845	1,2	2.286	1,4	641	0,9	2.258	1,4		
0-2.400														
2.400-10.000	158	10,3	553	10,7	278	18,2	757	14,7	140	9,2	363	7,0		
10.000-25.000	18	6,5	51	5,7	82	29,8	232	25,7	53	19,3	93	10,3		
MEDIANA AGRICULTURA:	176	9,8	604	10,0	360	19,9	989	16,3	193	10,7	456	7,5		
25.000														
25.000-100.000	2	4,7	8	5,0	11	25,6	61	38,4	9	20,9	22	13,8		
> 100.000	-	-	-	-	-	-	6	100,0	-	-	-	-		
GRAN AGRICULTURA: >25.000	2	4,5	8	4,8	11	25,0	67	40,6	9	20,5	22	13,3		
TOTAL CLASIFICADO	11.231	15,8	29.616	17,2	1.216	1,7	3.342	1,9	843	1,2	2.736	1,6		
Sin clasificar	177	2,2	309	2,1	20	0,2	65	0,4	6	0,1	8	0,1		
TOTAL GENERAL	11.408	14,4	29.925	16,0	1.236	1,6	3.407	1,8	849	1,1	2.744	1,5		

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009. *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario. Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

Nota: Los porcentajes corresponden al grado de cobertura según género y son por tanto calculados en relación a cada universo. Se calculan como la relación entre el Nº de usuarias mujeres / Nº explotaciones con jefatura femenina y Nº de usuarios hombres / Nº explotaciones con jefatura masculina.

Cuadro 37. Cobertura de los principales instrumentos de financiamiento

Estrato de VBP UF	Crédito INDAP				Créditos de otros bancos			
	Explotaciones con jefatura femenina		Explotaciones con jefatura masculina		Explotaciones con jefatura femenina		Explotaciones con jefatura masculina	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0-100	4.493	9,2	11.611	11,9	281	0,6	831	0,9
100-200	2.060	21,9	6.599	25,0	165	1,8	560	2,1
200-600	1.991	26,5	7.935	30,4	297	3,9	1.222	4,7
600-1.200	567	23,9	2.787	27,9	186	7,8	1.012	10,1
1.200-2.400	237	16,7	1.247	21,4	228	16,1	920	15,8
PEQUEÑA	9.348	13,5	30.179	18,2	1.157	1,7	4.545	2,7
AGRICULTURA:								
0-2.400								
2.400-10.000	108	7,1	437	8,5	419	27,4	1.475	28,6
10.000-25.000	3	1,1	13	1,4	114	41,5	411	45,6
MEDIANA	111	6,1	450	7,4	533	29,5	1.886	31,1
AGRICULTURA:								
2.400-25.000								
25.000-100.000	-	-	2	1,3	17	39,5	78	49,1
> 100.000	-	-	-	-	1	100,0	4	66,7
GRAN AGRICULTURA:	-	-	2	1,2	18	40,9	82	49,7
>25.000								
TOTAL CLASIFICADO	9.459	13,3	30.631	17,8	1.708	2,4	6.513	3,8
Sin clasificar	131	1,6	308	2,1	41	0,5	147	1,0
GRAN TOTAL	9.590	12,1	30.939	16,5	1.749	2,2	6.660	3,6

Continúa... Cuadro 37. Cobertura de los principales instrumentos de financiamiento

Estrato de VBP UF	Línea de crédito de la agroindustria						Crédito Bancoestado			
	Explotaciones con jefatura femenina		Explotaciones con jefatura masculina		Explotaciones con jefatura femenina		Explotaciones con jefatura masculina		Explotaciones con jefatura masculina	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0-100	265	0,5	790	0,8	349	0,7	1.080	1,1		
100-200	166	1,8	547	2,1	235	2,5	818	3,1		
200-600	345	4,6	1.529	5,9	383	5,1	1.785	6,8		
600-1.200	236	10,0	1.355	13,6	241	10,2	1.225	12,3		
1.200-2.400	214	15,1	1.043	17,9	167	11,8	878	15,1		
PEQUEÑA AGRICULTURA:	1.226	1,8	5.264	3,2	1.375	2,0	5.786	3,5		
0-2.400										
2.400-10.000	347	22,7	1.209	23,4	197	12,9	849	16,4		
10.000-25.000	94	34,2	257	28,5	35	12,7	125	13,9		
MEDIANA AGRICULTURA:	441	24,4	1.466	24,2	232	12,9	974	16,1		
2.400-25.000										
25.000-100.000	15	34,9	48	30,2	4	9,3	15	9,4		
> 100.000	-	-	4	66,7	-	-	-	-		
GRAN AGRICULTURA: >25.000	15	34,1	52	31,5	4	9,1	15	9,1		
TOTAL CLASIFICADO	1.682	2,4	6.782	3,9	1.611	2,3	6.775	3,9		
Sin clasificar	23	0,3	67	0,5	24	0,3	105	0,7		
GRAN TOTAL	1.705	2,1	6.849	3,7	1.635	2,1	6.880	3,7		

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

Nota: Los porcentajes corresponden al grado de cobertura según género y son por tanto calculados en relación a cada universo. Se calculan como la relación entre el Nº de usuarias mujeres / Nº explotaciones con jefatura femenina y Nº de usuarios hombres / Nº explotaciones con jefatura masculina.

2. INDAP: Apoyo a la Agricultura Familiar Campesina

La participación de las mujeres en los instrumentos de INDAP muestra un salto significativo en los últimos quince años. Es así que en el período 1992-2008 las mujeres pasan a representar del 12,8% al 25% del universo de beneficiarios de crédito, mientras que entre 1990-2008 esta proporción crece desde un 7,9% a un 24% en los programas orientados a los usuarios de mayor potencial y desde un 14% a un 44% en los sectores de menores recursos.

Sin embargo, si bien la brecha de género en cuanto al número de beneficiarios se va acortando y desaparece en algunos instrumentos, se detecta aún inequidad en los montos de recursos entregados, tal como se detalla en el análisis a continuación.

2.1. Acceso al financiamiento⁴⁴

2.1.1. Crédito

Desde el punto de vista del acceso al crédito, se observa que se ha ido reduciendo la brecha de género tanto en la distribución de clientes como en el monto de colocaciones. Es así que mientras las mujeres representaban el 15% de los clientes de crédito y el 10% del monto colocado en 1995, estas proporciones ascienden al 25% y al 19% respectivamente en el año 2008 (cuadro 38).

Sin embargo, se mantiene cierta inequidad en el número de clientes (el 25% de cobertura versus el 30% de explotaciones con jefatura femenina) y más aún en el monto de colocaciones (el 19% de cobertura versus el 30% de presencia). Se observa además que en los últimos tres años, la participación de las mujeres en el crédito se ha mantenido bastante estancada.

⁴⁴ Esta sección se basa principalmente en INDAP, División de Asistencia Financiera, Participación de Clientes y Clientas en Instrumentos de Asistencia Financiera al 31.12.2007 y Evaluación de los resultados respecto a los datos de 2002. Las cifras del año 2008 han sido incorporadas por Qualitas AC a partir de la información proporcionada por la División de Asistencia Financiera de INDAP. Para más detalles, en particular sobre riesgo y morosidad, referirse a Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, pp 63 a 66, cuadros 50 a 53.

Es probable que este comportamiento encuentre de nuevo su explicación en el hecho que las explotaciones con jefatura femenina se concentran más en los estratos de menor escala económica, y por tanto tenga menos capacidad de endeudamiento. En este sentido, es interesante señalar un reciente estudio desarrollado para la CNR (CNR, Qualitas AC, 2008), en el cual se estima que una explotación debe generar por lo menos un Valor Bruto de la Producción de 200 UF anual para tener una razonable capacidad de ahorro y por tanto de endeudamiento. Si se considera solamente el estrato de explotaciones cuyo valor de la producción anual es superior a 200 UF, se constata que la proporción de explotaciones con jefatura femenina desciende al 25%, cifra que coincide con la actual cobertura femenina de crédito.

Cuadro 38. Clientes y colocaciones totales de crédito por sexo y año

Años	CLIENTES		COLOCACIONES	
	Nº de mujeres	% mujeres	Monto colocaciones en mujeres (en millones \$) (a)	% en colocaciones de mujeres
1992 (b)	s/i (muestra)	13	s/i	9
1995 (c)	8.248	15	2.920	10
2002	7.934	18	3.619	13
2003	8.711	19	4.341	15
2004	9.116	20	4.979	16
2005	9.109	22	5.370	18
2006	9.549	23	5.692	19
2007	10.094	24	6.108	19
2008	9.538	25	6.398	19

Fuente: Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género*. A partir de INDAP, 2009, *Participación de Clientes y Clientas en Instrumentos de Asistencia Financiera al 31.12.2008 y Evaluación de los Resultados Respecto a los Datos de 2002*

Notas:

(a) Los valores corresponden a miles de pesos del 31 de diciembre de cada año; 1 US\$ = \$ 470 en Septiembre 2012.

(b) La información corresponde al año 1992 ya que no existen datos de crédito por sexo en el año 1990 y su fuente es SERNAM-INDAP: "Mujer campesina y Crédito en Chile", Santiago, 1997.

(c) Fuente: SERNAM, op. cit.

El análisis de este comportamiento según tipo de crédito (corto y largo plazo) muestra que la inequidad se centra principalmente en el crédito de corto plazo. En efecto, el porcentaje de mujeres clientes de crédito de corto plazo representa el 22% de

la cartera de corto plazo con un 16% del monto colocado mientras que en el largo plazo, estas proporciones ascienden al 30% de las explotaciones y a un 25% de las colocaciones. Sin embargo, en ambos casos se observa menor escala en los promedios de crédito manejados por las mujeres: en corto plazo, los promedios femenino y masculino son de 576 mil pesos y 854 mil pesos respectivamente, mientras en el crédito de largo plazo, los valores promedios son de 697 mil pesos en el caso de las mujeres y 893 mil pesos en el caso de los hombres.

2.1.2. Incentivos para el mejoramiento y desarrollo de Inversiones

Programa de Desarrollo de Inversiones (PDI)

El objetivo general del Programa de Desarrollo de Inversiones, PDI, es cofinanciar la ejecución de proyectos de inversión productiva, orientados a modernizar los procesos productivos de las empresas de pequeños(as) productores(as), para hacerlas más competitivas en el mercado y sustentables en el tiempo.

En el año 2008, se observa una alta participación de mujeres en este programa. Es así que en el PDI Agrícola las explotaciones con jefatura femenina representan el 40% de los usuarios (el 34% en 2003), en el PDI Ganadero el 28% (el 23% en 2003) y en el PDI Riego un 29% (un 21% en 2003).

Ello muestra claramente que no existe inequidad en el acceso. Sin embargo, se constata que el monto promedio en el caso del PDI Agrícola es significativamente inferior (un 71%): 826 mil pesos en el caso de las mujeres y 1.165 mil pesos en el caso de los hombres. En el caso del PDI Pecuario, esta brecha se atenúa (monto promedio 943 mil pesos en el caso de las mujeres y de 1.052 mil pesos en el caso de los hombres) para desaparecer totalmente en el caso del PDI Riego (promedio de 1.235 mil pesos en el caso de la mujer y de 1.219 mil pesos en el caso del hombre).

Es probable que la brecha de monto en el caso del PDI Agrícola se explique por la relativa menor escala productiva y económica de las explotaciones con jefatura femenina en estos rubros. Dicho de otra manera, y retomaremos este tema en las

conclusiones, se observa que, generalmente cuando la proporción de mujeres usuarias coincide o supera a la proporción de mujeres existentes, se ensancha la brecha en cuanto a niveles promedios de recursos involucrados.

Sistema de Incentivos para la Recuperación de Suelos Degradados (SIRSD)

El SIRSD es un instrumento orientado a fomentar el uso de prácticas que permiten detener y revertir los procesos de degradación de los suelos y recuperar sus niveles de productividad, generando así una mejor condición para que el sector agropecuario nacional pueda aprovechar las ventajas y enfrentar los desafíos asociados a la apertura comercial del país.

Las instituciones encargadas de su administración y ejecución son el INDAP para los integrantes de la agricultura familiar campesina y el SAG para los medianos y grandes productores.

En el caso de INDAP, las explotaciones con jefatura femenina que accedieron al SIRSD en 2008 representan el 26% del universo de usuarios totales (el 24% en 2004), las cuales controlan entre un 24% (subprograma praderas) y un 28% (subprograma rehabilitación de suelos) de la superficie intervenida y recibieron entre el 21% (subprograma praderas) y el 26% (subprograma de rehabilitación de suelos) de los recursos entregados.

Estas cifras demuestran una pequeña brecha de cuatro puntos en el número de explotaciones que acceden al programa y una brecha un poco más marcada en cuanto a los montos promedios recibidos, donde la usuaria mujer recibe alrededor de un 85% del monto promedio recibido por los hombres.

2.2. Acceso a Servicios de Asistencia Técnica

2.2.1. Pequeños productores con mayores recursos

El Servicio de Asistencia Técnica (SAT) es un programa dirigido a productores y productoras con orientación comercial que proporciona –a través de consultores privados– asesorías

técnicas destinadas a aprovechar oportunidades de mercado y a resolver puntos críticos de competitividad que afectan la rentabilidad y sustentabilidad de sus negocios.

En las últimas dos décadas, se constata un significativo avance en el acceso equitativo de estos servicios de asesorías técnicas. Es así que mientras en 1990 la proporción de usuarias representaba un 7,9%, esta proporción creció de manera sostenida, con un 14% en 1998, y alcanzando en 2008 un 21% ⁴⁵.

En este contexto, y tomando como referencia la distribución de explotaciones con jefatura femenina según estrato de VBP, se observa que en los estratos entre 200 y 2.400 UF –conceptualizados como Pequeña Agricultura Comercial y empresarial– esta proporción se sitúa alrededor de un 20%. Si se asume que las explotaciones con VBP inferior a 200 UF corresponden a la población objetivo de instrumentos orientados a sectores y territorios especiales (PRODESAL, Orígenes, entre otros), se puede concluir que INDAP ha logrado brindar un acceso equitativo en el SAT predial desde el punto de vista de cobertura de usuarios.

En cuanto a los montos de recursos entregados, se observa también interesantes avances: mientras en 2004 el monto promedio de asistencia técnica a mujeres representaba el 85% del monto promedio a hombres, en el año 2008 ya no existe esta diferencia (el número de usuarias y el monto controlado por mujeres representa un mismo 23%).

Las cifras manejadas por los Grupos de Transferencia Tecnológica (GTT) que se desarrollan en el marco del Convenio INIA – INDAP muestran proporciones similares con un 19% de mujeres integrantes de los GTT y un 25% de los directivos de los grupos con sexo femenino.

2.2.2. Servicios de Fomento para segmentos y territorios especiales

Se observa que los instrumentos de fomento de INDAP orientados a segmentos y territorios más vulnerables presentan un avance muy fuerte desde una perspectiva de género, alcanzando

⁴⁵ Estos Servicios han sido objeto de múltiples cambios de enfoque, modalidad y nombre en los últimos años (PTT, SAP, SAT).

una mayor cobertura relativa en las explotaciones con jefatura femenina que en aquellas explotaciones con jefatura masculina. Es así que, en conjunto, los programas para sectores de menores recursos pasaron de una cobertura del 14% de usuarias mujeres en 1990 al 44% en el año 2008.

Programa de Desarrollo Local (PRODESAL): brecha a favor de las mujeres

El Programa de Desarrollo Local en Comunidades Rurales Pobres (PRODESAL) es orientado a apoyar a los pequeños productores agrícolas más vulnerables del sector rural, denominados tradicionalmente productores de subsistencia, o más recientemente, multiactivos.

Su propósito consiste en entregar apoyos para mejorar la calidad de vida de las familias de pequeños productores en condiciones de pobreza. Para ello el PRODESAL busca desarrollar las capacidades técnico-productivas, de manejo ambiental, de gestión asociativa y las habilidades personales de sus usuarios, de manera de incrementar en forma sustentable la parte del ingreso monetario y no monetario que se genera a partir de la actividad silvoagropecuaria por cuenta propia.

Durante más de una década de operación, este Programa se ha mantenido sin variaciones sustantivas en cuanto a enfoque, organización y métodos, constituyéndose en uno de los programas más estables de INDAP. Junto con esta permanencia de funcionamiento, el PRODESAL ha conocido un rápido y sostenido crecimiento de cobertura tanto en el número de usuarios como en los montos de recursos invertidos: desde el año de su creación hasta la fecha, el número de usuarios se ha multiplicado por diez, pasando de 4.900 en 1996 a cerca de 48.000 usuarios en el año 2008.

En este contexto, la proporción de mujeres usuarias del PRODESAL ha incrementado fuertemente, pasando de un 27% en 1998 a un 43% en el año 2008, cifra que demuestra una brecha significativa a favor de las mujeres, pues incluso en los estratos de menor capacidad económica (0 a 100 UF de Valor Bruto de la Producción), la proporción de explotaciones con jefatura femenina es de un 33%. Desde la dimensión presupuestaria, tampoco se observa diferencia: las usuarias PRODESAL controlan el 44% del monto total de recursos asignados.

*Programa de Formación y Capacitación para mujeres rurales Convenio INDAP – PRODEMU*⁴⁶

En 1992, INDAP crea el Programa de formación y capacitación para mujeres rurales (Convenio INDAP-PRODEMU) destinado a apoyar a mujeres de familias campesinas pobres, privilegiando el proceso de aprendizaje y revaloración psicosocial de las mujeres participantes. Este Programa se ejecuta a través de la Fundación PRODEMU. A partir del año 1994, el Programa se orienta en forma más marcada hacia el ámbito silvoagropecuario, creando, entre otros un fondo concursable de proyectos productivos. Hasta el año 2001, el Programa cuenta con un presupuesto de aproximadamente 300 a 320 millones de pesos, trabajando con alrededor de 3.500 a 4.000 mujeres.

En el año 2001, el Programa se adjudica recursos adicionales, incrementándose su presupuesto a más de 800 millones de pesos, manteniendo una cobertura similar de usuarias.

Una evaluación del Programa realizada en el año 2005 muestra resultados particularmente positivos: *“(...) en términos globales es pertinente en su focalización y estrategia de intervención, coherente en la relación costo-beneficio, eficaz en el logro de sus objetivos y altamente eficiente como inversión para el desarrollo de las mujeres rurales y sus familias. (...) El impacto del Programa sobre los ingresos familiares es significativo, agregando una media de dos ingresos mensuales al ingreso anual del hogar, con un promedio de 9,6 horas semanales destinadas a la actividad (...).”*⁴⁷

En el año 2009, el Programa apoya cerca de 3.000 mujeres sobre la base de una red de monitores (técnicos agrícolas) que son a su vez apoyados por Coordinadoras Campesinas, que actúan como animadoras y tutoras. El presupuesto ha crecido en forma sostenida alcanzando más de 1.243,1 millones de pesos en el año 2009.

⁴⁶ Esta sección se basa principalmente en: Martínez, H., Namdar-Irani M., Sanhueza R., Sotomayor O., 2008, Asesoría Técnica en la Agricultura Chilena: Estado del arte y perspectiva, in INDAP, Universidad de Chile, 2008, Sistemas de Innovación y Asesoría Técnica en Agricultura: Nuevas miradas, Nuevas perspectivas.

⁴⁷ INDAP, PRODEMU, 2005, Resultados de una evaluación de impacto y satisfacción de usuarias del Programa de Formación y Capacitación para Mujeres Rurales, Convenio INDAP-PRODEMU. Autores: Marinkovic A., Sánchez M.E, Palacios L., Marinkovic J. pág. 93.

3. CNR y la Ley de Riego: hereda la brecha de inequidad económica, total igualdad de éxito

La Ley 18.450 de Fomento a la Inversión Privada en Obras de Riego y Drenaje entrega un incentivo a las inversiones prediales y asociativas en riego y drenaje.

Se plantea comúnmente que la Ley de Riego reproduce brechas existentes. Esta afirmación se sustenta en el hecho que los requerimientos legales (título de dominio de la tierra y de las aguas), técnicos (calidad y rentabilidad del proyecto) y financieros (capacidad de aporte y prefinanciamiento) que exige este instrumento estarían más difíciles de cumplir para las mujeres que para los hombres. Un análisis cuantitativo, realizado a partir de una comparación entre los datos de la Ley y la base censal permite matizar y alimentar esta reflexión.

En primer lugar, se observa que las mujeres constituyen el 19% (2008) y el 20% (2009) de los postulantes a la Ley, el 21% (2008 y 2009) de los bonificados y el 20% (2008) y el 25% (2009) de los pagados. Al mirar estas mismas proporciones, pero esta vez en función de los montos de recursos involucrados, se constata que las cifras son muy similares.

De lo anterior se puede sacar tres primeras conclusiones:

- La Ley de Riego cubre efectivamente una proporción un poco menor de explotaciones con jefatura femenina ⁴⁸(entre el 20% y el 25%) que la que existe en el universo (el 30%), lo cual revela una pequeña brecha de acceso.
- La proporción de mujeres se mantiene estable en las tres etapas del proceso de acceso al incentivo (postulación – bonificación – pago). Ello se confirma con antecedentes de años anteriores (2005 a 2007) que muestran que la proporción de mujeres que han sido seleccionadas para

⁴⁸ Es importante precisar que las agricultoras que postulan a la Ley de Riego no necesariamente corresponden a explotaciones con jefatura femenina. En efecto, el postulante corresponde al propietario de la tierra y puede haber mujeres dueñas de la tierra que no se declaran jefe de explotación. No obstante, se asume que estos dos universos –propietarias de la tierra y jefas de explotación– tienen un alto grado de coincidencia (se recuerda que el Censo no registra quien es dueño de la tierra).

la bonificación representa entre un 33,3% y un 47,4% del total de mujeres que han postulado. En el caso de los hombres, esta proporción se sitúa entre un 36,1% y un 41,5%. Ello significa que existe total igualdad de éxito en el acceso a la bonificación, e incluso que las mujeres logran una tasa de éxito levemente superior.

- La cobertura de la Ley de Riego es equitativa si se compara el número de explotaciones y los montos involucrados. Dicho de otra manera el promedio de montos involucrados son similares –e incluso un poco superior en caso de las bonificaciones– en las explotaciones con jefatura femenina que en aquellas con jefatura masculina.

En este contexto es interesante constatar que la actual cobertura de la Ley de Riego se ajusta a la proporción de explotaciones con jefatura femenina con VBP superior a 100UE, lo cual estaría significando que llegó a su techo de cobertura si se excluye a las explotaciones con restrictiva capacidad financiera para asumir el aporte y el crédito que implica postular a la Ley de Riego.

4. CONAF: Ley forestal, equidad social y de género

La Ley 19.561 de fomento forestal –que modificó en 1998 el Decreto Ley Nº 701– focaliza la bonificación forestal en dos objetivos básicos: los pequeños propietarios y los suelos degradados, ampliando además las alternativas de forestación bonificadas (cortinas cortavientos, sistema pastoral, entre otros) y entregando ponderación adicional a especies nativas y especies que impulsan la diversificación forestal.

Este enfoque busca focalizar los recursos públicos hacia segmentos de productores y territorios más vulnerables y rezagados, asumiendo de esta manera el desafío de mayor equidad. Es en este contexto que se observa que este instrumento de fomento es muy equitativo desde una perspectiva de género e incluso conlleva, hoy, una brecha a favor de las mujeres. En efecto, en el año 2008, las mujeres representan el 35% de los usuarios de la Ley Forestal y la superficie que les ha sido beneficiada constituye

el 33% de la superficie total bonificada. Se observa además un constante incremento de la proporción de mujeres en los últimos cinco años.

Al comparar estas cifras con el número de explotaciones y la superficie forestal con jefatura femenina⁴⁹, se constata que las proporciones de cobertura de la Ley Forestal a mujeres son superiores a la proporción de explotaciones con jefatura femenina y a la superficie que controla: mientras las explotaciones con jefatura femenina que tienen plantaciones y/o bosques representan el 28,5% del total de explotaciones (persona natural) que tienen plantaciones y/o bosques⁵⁰, un 34% de las beneficiarias de la ley forestal corresponden a mujeres.

Ello implica que la Ley Forestal tiene una mayor focalización en mujeres que hombres, en número de usuarios. Asimismo, se constata que mientras la superficie de plantaciones forestales controlada por las explotaciones femeninas representa un 23% y la superficie de bosque un 20%, la superficie bonificada que pertenece a usuarias mujeres representa un 29% de la superficie total bonificada. Estas cifras confirman dos hechos relevantes. Por un lado, la Ley Forestal tiene una mayor focalización en mujeres, lo cual se explica probablemente por el carácter inclusivo de la Ley Forestal: el objetivo de equidad social que sustenta la Ley Forestal “arrastra” el objetivo de equidad de género. Por otro lado, la brecha de porcentaje entre cobertura en número de explotaciones (un 34%) y cobertura en superficie (un 29%) se explica por la menor escala de las explotaciones femeninas: las mujeres tienen menos tierra, menos plantaciones y menos bosques en promedio.

⁴⁹ Al igual que en el caso de la Ley de Riego, es importante señalar que las agricultoras que postulan a la Ley Forestal no necesariamente corresponden a explotaciones con jefatura femenina. En efecto, el postulante corresponde al propietario de la tierra y puede haber mujeres dueñas de la tierra que no son jefas de explotación. No obstante, se asume que estos dos universos – propietarias de la tierra y jefa de explotación – tienen un alto grado de coincidencia (se recuerda que el Censo no registra quien es dueño de la tierra).

⁵⁰ Existen explotaciones con jefatura femenina que tienen con plantaciones y/o bosques de un total de 115.747 explotaciones con los mismos atributos. Más detalles, ver Sección 1.

5. Equidad de género e Instrumentos: Síntesis

El análisis de los instrumentos de fomento del Ministerio de Agricultura muestra un significativo avance en materia de equidad de género: la cobertura de usuarias mujeres oscila entre un 20% y un 44% mientras no superaba un 15% a inicios de la década de los 90 (cuadro 39).

Cuadro 39. Cobertura según género de los instrumentos del Ministerio de Agricultura

INSTITUCIÓN INSTRUMENTO	Cobertura 2008			
		% Usuaris Mujeres		% Monto Mujeres
INDAP				
FINANCIAMIENTO				
Crédito total	(12,8% en 1992)	25%	(9% en 1992)	19%
Crédito corto plazo		22%		16%
Crédito largo plazo		30%		25%
Fondo de Administración Delegada		31%		32%
Bono de Articulación Financiera		22%		16%
USUARIOS MAYOR POTENCIAL				
Prog. usuarios mayor potencial	(7,8% en 1992)	24%		
SAT Predial		21%		21%
CEGE		Mujer individual: 27%		
		Mujer socia EAC: 10%		
Redes por rubro		Mujer individual: 35%		
		Mujer asociada: 27%		
		PDI Agrícola: 40%		
PDI		PDI Ganadero: 28%		
		PDI Riego: 29%		
SIRSD		26%		22%
USUARIOS VULNERABLES				
Prog. usuarios más vulnerables	(14% en 1992)	44%		
PRODESAL		43%		43%
PRODEMU		3000 Mujeres		1.243 millones
SAG				
SIRSD	(990 usuarias)	31%		29%
CNR				
Ley de Riego				
- Postulación	(230 usuarias)	19%		
- Bonificación	(104 usuarias)	21%		23%
- Pago	(73 usuarias)	20%		17%
CONAF				
Ley Forestal (equidad social)	(2.500 usuarias)	35%		33%

Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector silvoagropecuario, Avances y desafíos pendientes en materia de equidad de género.*

También se observa un avance en los montos entregados pero de menor magnitud, con una proporción entregada a mujeres que se sitúa entre un 16% y un 23%, con algunos programas que alcanzan más de un 30%.

Es interesante relevar que todos los programas orientados a sectores vulnerables (PRODESAL, Ley Forestal, Orígenes, CONADI) muestran una cobertura en materia de género totalmente equitativa e incluso con mayor focalización hacia las mujeres (sobrepasan un 30% de cobertura femenina cuando, incluso en el estrato de VBP inferior a 100UF, la proporción de explotaciones con jefatura femenina no sobrepasa un 33%): en estos programas, el objetivo de equidad social “arrastra” el objetivo de equidad de género. En otras palabras, la focalización hacia sectores y territorios vulnerables permite alcanzar equidad de género.

Situación distinta ocurre en los instrumentos de fomento que no tienen de manera explícita un objetivo de equidad social (Ley de Riego, Crédito y SAT INDAP, CEGES). Su cobertura en número de explotaciones se sitúa entre un 20% y un 25% y en monto entre un 15% y un 22%, lo cual revela una brecha de género de 5 a 10 puntos. No obstante esta brecha debe ser analizada e interpretada con cuidado. En efecto, si se excluye del análisis las explotaciones con VBP muy bajo, se desdibuja la brecha de género: en efecto, considerando que la proporción de explotaciones con jefatura femenina en el estrato de más de 100UF es de un 23% y en aquel de más de 200 UF de VBP es de un 21%, se constata que no hay brecha de acceso desde el punto de vista de número de explotaciones y hay una brecha muy reducida desde el punto de vista de los recursos entregados.

Entre estas dos situaciones, se identifican tres instrumentos que tienen un comportamiento “híbrido”: el SIRSD del SAG, el PDI de INDAP y el crédito de largo plazo de INDAP. En efecto, si bien estos instrumentos no tienen un explícito objetivo de equidad social la cobertura femenina es alta, situándose alrededor de un 30% (incluso un 40% en el caso del PDI agrícola). Ello amerita mayor análisis pero, a modo de hipótesis, se puede pensar que no todas las usuarias de estos instrumentos son jefas de explotación sino que una parte de ellas postula para fomentar un segundo rubro en la explotación y otra parte postula “a nombre” de su cónyuge.

SECCIÓN 3

PRINCIPALES CONCLUSIONES Y DESAFIOS EN MATERIA DE EQUIDAD DE GÉNERO

La caracterización de la situación de las mujeres agrícolas y su evolución en la última década, constituye un insumo indispensable para el diseño y la focalización de las políticas y los instrumentos orientados hacia este sector.

En este contexto, se debe reconocer que, históricamente, el foco de atención ha estado más centrado en los ámbitos productivos y tecnológicos. Con el VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal, se ha buscado ampliar esta visión, incorporando una mirada más detenida hacia las personas que viven y trabajan en las explotaciones silvoagropecuarias, lo cual permite a su vez entender mejor lo que es, lo que posee y lo que hace la mujer productora.

Este estudio entrega una caracterización de las mujeres agrícolas y su evolución en la última década, analizando tres subuniversos: la mujer productora jefa de explotación, la mujer productora mano de obra predial y las asalariadas agrícolas. En relación a los dos universos de “mujer productora”, se analiza en detalle la nueva información censal, organizando el ejercicio reflexivo en torno a una clasificación de las explotaciones según su tamaño económico.

La segunda mirada de trabajo se enfoca hacia un análisis de los principales instrumentos del Ministerio de Agricultura y su posicionamiento frente a la mujer agrícola, buscando detectar brechas y oportunidades.

Se presenta a continuación los principales resultados y las principales conclusiones de este análisis, el que culmina en un conjunto de elementos de reflexión relativos a los viejos y nuevos desafíos en materia de equidad de género.

1. Principales tendencias y conclusiones acerca de la mujer agrícola en Chile

- En el año 2007, en Chile, 945.000 mujeres viven en el medio rural, 419.000 mujeres viven en las explotaciones

silvoagropecuarias, 221.300 mujeres viven en los hogares de los jefes de explotaciones, 130.600 mujeres trabajan como mano de obra familiar en las explotaciones, 80.000 mujeres son jefas de explotaciones y 166.000 mujeres son asalariadas agrícolas en el periodo de mayor demanda.

En este contexto, un primer fenómeno a relevar es la feminización del campo en todas dimensiones:

- Las explotaciones con jefatura femenina representan hoy el 30% de las explotaciones mientras en 1997 representaban menos del 22%.
- La mujer aporta el 41% de la mano de obra familiar dedicada al trabajo predial: en 1997 aportaba el 30%.
- La participación de la mujer en el trabajo de temporeros agrícolas creció desde un 25% a un 34% en el periodo 1997-2007.
- El significativo incremento de las explotaciones con jefatura femenina se registra en todos los estratos económicos, siendo un poco más acentuado en las explotaciones de pequeño tamaño económico.

En este marco, se observa que las explotaciones con jefatura femenina, si bien representan el 30% en número, sólo aportan el 22% del Valor Bruto de la Producción, controlan el 22% de los activos y generan el 27% del empleo.

Ello indica que existe una brecha en detrimento de las mujeres jefas de explotación en el control de recursos productivos –en cantidad y calidad– y consecuentemente en el Valor de la Producción que generan. Las explotaciones femeninas tienen menor tamaño económico y muestran una mayor concentración relativa en los territorios menos dinámicos desde el punto de vista agrícola.

En el marco de lo anterior, y analizando en forma comparativa un conjunto de otras características de las explotaciones, se observa que la variable que más explica la inequidad de género es la dotación de recursos en cantidad y calidad pero que las formas de acceso a estos recursos –grado de precariedad– no

conlleva particular inequidad. En otras palabras, y reconociendo que la forma en la cual se capturan los datos censales no permiten afirmar ello con total certeza (el Censo registra la tenencia de tierra y agua de la *explotación* pero no precisa cual es el *miembro de la familia* que es el dueño), si bien la precariedad de acceso a la tierra y al agua son temas que requieren ser resueltos, afectan en forma similar a las explotaciones con jefatura femenina y aquellas con jefatura masculina.

Todos estos elementos deben ser tomados en cuenta por los instrumentos de fomento: por un lado la mayor vulnerabilidad de las explotaciones con jefatura femenina requiere de un tratamiento diferenciado con el objeto de no someterlas a una presión inadecuada y por otro, la principal inequidad de género está fuera del alcance de las políticas ministeriales, pues se ubican en una dimensión claramente estructural: las mujeres jefas de explotaciones tienen menos recursos –tierra y otros activos– en cantidad y calidad.

- Complementariamente a lo anterior, es importante señalar interesantes características –algunas que van en contra de lo comúnmente asumido– que son también necesarias tomar en cuenta al momento de definir políticas y diseñar instrumentos de fomento. En éstas se destacan:
 - *El alto índice de feminidad de las explotaciones forestales:* la jefatura femenina es un poco más frecuente en las explotaciones forestales (el 31,8%) que en las explotaciones agropecuarias (el 27,8%). Esta proporción es aún mayor en los bajos estratos económicos: el 35,7% de las explotaciones forestales con un Valor Bruto de la Producción inferior a 100 UF está a cargo de mujeres.
 - *El acceso a la tierra no es más precario en las explotaciones con jefatura femenina:* La proporción de explotaciones con propiedad regularizada es pareja en las explotaciones con jefatura femenina (el 70%) y en las explotaciones con jefatura masculina (el 69%).

Sin embargo, es importante relevar que cerca de 10.000 explotaciones con jefatura femenina no tienen regularizadas su propiedad, tema que debe seguir siendo objeto de apoyo desde la política pública.

Los otros tipos de tenencia corresponden a mecanismos de acceso a la tierra poco frecuentes, tanto en las explotaciones a cargo de mujeres como de hombres. Esta constatación nos obliga a relativizar el impacto que podría tener la aplicación de una demanda clásica para la equidad de género, esta es la flexibilización de ciertos instrumentos a arrendatarios y medieros. En efecto, en el caso de las explotaciones con jefatura femenina, solamente unas 2.000 explotaciones están en esta situación (1.800 que arriendan, 300 que acceden en mediaría), y por tanto el impacto de la flexibilización de criterios en materia de tenencia de la tierra será acotado.

- *Escolaridad levemente inferior*: El nivel de escolaridad de las mujeres jefas de explotación es bajo y levemente inferior que aquel de los hombres jefes de explotación.
- *Régimen tributario*: La gran mayoría de las explotaciones no tributa: el 82% de las explotaciones con jefatura femenina y el 72% en el caso de las explotaciones con jefatura masculina, lo cual revela una brecha de género. Ello, si bien se explica por el bajo nivel de producción de las explotaciones, debe ser tomado en cuenta en los diseños de instrumentos de fomento.
- *Relación con mercados poco dinámicos*: En términos globales, existe una baja proporción de explotaciones que se articulan con mercados más dinámicos y/o formales: a nivel de todo el universo censal, se registran 19.000 explotaciones que exportan, 31.000 venden a la agroindustria y 12.600 que desarrollan agricultura de contrato. En este contexto, las explotaciones con jefatura femenina tienen una presencia levemente inferior a las explotaciones a cargo de hombres (2 a 3 puntos).
- Otra tendencia muy importante de relevar en la última década dice relación con la creciente feminización de la mano de obra familiar que se dedica a las labores

prediales. En términos absolutos, el número de mujeres que trabajan en el predio pasa de 96.300 en 1997 a 130.600 en 2007 (+ 34.400; + un 36%), mientras que en el mismo periodo la mano de obra familiar masculina disminuye de 227.800 a 184.100 hombres (- 43.700; - un 19%).

Se evidencia además el carácter más temporal de la mano de obra familiar femenina en relación a la masculina. Es así que mientras un 33% de las mujeres se dedican en forma permanente al trabajo de la explotación, este valor asciende a un 53% en el caso de los hombres.

Ello refleja una clara tendencia de “reemplazo” del hombre por la mujer en el predio y puede interpretarse como una estrategia familiar de sobrevivencia donde el fenómeno de migración urbana definitiva de la familia se ve reemplazado por una migración laboral del hombre asociado a un predio manejado por la mujer. Este fenómeno puede explicarse en parte desde una lógica de costo de oportunidad de la mano de obra: la mujer cumple en forma más sistemática su doble rol –reproductor y productivo– permitiendo de esta manera que el hombre desarrolle crecientemente su rol proveedor fuera de la explotación, donde accede a mejores remuneraciones que la mujer. También, inciden seguramente variables culturales, donde se asume que el hombre está más preparado para el mundo público y que su migración será socialmente mejor aceptada.

Esta gran tendencia también constituye un dato relevante para el diseño de políticas públicas.

- A lo anterior se suman otras tendencias relevantes que son necesarias incorporar en el análisis:
- Por un lado, se observa una creciente disociación entre el espacio de trabajo (la explotación) y el espacio de vida y de consumo (el hogar), lo cual se expresa en el hecho que en un 30% de las explotaciones no vive nadie de manera permanente (no existe hogar). Este hecho responde a una transformación de la ruralidad chilena, donde la intensificación de los medios de comunicación y la mejora del transporte facilitan la disociación entre el lugar de vida (generalmente en pequeños pueblos) y

el lugar de trabajo, el predio. Este fenómeno transforma radicalmente la tradicional asociación entre productor –en particular la pequeña agricultura– y residencia en el predio, y constituye un dato relevante para el diseño de políticas públicas (conexión a Internet; programas de asistencia técnica y/o de capacitación, entre otros).

- Por otro lado, se identifica una creciente superposición de la unidad de consumo y de la unidad de trabajo: en aquellas explotaciones donde viven el productor y su familia, se observa que hoy más que ayer, viven en las explotaciones los que trabajan en ellas, vale decir que el predio como espacio de trabajo toma ventaja sobre el predio como espacio de vida y de consumo.
- Asimismo, se destaca el carácter multiactivo de las familias agrícolas: es notable relevar que del total de explotaciones del país, solamente un 21% declara que más del 75% del ingreso familiar proviene de la explotación agrícola, mientras que un 51% declara que la explotación contribuye en menos del 25% al ingreso familiar, y el 28% restante declara que la explotación aporta entre el 25% y el 75% del ingreso familiar. Si bien esta situación es heterogénea según los estratos de VBP de las explotaciones –claramente más marcada en los estratos pequeños– es importante relevar que en todos los estratos el aporte de la explotación al ingreso familiar es generalmente bajo.
- Por último, es importante notar que los cambios relativos a los recursos humanos de los hogares de los productores, aparentemente, guardan poca relación con la transformación y crecimiento notable de la agricultura chilena en las últimas décadas. Mientras la agricultura, en el periodo 1997-2007, crece en más de un 35% en su producción bruta y en un 65% su PIB, el universo de trabajo familiar disminuye levemente y el tamaño promedio de las unidades de trabajo se mantiene. Si bien este fenómeno requiere de mayor estudio, se puede plantear a modo de hipótesis que, además de la

mecanización de las labores agrícolas la expansión y transformación cuantitativa de la agricultura se realiza principalmente a partir de la inclusión de mano de obra asalariada, sin afectar mayormente a las familias de los productores en tanto unidad de trabajo.

- En cuanto a la política sectorial, se evidencia un significativo avance en materia de equidad de género: la cobertura “femenina” de los distintos instrumentos de fomento del Ministerio de Agricultura oscila entre un 20% y un 44% mientras no superaba un 15% a inicios de la década de los 90. Se observa también un avance en los montos entregados pero de menor magnitud, con una proporción entregada a mujeres que se sitúa entre un 16% y un 23%, con algunos programas que alcanzan más de un 30%.

En este contexto se observa que los programas orientados a sectores vulnerables (PRODESAL, Orígenes, CONADI, Ley Forestal) muestran una cobertura en materia de género totalmente equitativa e incluso con discriminación positiva (sobrepasan un 30% de cobertura femenina): en estos programas, el objetivo de equidad social “arrastra” el objetivo de equidad de género. En otras palabras, la focalización hacia sectores y territorios vulnerables permite alcanzar la equidad de género.

Situación distinta ocurre en los instrumentos de fomento que no tienen de manera explícita un objetivo de equidad social (Ley de Riego, Crédito y SAT INDAP, CEGES). Su cobertura en número de explotaciones se sitúa entre un 20% y un 25% y en recursos entre un 15% y un 22%, lo cual revela una brecha de género de 5 a 10 puntos. Sin embargo, si se excluye del análisis las explotaciones con VBP muy bajo, se desdibuja la brecha de género: en efecto, considerando que la proporción de explotaciones con jefatura femenina en el estrato de más de 100UF es de un 23% y en aquel de más de 200 UF de VBP es de un 21%, se constata que no hay brecha de acceso desde el punto de vista de número de explotaciones y hay una brecha muy reducida desde el punto de vista de los recursos entregados.

2. Principales interrogantes y desafíos en materia de equidad de género

La agricultura chilena está viviendo profundas transformaciones en su organización social y humana, transformaciones donde la mujer está desempeñando ciertamente un rol cada vez más importante pero también transformaciones que complejizan fuertemente el diseño y aplicación de políticas e instrumentos sectoriales.

En efecto, están perdiendo nitidez las tradicionales dicotomías que conocemos: las fronteras entre el mundo rural y el mundo urbano son cada vez más difusas, la agricultura campesina –concebida desde una familia que se dedica solamente al trabajo agrícola, que trabaja directamente la tierra y vive en su predio– se desdibuja, tomando rasgos de multiactividad, de residencia en pequeños pueblos, de cambios en los roles tradicionales del hombre y de la mujer, entre otros.

En el ámbito de políticas sectoriales, estas transformaciones agudizan aún más la histórica tensión que existe entre el fomento agrícola y la superación de la pobreza, entre el desarrollo territorial, desarrollo rural y el desarrollo agrícola. Coloca también en el debate las limitaciones que conllevan las definiciones sectoriales de usuarios e instrumentos: su carácter netamente “silvoagropecuario” no permite, en muchas situaciones, dar cuenta y abordar una realidad mucho más compleja y matizada.

Es en este contexto que es necesario pensar y tal vez repensar la equidad en materia de género: la mayor presencia y participación de la mujer en el campo no es necesariamente sinónima de mayor empoderamiento: las mujeres están más presentes, pero lo están en las explotaciones y territorios que presentan más restricciones. Es probable, entonces, que parte de la feminización creciente del campo corresponda a una estrategia familiar de sobrevivencia donde el fenómeno de migración urbana definitiva de la familia se ve reemplazado por una migración laboral del hombre asociado a un predio manejado por la mujer.

En el ámbito conceptual, las interrogantes y desafíos que es necesario plantear dicen relación con:

- El apoyo a la mujer productora jefa de explotación debe considerar que ésta se ubica principalmente en el estrato de explotaciones de pequeño tamaño económico, multiactivas y con fuertes restricciones de recursos productivos. En este contexto, se recomienda –y así se ha hecho en la práctica– focalizar en ellas instrumentos claramente diseñados y orientados a segmentos vulnerables, buscando mantener en estos casos cobertura totalmente equitativa, esto es que se sitúan alrededor de un 30%, proporción de explotaciones con jefatura femenina en el país.

En el caso de los instrumentos de fomento productivo dirigidos a segmentos de mayores recursos, si bien aparentemente presentan una brecha de cobertura (se sitúan alrededor de un 20% en número de explotaciones y un 15%, un 18% en recursos entregados), cualquier objetivo de incremento de cobertura –tanto en número como en monto– debe hacerse con cuidado. En efecto, considerando que la proporción de explotaciones con jefatura femenina en el estrato de más de 100UF baja a un 23%, medidas voluntaristas de discriminación positiva podrían generar situaciones desequilibrantes y riesgosas tales como sobreendeudamiento, o por lo menos sensaciones de fracaso.

Todo lo anterior significa avanzar en forma decidida en complejizar las definiciones de políticas públicas adoptadas por el Ministerio de Agricultura, procurando diseñar programas que reconozcan las potencialidades y límites de cada situación y repensar sus definiciones de usuarios. Obliga también a encontrar el justo y difícil equilibrio de una política que, por un lado, reconoce y responde a la mayor vulnerabilidad de las mujeres agrícolas y por otro busca cambiar esta situación aplicando instrumentos de mayor alcance y proyecciones. Por último, Implica seguir trabajando en los procesos de articulación con otras instituciones y ministerios, pues la superación de la pobreza es claramente multisectorial y multitemático.

- El segundo desafío es de orden conceptual y metodológico: la equidad de género (ya) no es sola y necesariamente mayor presencia y mayor participación

de la mujer. En este contexto es necesario avanzar en la conceptualización de nuevas dimensiones y nuevos indicadores de equidad de género.

- El tercer desafío se sitúa en una dimensión más sociológica y revela por lo menos tres aspectos.

Por un lado, es necesario procesar el hecho que la mitad de las jefas de explotaciones no son mujeres solas y por tanto que los procesos de toma de decisiones –productivas y económicas– pueden involucrar a otros actores.

Por otro lado, se debe reconocer que a pesar del interesante esfuerzo que se hizo en el último Censo para conocer mejor los atributos y quehacer de las mujeres que viven y trabajan en las explotaciones (con jefe masculino), este universo, complejo por cierto, sigue siendo poco visible y “entendido”.

En este contexto, y vinculado a lo anterior, sigue totalmente vigente el debate acerca de un enfoque de género que impulsa el concepto de “negocio propio de la mujer en la explotación” versus “contribución de la mujer al negocio familiar”: estos enfoques no deben ser abordados como contradictorios ni excluyentes, deben ser trabajados como complementarios y diferenciados según cada situación.

Desde una mirada más instrumental y operativa, se quiere relevar los siguientes temas:

- La mujer, jefa de explotación o trabajadora predial, participa en forma creciente a los procesos productivos. Como bien es sabido, el trabajo productivo –y los procesos de aprendizaje que requieren– compite fuertemente con el trabajo reproductivo, en particular en la etapa de crianza.

Actualmente, y reconociendo que ello corresponde a una estrategia de largo plazo, las tecnologías de información son una potente herramienta para disminuir la tensión entre lo productivo y reproductivo, permitiendo acceder virtualmente a información y capacitación. Con estos medios (e-learning) se resuelven los conflictos materiales que enfrentan las mujeres, dado que no son presenciales ni requeridos en simultaneidad: la mujer puede aprender en su casa en momentos escogidos por ella. Asimismo,

siguen vigentes medios más tradicionales como programas de radio y televisivos. Por último, y considerando que seguirán necesarios los contactos presenciales (reuniones, búsqueda de información, trámites, entre otros), la flexibilización de horario es particularmente importante en el caso de la mujer.

- Es también necesario interrogarse acerca de la mejor forma de abordar desde los instrumentos públicos el apoyo a las familias que viven en las explotaciones. Es probable que no haya “una” mejor forma, si no que cada situación requiera de apoyo combinado. Existirán familias donde la mujer contribuye al principal proyecto predial desde un expertiz de gestión, otras donde aportará valor agregado a los productos prediales, casos donde desarrollará su propio negocio independiente dentro de la explotación, y otras donde se asalariará. Situaciones todas válidas, ninguna mejor que otra. El desafío de la política y de los instrumentos públicos es entonces saber reconocer y apoyar a la mujer en sus distintas estrategias. En este contexto, los procesos de consultas ciudadanas son fundamentales, por cuanto permiten avanzar en conocer y responder a la diversidad.

Por último, desde una mirada censal, es importante señalar los siguientes puntos:

- La disociación creciente entre la unidad de trabajo (predio) y el lugar de residencia obliga a repensar las definiciones censales relativas al concepto de hogar y familia
- Es necesario precisar el concepto de grupo familiar en el caso de las explotaciones con personalidad jurídica (en incremento)
- Se debe precisar los conceptos de Jefe de Hogar y Jefe de Explotación agrícola, abriendo la posibilidad de una jefatura “compartida”.
- El registro de quien es el dueño de la tierra (dentro del grupo familiar) es un antecedente importante a incluir.
- La identificación de las otras actividades realizadas por

cada miembro de la familia es una información valiosa, pero la recopilación de la información debe ser pensada adecuadamente, definiendo bien las categorías de actividades preestablecidas

- Asimismo, la recopilación de información acerca de las actividades e ingresos de cada miembro del grupo familiar, constituye una información valiosa pero difícil de procesar si las categorías analíticas no son totalmente precisas.

Bibliografía consultada

Agraria, 2006, *Estudio de seguimiento y evaluación de los resultados de la aplicación de la Ley N° 18.450 en el periodo 1997-2003, Anexo 1, Evaluación del entorno político, legal y estratégico en el que opera la Ley 18.450 de Fomento al Riego y Drenaje.*

AGROCAP, Pontificia Universidad Católica de Chile, Facultad de Agronomía e Ingeniería Forestal, Departamento de Economía Agraria, 2009, *Características de la Oferta de Trabajo y de las Condiciones de Empleo en los Trabajadores del Sector Frutícola de Exportación.*

Arriagada A., sf, *¿Y las mujeres? Análisis de género al interior de los hogares de las asociadas y asociados de 7 sectores de riego en la Asociación de Canalistas de Canal Bío – Bío Negrete.*

CEDEM, 2009, *¿Cómo Definir y Conocer a las y los Temporeros?: la Participación Laboral de los Hombres y Mujeres en el Empleo Temporal Agrícola en Chile.*

CENDEC, 2007, *Estudio de Género en el Desarrollo Exportador Chileno.*

CENDEC, SERNAM, 2006, *Evaluación de Propuestas de Igualdad de Oportunidades para las Mujeres Rurales (1997-2005), Informe Final, Tomo I.*

CNR, Qualitas AgroConsultores, 2008a, *Diagnóstico y Caracterización de Usuarios de Agua y su Demanda, Informe Final, Mayo 2008.*

CNR, Qualitas AgroConsultores, 2008b, *Diagnóstico y Propuesta de Mejoramiento de la Operatoria y Aplicación de la Ley de Fomento a Obras de Riego y Drenaje*, Informe Final, Diciembre 2008.

CNR, SERNAM, 2007, *PMG de Género 2007*, Autores del Informe: Acuña D., Bombrun H., Sagardía L.

CONAF, 2009, *Balance de CONAF 2004-2009 en materia de Género*.

CONAF, 2008, *Análisis Regional de la Aplicación de Bonificaciones Forestales, con Enfoque de Género (Período 2004-2007)*.

CONAF, Cooperación Republica de Chile, Republica Federal de Alemania, 2005, *Caracterización del área de Desarrollo Logaví bajo una Perspectiva de Género*.

DOH, 2004, *Programa de Mejoramiento de la Gestión en Equidad de Género, Síntesis descriptiva de Roles de Regantes desde la perspectiva de género*, M.C Wehrhahn.

FAO, Minagri, 2007a, *Balances y desafíos del Proceso de Transversalización de Género en las Políticas del Ministerio de Agricultura*, preparado por Wilson A. y Valdés X.

FAO, Minagri, 2007b, *Indicadores de Género para la gestión pública en el sector silvoagropecuario*, preparado por Valdés X.

FAO, SERNAM, 2007, *Situación de las mujeres rurales, Chile*.

FLACSO-CHILE, 2007, *Estudio del Estado de Avance en la Incorporación de las Mujeres en el Desarrollo Productivo en la IX Región, Acceso a Instrumentos y Posibles Barreras*.

INDAP, Qualitas AC, 2009, *Caracterización de la Pequeña Agricultura a partir del VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal*.

INDAP, 2008, *Participación de Clientes y Clientas en Instrumentos de Asistencia Financiera al 31.12.2007 y Evaluación de los Resultados Respecto a los Datos de 2002*.

INDAP-PRODEMU, 2005, *Resultados de una evaluación de impacto y satisfacción de usuarias*, agosto 2005.

INE, 2008, *La Mujer en la Agricultura Chilena*.

Martínez H., Namdar-Iraní M., Sanhueza R., Sotomayor O., 2008, *Asesoría Técnica en la agricultura chilena: estado del arte, perspectivas*.

Ministerio de Agricultura, Qualitas AC, 2009, *Situación de las Mujeres en el Sector Silvoagropecuario, Avances y Desafíos pendientes en materia de equidad de género*.

MSA, 2007, *Les Femmes dans l'Agriculture en 2005*.

ODEPA, Qualitas AC, 2009, *Caracterización de los hogares de las explotaciones silvoagropecuarias a partir del VII Censo Nacional Agropecuario y Forestal*.

ODEPA, 2009, Base de Datos de la Superintendencia de AFP.

ODEPA, 2008a, *Chile, Empleo y Remuneraciones en las Actividades Agrícolas y no Agrícolas: una Visión Regional con Enfoque de Género*.

ODEPA, 2008b, *Empleo y remuneraciones en las actividades agrícolas y no agrícolas: una visión regional con enfoque de género*.

ODEPA, Pontificia Universidad Católica de Chile, Facultad de Agronomía e Ingeniería Forestal, Departamento de Economía Agraria, 2008c, *Estudio Sobre Caracterización de los Rasgos Productivos, Sociales y Económicos del Mercado Laboral Vinculado al Sector Frutícola Exportador*.

ODEPA, 2007a, *Equidad de Género: Fuerza de Trabajo, Empleo y Remuneraciones en la Agricultura y en la Economía, período 1990-2006*.

ODEPA, 2007b, *Estudio de Profundización del Enfoque de Género en Materias Legales del Ministerio de Agricultura*, Estudio elaborado para ODEPA por Verónica Matus.

ODEPA, 2006, *Equidad de género: fuerza de trabajo, empleo y remuneraciones en la agricultura y en la economía, período 1990-2006*.

ODEPA – INDAP, 2005, *AGRICULTURA CHILENA, Características sociales de los productores según tipología, sexo y localización geográfica*.

Pontificia Universidad Católica de Chile, Facultad de Ciencias Sociales, Instituto de Sociología, 2007, *Evaluación de la Equidad de Género en la Política de Crédito de INDAP*.

SERNAM, 2008, *Mujer y Microempresa en Chile*.

SERNAM, 2007a, *Agenda de Género 2006-2010*.

SERNAM – FAO, 2007b, *Situación de las mujeres rurales, Chile*.

SERNAM – FAO, 2005, *Mujeres Rurales en Chile*.

Subsecretaría de Agricultura, 2008, *Programa de Trabajo actualizado para incorporar el enfoque de Género en los productos estratégicos de la Subsecretaría de Agricultura Año 2008*.

SUPERINTENDENCIA DE BANCOS. 2006. *Género en el Sistema Financiero*. Santiago, Chile: Unidad de Productos Financieros e Industria Bancaria, Departamento de Estudios SBIF.

WILLSON y CARO, 2009. “*Temporeras de la agroexportación en Chile: Tensiones y desafíos asociados a la relación entre vida laboral y familiar*”, Angélica Willson y Pamela Caro. *Serie Mujer y Desarrollo N° 94. División de Asuntos de Género. CEPAL. Noviembre, 2009*.



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

